

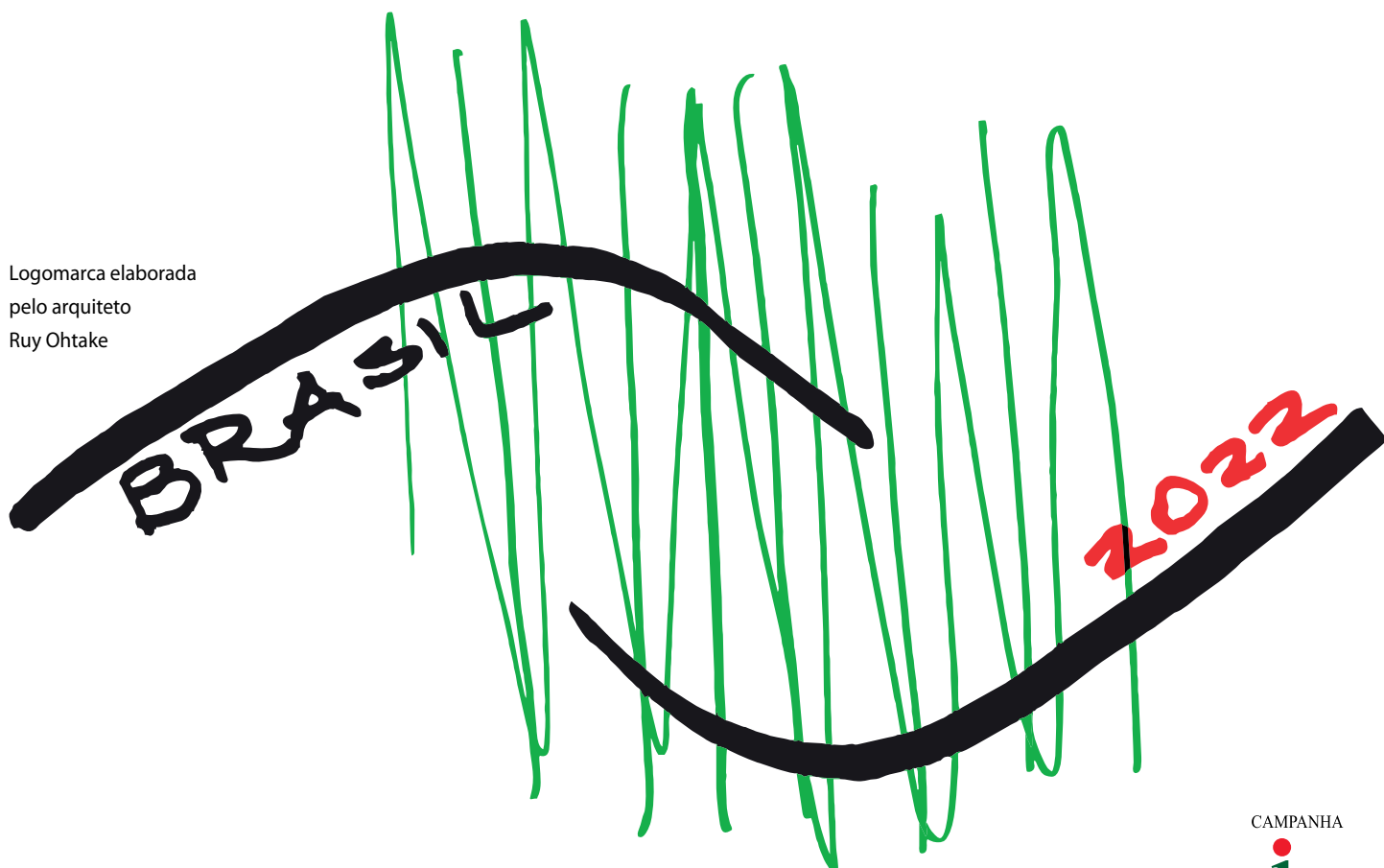
BrasilInteligente

ISSN 2238-6017

Publicação da CNTU – 2016 – Nº 5

www.cntu.org.br

Logomarca elaborada
pelo arquiteto
Ruy Ohtake



CAMPANHA

b
BrasilInteligente

O PAÍS QUE SE PREPARA PARA O BICENTENÁRIO


CNTU
CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS



NENHUM DIREITO A MENOS!

Reforma trabalhista só pode ser feita para
adicionar direitos à CLT. Nunca para retirar

Agir para garantir o País que queremos em 2022

O BRASIL, que em cerca de seis anos, completará o seu Bicentenário da Independência, encontra-se em crucial encruzilhada. Mais uma vez mergulhado em profunda e grave recessão, que ao final de 2016 já produziu 12 milhões de desempregados, o País precisa urgentemente decidir o rumo que trilhará.

A se insistir no caminho escolhido nos últimos dois anos, resigna-se aos caprichos da especulação financeira e abandona – ou adia mais uma vez – o projeto de se tornar uma nação próspera, democrática e soberana. Nessa direção, retiram-se direitos trabalhistas e previdenciários, entrega-se o patrimônio nacional e se estabelece o salve-se quem puder.

É possível, contudo, sublevar-se contra essa condenação à precariedade e perseguir com coragem e seriedade um projeto de desenvolvimento sustentável. Sem dúvida, o cenário atual, no qual novamente um pensamento único que afirma ser preciso cortar gastos e investimentos e remunerar títulos da dívida a juros exorbitantes ganha corações e mentes, mostra-se desfavorável a essa vereda da consolidação da independência nacional. No entanto, e apesar das dificuldades reais, temos a convicção de que é possível, necessário e urgente fa-

zer tal opção. Não podemos aceitar de bom grado um modelo excludente, cruel e que só interessa a uma parcela absolutamente ínfima, não representativa da sociedade. A imensa maioria da população brasileira anseia por uma transformação social que garanta condições de vida digna a todos.

Essa parcela majoritária inclui os profissionais liberais de formação universitária e o conjunto dos trabalhadores, assim como as empresas interessadas em produzir, os estudantes, os aposentados, os cientistas, os artistas. Esse contingente gigantesco que sonha com um país sem miséria, com saúde e educação de qualidade, cultura, ciência e tecnologia, esporte e lazer, trabalho decente e oportunidades para todos não pode se ver tolhido por uma lógica sem sentido que insiste nos modelos surrados da chamada austeridade fiscal que já se mostraram equivocados. Precisamos virar esse jogo.



Nessa batalha, devemos resistir ao retrocesso e nos unir rumo ao País que queremos. Cumprir essa tarefa exige profundo exercício democrático, o que implica o fortalecimento das instituições e absoluto respeito à Constitui-

Vamos perseguir com coragem e seriedade um projeto de desenvolvimento sustentável, recusando o modelo excludente e cruel que não nos interessa como nação

ção, mas também a disposição para o debate franco e aberto. Há que se empreender o esforço hercúleo de superar divergências menores para que possam ser construídas as convergências estratégicas e essenciais.

Somos 200 milhões, distribuídos num território continental de incontáveis riquezas e valiosa diversidade. Vamos, como nação, construir juntos o futuro que almejamos e, de fato, nos prepararmos para o nosso bicentenário, conforme anuncia a capa desta quinta edição da revista **Brasil Inteligente**, que a nossa confederação tem imenso orgulho em publicar. Nosso povo tem tudo para ser feliz e contribuir para que o mundo seja melhor. 

Murilo Pinheiro
Presidente

Gestão 2015-2018

Diretoria efetiva

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor administrativo

José Ferreira Campos Sobrinho

Diretor de Finanças

Ernane Silveira Rosas

Diretora adjunta de Finanças

Maria Maruza Carlesso

Diretor de Relações Sindicais

Odilon Guedes Pinto Junior

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Wellington Moreira Mello

José Ailton Ferreira Pacheco

Waldir Pereira Gomes

José Carlos Ferreira Rauhen

Conselho Fiscal

Titulares

José Carrijo Brom

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Suplentes

Francisco Jusciner de Araújo Silva

Zaida Maria de A. Melo Diniz

i
BrasilInteligente

Expediente

Diretor responsável: **Allen Habert**

Projeto e pesquisa e textos: **Marta Rezende**

Assessoria de Comunicação: **Rita Casaro**

Edição, projeto gráfico

e ilustrações: **Gilberto Maringoni**

Cobertura de eventos: **Deborah Moreira,**
Rita Casaro, Rosângela Ribeiro Gil e Soraya Misleh

Transcrições de áudio: **Manoela Cracel**

Revisão: **Soraya Misleh**

Diagramação: **Eliel Almeida**

Fotos: **Beatriz Arruda, Paula Bortolini,**
Rita Casaro, Alexandre Coronato, Paulo Negreiros,
Edgar Marra, Vinícius Firmino, Thiago Júlio,
Nylana Ferro e Franklin Andrade

Apoio: **Jéssica Silva, Michelle Abreu Silva e**
Pedro Henrique Santana

Coordenação gráfica: **Antonio Hernandez**

Impressão: **Gráfica Elyon**

Tiragem: **2.500 exemplares**

Dezembro/2016

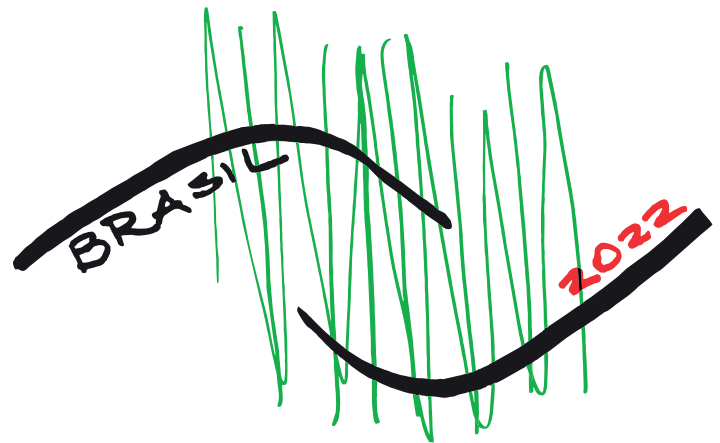
SDS Edifício Eldorado, sala 108
CEP: 70392-901 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3225-2288
cntu@cntu.org.br – www.cntu.org.br
facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais
twitter.com/cntu_sindical
youtube.com/CNTUSindical



Na sequência, encerramento da 9ª. Jornada Brasil Inteligente (São Paulo, 2016), uma das etapas do Curso de Formação Sindical (Aracaju, 2016), o lançamento do Departamento de Alimentação Saudável (Maceió, 2015) e o seminário “O desafio de reindustrializar o Brasil” (São Paulo, 2016)



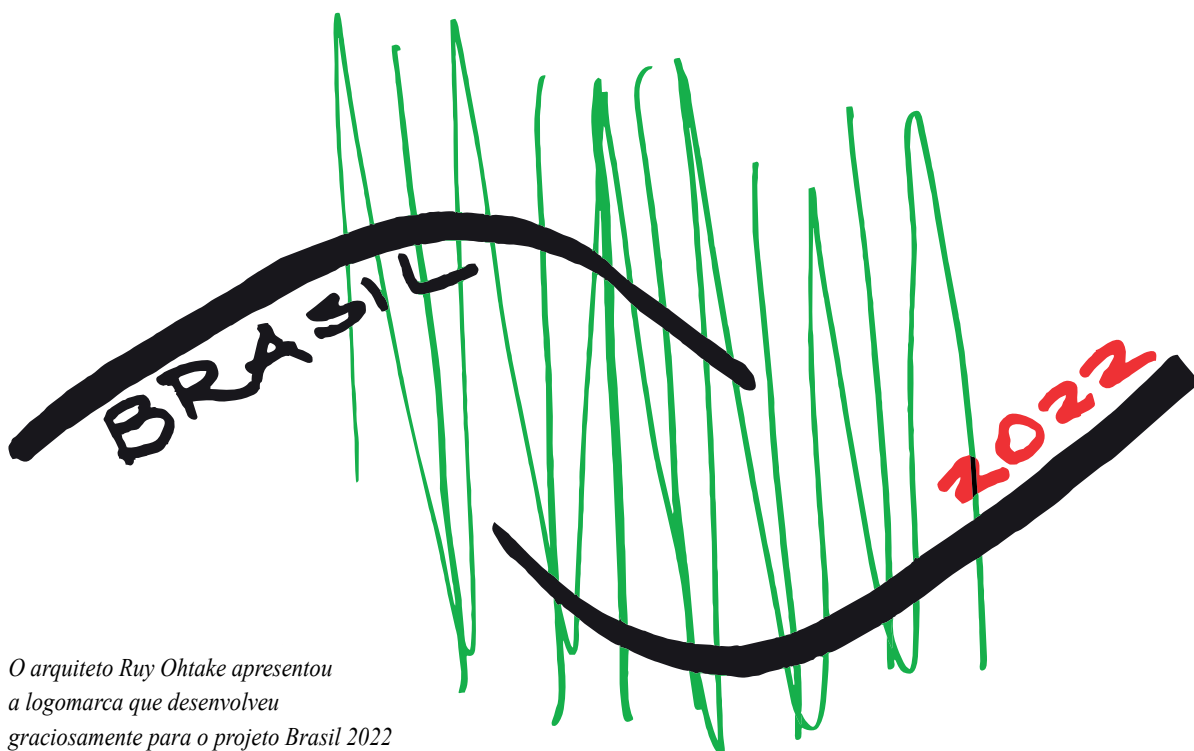
<i>Agir para garantir o País que queremos em 2022.....</i>	3
<i>Brasil 2022: O País que queremos</i>	6
<i>A logomarca Brasil 2022: a ágora e o pensador público</i>	8
<i>Sinfonia para um pensamento cultural no Brasil 2022.....</i>	10
<i>Sociedade de poetas vivos de várias profissões por uma democracia político-cultural.....</i>	14
<i>Subverter a dívida infinita e impagável por um projeto de justiça e confiança social</i>	20
<i>Luta por democracia e desenvolvimento</i>	24
<i>Educação continuada para o desenvolvimento sustentado</i>	28
<i>Jovens profissionais se organizam na CNTU</i>	40
<i>“Há um significativo retrocesso na mobilidade social iniciada em 2004”</i>	42
<i>Sem indústria, não há desenvolvimento</i>	44
<i>O desafio da integração dos trabalhadores universitários da América Latina.....</i>	46
<i>Curso de formação sindical: qualificar para a luta.....</i>	48



<i>“Alguém aqui já viu propaganda de fruta e verdura na televisão?”</i>	52
<i>Felicidade e economia</i>	54
<i>Engenharia unida pelo Brasil</i>	55
<i>Golpe atinge Constituição e ataca direitos.....</i>	56
<i>A união dos trabalhadores.....</i>	57
<i>Odontologia de qualidade na saúde pública brasileira</i>	58
<i>Homenagem à competência e ao compromisso público</i>	60
<i>Rede de pensadores-transformadores do Brasil.....</i>	64
<i>CNTU em ação.....</i>	76

Brasil 2022:

Bicentenário da Independência e Centenário da Semana de Arte Moderna: oportunidade para repensar e reinventar o País desde já



O arquiteto Ruy Ohtake apresentou a logomarca que desenvolveu graciosamente para o projeto Brasil 2022

O PAÍS que queremos em 2022 foi o grande objetivo da 9ª Jornada Brasil Inteligente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), realizada no dia 1º de julho de 2016, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista. Na abertura, o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, exortou os presentes a participarem desse grande esforço: “Temos como meta a melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros e inserir o País no rol dos desenvolvidos.”

O diretor de articulação nacional da confederação e idealizador da proposta, Allen Habert, por sua vez, disse que o dia era especial, porque unia os profissionais em torno de propostas comuns a partir do desenvolvimento com inclusão social e da cultura nacional.

O vereador paulistano Gilberto Natalini (PV) compôs a mesa de abertura, mostrando-se entusiasmado com a proposta da CNTU, pedindo licença, inclusive, para levar proposta de criação de uma frente suprapartidária com a pretensão de desenvolver na Câmara Municipal

O País que queremos

de São Paulo o Brasil 2022. “Precisamos juntar forças para propor saídas e caminhos às dificuldades enfrentadas pelo País neste momento.”

Participaram da mesa de abertura os presidentes das entidades que compõem a CNTU José Ferreira Campos Sobrinho (Odontologistas) e Ernane Rosas (Nutricionistas); o vice-presidente Waldir Pereira Gomes (Economistas); a representante dos farmacêuticos e vice-pre-

Todo projeto é o esboço de um futuro almejado. O projeto é um sinal de esperança, de quem olha para a frente e vê que é possível o futuro

sidente da confederação, Gilda Almeida de Souza. O arquiteto Ruy Ohtake esteve também na mesa de abertura e logo em seguida apresentou a logomarca que desenvolveu graciosamente para o projeto Brasil 2022.

Ao longo do dia, foram realizadas as mesas-redondas “Cultura e soberania” e “Economia e política”, bem como a 9ª. Plenária do Conselho Consultivo da CNTU.

Três diretrizes do Brasil 2022 para traçar o País que queremos

CNTU Brasil 2022: os trabalhadores e os profissionais universitários no projeto de futuro do País

Rede Brasil 2022: cooperação entre parceiros para comemorar Bicentenário da Independência e Centenário da Semana de Arte Moderna

Constituinte do Saber Brasil 2022: conferências nas cidades e conferência nacional por uma cidadania guardiã e inovadora da democracia e do desenvolvimento sustentável

O projeto Brasil 2022: O País que queremos foi criado pela CNTU e vem sendo debatido por ela desde 2012, buscando definir indicações básicas que animem a sociedade brasileira a transformar, desde já, a comemoração dos 200 anos de Independência do Brasil e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna em manifestações dinâmicas, amplas e plurais que possam iluminar nossos caminhos como povo e Estado-nação. Traçaram-se assim três diretrizes que esboçam um método de trabalho para um processo descentraliza-

do de ação das instituições. O objetivo é criar uma unidade mínima das forças sociais, culturais e políticas que paulatinamente construam um caminho a partir de orientações básicas.

Diretriz 1 – CNTU Brasil 2022: Debater e propor o papel e os instrumentos dos trabalhadores em geral e dos profissionais universitários em particular no projeto de futuro do País, especialmente nas seguintes questões: 1.1) Democratização do Estado e universalização dos serviços públicos; 1.2) Democratização da economia e valorização do trabalho; 1.3) Prospeção da educação e do trabalho no futuro; 1.4) Fortalecimento do sindicalismo.

Diretriz 2 – Rede Brasil 2022: Motivar a participação das diversas instituições democráticas (poder público, universidades, empresas, entidades, escolas etc.) na comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna, cada uma com seu proje-

to, mas buscando-se unidade entre elas para o desenvolvimento de algumas ações cooperadas.

Diretriz 3 – Constituinte do Saber

Brasil 2022: Visa mobilizar a sociedade brasileira através de conferências municipais nas principais cidades do País, elegendo partícipes e propostas para uma Conferência Nacional do Brasil 2022 que aponte rumos e prioridades para o País nos mais importantes aspectos nacionais, como: 3.1) Estado e serviço público; 3.2) Educação; 3.3) Ciência, tecnologia e inovação; 3.4) Economia e empreendedorismo; 3.5) Cultura e civilização.

O Brasil 2022: O País que queremos conta com a logomarca criada e doada à CNTU pelo arquiteto Ruy Ohtake, o qual apresentou esse trabalho na 9ª. Jornada Brasil Inteligente, ocorrida em 2 de julho deste ano. Essa logomarca está disponível sem ônus para todos que queiram adotá-la, inclusive associando-a com a marca da instituição que participar do projeto.

A logomarca Brasil 2022: a ágora e o pensador público

Marta Rezende com a colaboração de Cristian Korny

*“A mancha verde
propositadamente rabisco,
porque em meio aos
rabiscos que vamos ter
de construir nossos
caminhos pelo Brasil,
e algumas diretrizes
são os dois traços.”*

RUY OHTAKE

“O térreo é dos meninos que moram lá.” Disse esse jovem senhor, referindo-se com muito gosto a uma obra já pronta, os apelidados “Redondinhos” de Heliópolis. Destacando-se a interação entre a sociedade, sua população com a sua cidade. Ruy Ohtake é arquiteto formado pela Universidade de São Paulo (USP) e filho de uma reconhecida artista plástica, Tomie Ohtake, da qual herdou a generosa intuição e gigantes-

ca disposição. Provavelmente menos genética do que ética essa herança. E talvez o mais forte nesse homem nem seja mesmo essa maravilhosa herança. É escolha, opção ou atendimento de um chamado, de um convite, coisas das quais não se pode escapar quando elas se apresentam na sua porta. Transformam-se numa responsabilidade, num compromisso, numa doação. Mas para doar é preciso ter o que doar. Pelo menos 45 anos de trabalho, de experiência com a cidade, com o projeto arquitetônico, com o desenho, com as artes.

“É necessário olhar para as comunidades”, uma ética que vai além, muito além, do material. O caráter simbólico é tão ou mais importante do que o caráter material. Estética é para qualquer um e para todo mundo. Tenha ou não dinheiro. Tenha ou não residência. Tenha ou não emprego. Assim, matéria e símbolo coabitam a obra de Ruy Ohtake. Verdade que vai também muito além da obra, pois o arquiteto faz questão de entrar em contato com as pessoas para quem constrói uma obra pública de moradia. Como ele diz, “em situação de dupla responsabilidade”.

Em Heliópolis tudo começou com um equívoco de uma revista que tomou a parte pelo todo, quando o arquiteto disse que a coisa mais feia em São Paulo era a desigualdade entre Morumbi e Heliópolis. E a revista, deturpando, sem querer querendo, só disse Heliópolis é o mais feio. E deu sorte essa deturpação das palavras. A comunidade o procurou, se é o mais feio nos ajuda. Ele topou. Mãos à obra, mãos de projeto. O projeto é um esboço do futuro. Não é suficiente que o projeto seja bem detalhado técnica-

mente. É imperativo o contato com a comunidade. E ainda hoje é possível encontrar o arquiteto em Heliópolis, acompanhando a vida que o projeto abriga.

Convite atrevido

Com a logomarca do Brasil 2022 foi um pouco diferente, não muito diferente. Começou por um convite atrevido. Projeta a nossa logomarca, Ruy. Ele ficou de pensar. E o arquiteto projetou. A partir de um diálogo com a comunidade CNTU. Também uma obra social. Obras sofisticadas são relevantes. Mas a síntese de obras socialmente importantes nunca deve ser relegada a segundo plano. Ruy atendeu a CNTU no primeiro plano. Convivência, criação de cidade, criação de país.

O projeto Brasil 2022: O País que queremos é assim, uma busca de convivências para transformar o País, um esboço de futuro que bate à porta. Uma logomarca é o esboço de futuro. Todo projeto é o esboço de um futuro almejado. O projeto é um sinal de esperança, de quem olha para a frente e vê que é possível o futuro. Não há futuro sem a convivência, sem o outro.

A logomarca é uma estética. “Estética pode ser em qualquer lugar”, entende o arquiteto. E a CNTU entende que o Brasil 2022 deve estar em qualquer lugar. A logomarca pode ser vista como anúncio de uma casa, um projeto de coimunização. Um teto, um solo, paredes, janelas e pronto, a vida lá dentro, incontrolável na sua liberdade. Apenas um pouco de ordem já é bastante para o pensador privado, o que ocupa a casa; pensar a vida é o que fazemos enquanto vamos fazendo outras coisas na casa. Mas a logomarca é mais



Ruy Ohtake se alia à meta de esperança representada pelo projeto Brasil 2022

uma ágora do que uma casa, menos o lugar do pensador privado e mais o espaço do pensador público, aquele capaz de integrar em si e pensar até os maiores horrores da humanidade, embora, nem sempre, seja necessário ir a tanto. Embora seja necessária a casa. E necessária a comunidade, o que obriga a pensar juntos.

A logomarca é um bordado que se pretende um *patchwork*

Um projeto de ir junto. Em comunidade. Comunidades. Várias comunidades. Um mundo sem centros absolutos. Toda comunidade é em si um centro. Um país é um mundo com muitos centros ou partes que se relacionam, que convivem, que trocam, que cooperam, que se misturam, incessantemente alterando a forma, desconfigurando, reconfigurando. Responsabilidade mútua e compromissada nisso, senão quebra tudo. Ameaça concreta, pois a globalização nos ameaça com uma catástrofe de desintegração, num *crash* de dimensões planetárias, com fragmentos em rota de colisão. O que nos obriga a buscar novas formas e bons costumes de sobrevivência comum. Sistemas de coimunização. Quem cuida de quem? A logomarca não diz, não tem que dizer, pois é um cuidar, cuidamos, cuida-se. Talvez pela primeira vez estejamos de fato obrigados a pensar e a providenciar uma civilização.

Estética criadora de oportunidades e de transformações, criação de Ruy Ohtake é símbolo que estimula a inteligência a construir um futuro em comum e traz esperança de um mundo melhor

Logomarca, rabiscos de liberdade emoldurados por dois traços, um deles é o plano já feito e outro traço é o plano por se fazer. No entre, a imanência, o cotidiano, o dia a dia, nossa esfera principal, a ideia que nos motiva a ir em frente. Em 2022, o Brasil faz 200 anos de fim da submissão material à metrópole, desfaz-se o laço legal da forma jurídica que nos ligava a Portugal. Em 1922, nosso país rompeu os laços de imitação pura e simples dos símbolos estrangeiros que nos ligavam aos países mais, digamos assim, desenvolvidos que nós, e iniciamos a busca de um caminho próprio, são 100 anos da Semana de Arte Moderna de 22. Assim, na posse do símbolo e da matéria, sobra inteligência para construir um futuro em comum.

Estilo e época

A logomarca é amiga da sabedoria quando propõe uma forma de olhar o mundo. Somos irremediavelmente livres, amigos e rivais ao mesmo tempo, é preciso saber conviver na amizade e na rivalidade. Aceitar essa realidade é aceitar a *pólis* e a política necessária para conviver em cidades. Discutir não é se digladiar. Bater à espada é outra época histórica – sempre uma ameaça. Descobrir o outro é mais que necessário à convivência, no lugar de negá-lo, ir ao encontro dele, para uma surpresa, tanto um abraço como uma agressão. Não sabemos, essa é a tensão do outro. Somos sempre outros de nós mesmos.

O pensamento pode ser simétrico, principalmente quando simplificamos as coisas, mas a realidade é sempre assimétrica. A escolha feliz de uma “assimetria simétrica”, por ser uma simetria longitudinal, causa um espanto e dá uma esperança para vivermos, um dia, um tempo melhor. Os dois traços da logomarca definem um plano de imanência, ou melhor, são definidos por ele, os rabiscos são conceitos, preceitos e afetos que estamos apalpando e apalpando para encontrá-los de tanto ir ao encontro deles. Pois o horizonte também se movimenta junto com nossos passos. O



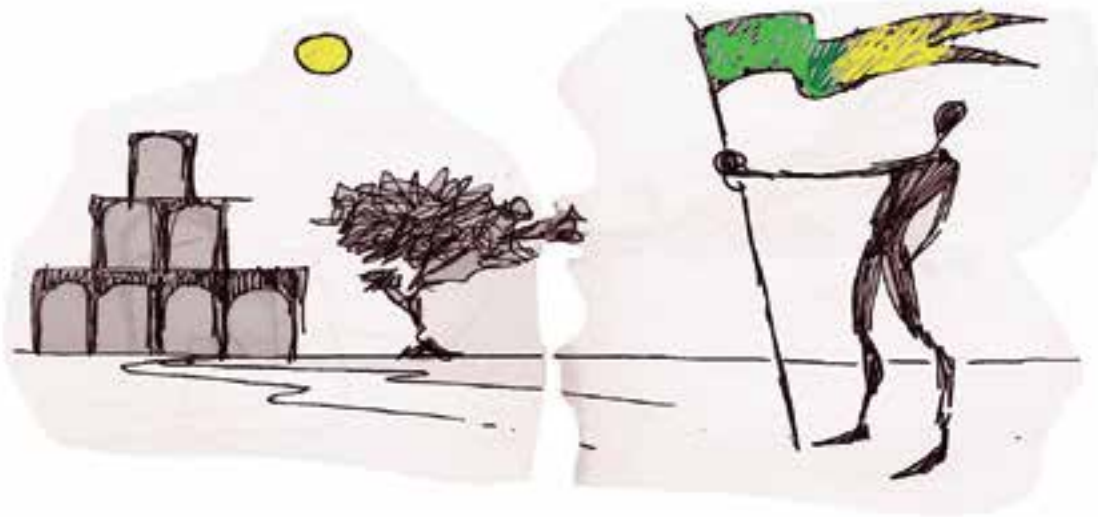
Os redondinhos de Heliópolis, projeto habitacional de Ohtake para bairro popular paulistano

horizonte é nossa utopia. Utopia, disse Eduardo Galeano aquilo que queremos dizer, a utopia serve para que a gente não deixe de caminhar.

O plano está sendo dobrado e costurado em um tear de retalhos por uma agulha magnetizada, de uma bússola, incessantemente a costurar e costurar. Os rabiscos são os traçados da agulha, e os traços são as lançadeiras que corrigem o rumo do retalho enquanto passa a fazenda. Um bordado? Pode ser um bordado, a logomarca é um bordado para estampar camisetas, cartazes, telas, esculturas, muros, broches, chaveiros, bolas, bandeiras, por todos os lados, em todos os lugares. Brasil 2022. De tanto repetir o bordado ele vai virar um *patchwork*, uma vigorosa e alegre colcha de retalhos. O projeto Brasil 2022 pretende um *patchwork*. Uma estética criadora de oportunidades e de transformações. Peça por pedaço, acréscimos sucessivos e infinitos de tecidos. No *patchwork*, o espaço não tem centro, tem apenas um motivo de base, Brasil 2022, que repetido ao infinito libera valores rítmicos, ajustando diversos pedaços de tamanho, forma e cor variáveis.

Sinfonia para um pensamento

Marta Rezende com a colaboração de Cristian Korny



A 9ª JORNADA BRASIL INTELIGENTE, debatendo o projeto Brasil 2022 – O país que queremos, realizou uma mesa-redonda com o nome “Cultura e soberania no Brasil 2022”, uma primeira iniciativa no âmbito desse projeto da CNTU para reunir as forças da cultura, pensando o País a partir de um olhar cultural, que é artístico, mas não só artístico, pois cultura é um amplo leque de forças do pensamento e da prática social.

Tentamos abaixo sintetizar esse acontecimento sem nos preocuparmos em atribuir a frase-pensamento a um ou outro. A mesa na íntegra pode ser vista na *TV CNTU*, com os debatedores Allen Habert (engenheiro), Ceci Vieira Juruá (economista), Isa Grinspum (cineasta) e Jorge Antunes (compositor). Na coordenação da mesa, a vice-presidente da CNTU, a farmacêutica Gilda Almeida de Souza.

Soberano é país que se autogoverna e se autotransforma

Xenofobia ou medo de tudo o que é estrangeiro, estranho e de fora. Manipulando as palavras, manipula-se a realidade pelo sentido dela. De maneira involuntária por parte

de alguns, de maneira calculada e intencional por parte de outros, cria-se a confusão entre xenofobia e soberania. País soberano é país que se autogoverna e se autotransforma.

Cerca de 5% dos economistas dizem, os jornais reproduzem e as televisões ampliam, que o Brasil precisa com urgência de uma injeção de capital, mas ele não está doente, nem carece desta poupança externa tanto assim, pois já a tem internamente, pois o que acontece de verdade é que o Brasil exporta dinheiro. Para cada dólar que entra no País saem três dólares. Isso mesmo, exportamos capital, e estamos prestes a começar a privatizar dinheiro público. O *swap* cambial é vender dinheiro, ou seja, o dinheiro é comprado caro e vendido barato. Prejuízo. Burrice

cambial. *Swap* significa permuta. Cinco por cento dos economistas dizem, os jornais reproduzem e as televisões ampliam, que.... Mentem. A verdade é que não precisamos de investimento externo, ele precisa que o nosso dinheiro seja investido aqui. Portanto, cabe sempre a pergunta, quando dizem, reproduzem e ampliam: É verdade? Para quem? De quem? Por quê? De todo o nosso capital, 95% foram exportados e apenas 5% foram importados. Os lucros abusivos com uma taxa de juros de 400% são corrupção, mas legalizada. Transformou-se o País em um cassino internacional, descompromissado com a produtividade da agricultura, da indústria, do comércio e dos serviços.

Nossa mídia bilionária tem o mesmo comportamento em relação à narrativa da corrupção. O papel da imprensa em democracias é decisivo, mas, em todas as nações soberanas, as grandes corporações de mídia são regulamentadas. Não é censura, assim como o capital precisa de freios, a mídia também precisa. Todos estamos sujeitos a leis e regras, assim, não há motivo para dispensar ninguém de limites.

cultural no Brasil 2022

Os sociólogos da hegemonia veem o mundo segundo uma ótica monolítica de países, os de cima e os de baixo, os melhores e os piores, e explicam tudo segundo essa ordem hierárquica. Seguindo essa linha de raciocínio, nos países melhores a corrupção é tópica em casos isolados e nos países piores ela é sistêmica. A mesma ótica se repete em relação aos partidos políticos de nosso país, a corrupção é tópica nos partidos melhores e sistêmica nos partidos piores.

Não existem conceitos universais quando partimos para a prática. Existe essa pessoa, esse contexto, essa história, essa estrutura, todos com sua realidade concreta específica. Desta vez, podem nos auxiliar muito os brasileiros que pensaram a nação: Hélio Jaguaribe, Florestan Fernandes, Venício Lima, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, Julia Faliveira Alves, Jessé Souza e Darcy Ribeiro. Todos contra a visão subserviente do País aos outros países e dos sujeitos a outros sujeitos. Todos clamam por uma ordem da altivez, da soberania e não uma ordem cega das obediências. Numa perspectiva histórica, soberania é um conceito político, uma forma política, sem subserviência, sem dominação, sem sujeição, sem bajulação, sem corrupção, com autonomia, com segurança, com integridade, com honestidade, com simetrias a serem construídas, conosco, com nós mesmos, uns aos outros.

O subdesenvolvimento insiste, persiste

Ao longo de 130 anos de história passamos por 30 golpes de Estado e vários regimes de governo, dentre eles monarquia, república, parlamentarismo e presidencialismo. O sistema é es-

tável, os regimes não. Poderiam ser dinâmicos, mas é instável a sequência de regimes brasileiros desde sempre. Poderíamos dizer que nosso subdesenvolvimento é estável. Apesar de o País ter muito o que contribuir ao mundo em diversas áreas, por exemplo, engenharia civil e psicanálise, o Brasil tem características gritantes de subdesenvolvimento.

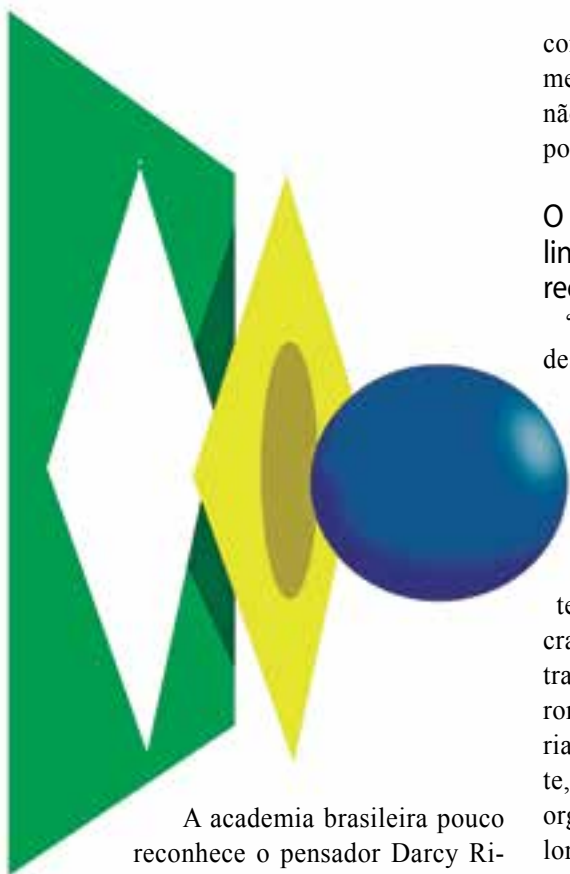
É necessário, conforme os caminhos que nossa democracia tem trilhado, voltar a pensar o subdesenvolvimento. De fato, estagnação ou baixo crescimento, marginalidade ou amplas parcelas da população sem direito aos frutos do seu trabalho, da riqueza que produzem, elites disfuncionais descomprometidas e divorciadas dos interesses nacionais e populares, incapazes de equacionar um sistema de trocas sociais voltado para a construção de igualdades inerentes às democracias clássicas, incapazes da elaboração de um amplo projeto nacional democrático.

Darcy Ribeiro: um brasileiro sem complexo de inferioridade

“Preste atenção, nós temos que inventar o Brasil que nós queremos.” Olhando para o espectador que estivesse assistindo “O povo brasileiro”, diz assim Darcy Ribeiro. Um povo misturado, o povo é uma cultura nacional muito diversificada, de imigração europeia e asiática, com negros escravizados e índios. Esse pensador partiu para a ação, não lhe bastou escrever, embora, mesmo muito debilitado por um câncer, não tivesse deixado de colocar seu pensamento em palavras no papel, desde o começo da sua vida profissional até o fim escreveu vasta obra, inclusive livros.

Em todas as nações soberanas, as grandes corporações de mídia são regulamentadas. Não é censura. Todos estamos sujeitos a leis e regras, assim, não há motivo para dispensar ninguém de limites

Foi político, foi exilado, foi esquecido, foi lembrado. Criou leis, museus, escolas, até participou da criação do Sambódromo, que é escola também. Sem dúvidas de que nunca foi acometido pelo complexo de inferioridade, mesmo não desprezando aqueles que se acometeram desse mal psicológico, quase social, ao ponto de lutar para resgatar esses brasileiros. “O que é que todos nós queremos? É fazer um país habitável, em que as pessoas existam para ser felizes, alegres, amorosas, afetuosas, todo o mundo comendo todo dia, não é uma alegria? Não é um absurdo que num país tão grande, tão cheio de verde, tenha tanta gente com fome? O Brasil não tem nenhum bezerro abandonado, não tem nenhum cabrito abandonado, nenhum frango, todo frango tem um dono, mas têm milhões de crianças abandonadas. Quando uma sociedade perde o seu nervo ético, perde o seu amor, o seu apego por suas crianças, que é a sua reprodução, é uma enfermidade tremenda.”



A academia brasileira pouco reconhece o pensador Darcy Ribeiro, talvez devido a sua ação política, pois a ação revela quem somos e não o que queremos parecer, ninguém é perfeito, assim, em busca do fazer, ele arranhou sua própria imagem, um crime segundo os valores vigentes e amplificados da autopropaganda. Talvez devido a seu sucesso: “Fracassei na maioria das propostas que defendi, mas os fracassos são as minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.” *Práxis* é a dialética entre pensamento e ação, e uma não exclui a outra, pelo contrário, são dependentes entre si. Darcy Ribeiro faria 100 anos em 2022. Mais um signo importantíssimo para o Brasil 2022, incorporar o seu nascimento, vida e obra nas comemorações e no debate nacional do pensamento nacional. Darcy Ribeiro está vivo através de sua extensa e forte obra. Temos heranças que não são malditas. O povo brasileiro não pode desprezar esses homens que pensaram o Brasil. Deve fazer deles uma fonte para beber água e renovar o pensamento nacional, pois assim

como a vida se renova, o pensamento é eternamente movente, não pode se endurecer, calcificar, pois se calcificar vira martírio.

O país se transforma, as linguagens mudam, é preciso recriar os símbolos nacionais

“Matar, esmagar, triunfar, lutar, destruir, vencer, conquistar, guerra, luta, manchar, marchar, lidar, vingar, batalha, combate, ataque, armas, espada, canhões, guerreiro, clarins, batallhões, herois, fragor, tumba, heroico, terror, retumbante, tirania, brado, vingança, escravos, desafio, grilhões, idolatrada, fulgor, coragem, glória, furor, gigante, clava, colosso, vitória, grandeza, gritos, poder, morte, valente, vitorioso, glorioso, orgulhoso, fulgente, sagrado, valoroso, aguerrido, poderoso, viril, impávido, intrépido, forte, dever, esplêndido, altivez, garbo, bravo, sangue e tûmulo.”

Esse tipo de palavras estava proibido no edital do concurso de composição de um novo hino nacional. Esse tipo de palavras pomposas é usado em hinos de todo o mundo, infelizmente. Nós podemos notar que todas elas estão também em qualquer noticiário bélico, e até no noticiário esportivo. Bem como em jornal

**A academia brasileira
pouco reconhece
Darcy Ribeiro,
talvez devido a sua ação
política, pois a ação
revela quem
somos e não o que
queremos parecer**

popular, que, se espremer, pode derramar. Sangue!

A ideia foi fazer um hino doce, singelo e humano, cantando a fragilidade da vida, que é a força dela, no lugar de um hino que canta o delírio de onipotência que motiva a dominação do outro, e sua aniquilação. Estávamos iniciando uma democracia e a ideia era marcar uma nova etapa nacional. Fazer um hino com participação popular, de baixo para cima. A letra do poeta Reynaldo Jardim venceu por voto popular e foi musicada pelo maestro Jorge Antunes que concebeu a ideia participativa e coletiva. Mas o maestro desistiu da empreitada, após receber uma ameaça anônima. No entanto, nem tudo foi derrota, a lei que engessaria os símbolos nacionais, como a bandeira insígnia, os selos, o brasão e o hino nacional, foi modificada por unanimidade na Constituição de 1988, o que facilitou o acréscimo de uma estrela à bandeira nacional quando da criação do estado do Tocantins.

Cultura também são as riquezas do Brasil: água, petróleo, florestas, mercado interno

Quando a economia vai bem, a cultura responde sim. Houve uma geração que viveu isso na pele, cinema novo, poesia concreta, bossa nova, uma MPB ativa e inteligente, um teatro inovador e uma universidade comprometida com a realidade. Veio o golpe de 1964 para cortar as cabeças desses movimentos a fim de decepar nosso progresso, porque a cultura e a economia podem completar-se. E não há cultura soberana sem economia soberana, e vice-versa.

A cultura sempre responde bem à economia. Ao contrário do que é amplificado, na história do Brasil, ocorrem mais perseguições em função das vitórias e das realizações do que por vícios e defeitos. Assim sobrevivem os golpes, por armas ou por

canetadas, para cortar nossa trajetória quando ela tem de profundo o sucesso. Assim deram-se as mortes políticas de Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas e João Goulart.

Nossa Amazônia é a maior reserva biológica do planeta, faz 64% do território nacional ser composto de verde, florestas, pulmão da biosfera. O pré-sal é uma grande reserva de petróleo de boa qualidade, uma grande riqueza do País, uma vez que se estabeleceu que vá para a educação boa parte dos recursos levantados. O aquífero Guarani está em processo de pesquisa de preço. A Odebrecht está sendo destruída por ser um concorrente internacional muito forte na área de engenharia civil. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) pode não chegar a 2022, pois o sistema de ciência, tecnologia e inovação está em situação muito delicada. Estreitaram as portas do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tudo isso é muito grave e deixa a soberania do País em situação precária. O capital precisa de freios, toda nação que não colocou freios no capital afundou em crises estruturais, em miséria e em morte de sua população.

Diz a Constituição no capítulo que rege a ciência e a tecnologia: “O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.” (art. 219, cap. IV, da Ciência, Tecnologia e Inovação). Desse modo, conclui-se que o mercado interno é a maior riqueza de um país. E pertence a todos, ao povo e às elites, não sendo ele propriedade dos meios de comunicação isoladamente ou apenas patrimônio empresarial. Direito de todos decidirem pelo futuro do mercado e participarem de seu presente, sem exceção.

A democracia do capitalismo inclusivo, para se estabelecer, pre-



A jornada contou com intensa participação de profissionais de diversas categorias

O capitalismo que
queremos não implica
a morte de nosso
concorrente, mas
vencê-lo pelo trabalho,
pela ciência, pela inovação
e pelo conhecimento,
nunca neutralizá-lo
pela violência

cisa associar os interesses entre capital e trabalho. O mercado não é senão a formação social, política e econômica do mercado interno. É o ambiente onde todas as relações entre trabalho e capital se dão. Proteger esse meio é proteger a soberania e proteger o País, sua população e sua cultura. O capitalismo que queremos não implica a morte de nosso concorrente, mas vencê-lo pelo trabalho, pela ciência, pela inovação e pelo conhecimento, nunca neutralizá-lo pela violência, derrotá-lo pela força em uma disputa que deveria ser leal. O mercado interno é o lugar do

bom combate. Talento é para ser reconhecido, é para ser cuidado, não é para ser destruído.

Razão e poesia para
garantir a soberania

Não se trata de declarar guerra, estamos precisando agir com a razão, é necessário maturidade política para encarar o mundo. Trata-se sim de compor soberania e modernização. Sem que um engula o outro. Precisamos fazer tudo isso com muita poesia. O pacto social da Constituição de 1988 foi quebrado. A mídia é tanto mais forte quanto mais fragilizadas forem nossas instituições. Inteligente seria que nossas empresas de comunicação deixassem seus interesses disfuncionais de lado e lutassem com o povo por um país melhor.

O Brasil 2022 está convidando todos para comporem climas, estéticas, magnetismos, carismas, comunicações que anulem o efeito sinistro da hipnose das empresas de comunicação que solapam a soberania. Então, polinizando o País com uma arte e uma ciência compromissadas com a fragilidade da vida, que não é a morte, mas apenas a possibilidade de conhecer o devir, o limite. O mundo da cultura vai nos unir, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Mobilização social na prática e na teoria.

Sociedade de poetas por uma democracia

Perfil dos debatedores da mesa-redonda “Cultura e

Allen Habert:

Reunir pessoas por um pensamento-ação nacional

Marta Rezende



Engenheiro de produção, diretor de articulação nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), “um engenheiro ligado ao seu povo”, disse alguém. Sem perder a racionalidade do engenheiro e o pragmatismo da política, Allen Habert tem paixão por gente. Conversa com todos, sempre animando as pessoas, sejam altas autoridades políticas ou cidadãos comuns. Seja o assunto ciência, tecnologia, inovação, seja a associação de moradores do seu bairro, Allen é um construtor disciplinado de entidades. Trata-se sempre de colocar o ovo em pé. Uma

civilização não pode ser construída com instintos, há que se defender e renovar as instituições.

Como presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo na década de 1980, deu provas de que engenharia e arte podem dialogar bem de perto. Artistas esculpiram ovos gigantes em madeira e ferro e numa passeata liderada por engenheiros e outros profissionais, as esculturas foram instaladas no vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em protesto contra o desmonte das empresas de consultoria e projeto em engenharia. O Brasil naquela década contava também com uma indústria nas-

cente de informática. Contra a sua dissolução, Allen, junto com companheiros da engenharia e artistas paulistanos, fez um movimento científico-tecnológico-artístico: “A informática brasileira tem memória de elefante”, afirmando que não só a informática americana é potente, outras podem ser, depende das políticas nacionais de amparo à indústria e do mercado nacional. Artistas de circo e de teatro, em passeata com os engenheiros pela cidade de São Paulo, defenderam a

Allen anima o Brasil
2022 como uma grande
onda para reinventar
e unir o País no
pequeno e no grande

indústria nacional de informática. O Brasil perdeu essa batalha. Acabou a indústria de informática, o Brasil virou importador e montador de tecnologias compradas de fora. Um consumidor. Um grande consumidor mundial de computadores, *chips* e celulares. Parece que somos modernos. Mas não somos tanto assim, pois a modernidade é de quem desenvolve a ciência, tecnologia e inovação, de quem assina os projetos.

Resistência contra o desmonte do País, ontem, hoje e sempre. Não desistir. O País tem jeito. E se ele diz,

vivos de várias profissões político-cultural

soberania rumo ao Brasil 2022”

deve ter alguma razão, pois anda pelo País, viajando a trabalho e participando de eventos. Allen não perde oportunidades de unir pessoas em prol de um país democrático e sustentavelmente desenvolvido. Mergulhou no processo Constituinte, com os engenheiros, cientistas, políticos, lideranças, entidades, defendeu os direitos da educação, ciência e tecnologia na nova Constituição. Na redemocratização, o empenho com as entidades e companheiros na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nos dois grandes encontros da classe trabalhadora, as Conclats, estava com os sindicalistas. No movimento contra a fome, participando com os movimentos sociais. Articulando e propondo, desde o tempo de estudante, no movimento secundarista e no movimento universitário, aluno da Escola Politécnica, formado engenheiro, logo se engajou nos movimentos de renovação e fortalecimento das entidades de engenheiros e da engenharia nacional. No Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e na Federação Nacional dos Engenheiros, desde a década de 1970 trabalha pela unidade e ação dos engenheiros em prol da valorização profissional e do trabalho, da democracia brasileira e do desenvolvimento nacional, em que a educação continuada dos e a ciência, tecnologia e inovação têm decisivos papéis indutores.

Na CNTU, Allen ajudou a concretização de um sonho de construção de uma entidade em que en-

genheiros dialogam e traçam projetos compartilhados com outras categorias profissionais. Entre esses projetos, o empenho na defesa dos serviços públicos e do Estado democrático, traduzido em várias ações, como por exemplo no projeto Brasil Inteligente e suas campanhas em defesa da qualidade na saúde, da alimentação saudável, do uso racional dos medicamentos, do desenvolvimento urbano, da internet pública, do desenvolvimento inteligente e sustentável da Amazônia, da criação de um sistema nacional de educação continuada dos profissionais.

2022 é mais que uma data, uma oportunidade para reinventar o País desde já, misturando artistas com cientistas, engenheiros, farmacêuticos, economistas, nutricionistas, odontologistas e todo e qualquer trabalhador ou cidadão, pelo desenvolvimento de um pensamento nacional. Não só de intelectuais da academia. Todos são intelectuais, o trabalhador é um intelectual. Pensemos o País para sua reinvenção. Allen anima o projeto Brasil 2022 – O país que queremos para um diálogo do País consigo mesmo. Estimula também a inteligência coletiva que é o Conselho Consultivo da CNTU, o Conselho das 1.000 Cabeças, O Conselho dos 1.000 Corações. Promete virar 22 mil em 2022, ou seja, milhões de brasileiros formando uma grande onda na Constituinte do Saber Brasil 2022 para unir o País, colaborando com o traçado de uma nova civilização nos trópicos.

Na CNTU, Allen ajudou a concretização de um sonho de construção de uma entidade em que engenheiros dialogam e traçam projetos compartilhados com outras categorias profissionais. Entre esses projetos, o empenho na defesa dos serviços públicos e do Estado democrático



Allen durante sua gestão como presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo: ação em defesa dos direitos da categoria

Pensar a pátria com afeto e não só com planilhas

Marta Rezende

Economista, mestre e doutora em políticas públicas, uma mulher encantadora e desafiadora. Uma índia, está escrito nos traços do seu rosto bonito, mas não só no rosto, nas raízes profundas. Talvez venha desse fundo índio sua intuição visceral, mas com uma lógica atroz de quem sabe ler o por baixo dos panos.

Com leve sotaque gaúcho, sobressai o acento carioca na lida com as palavras pérolas. Pérolas e não planilhas. Economia não como matéria disciplinar e sim como modo de encarar o mundo, mas para tanto é preciso pensar com originalidade e independência. E pagar o preço por isso muitas vezes. Militante pela democratização nos anos de chumbo, correu perigos na ditadura militar, diferentes, mas não menores perigos do que no combate ao neoliberalismo em voga.

Se as raízes mais profundas da Ceci são indígenas, não menos importante a pele que foi criando ao longo da batalha da vida, na qual elegera como principal mestre intelectual Celso Furtado, nosso economista mais sensível, um grande pensador do Brasil. Bebendo também em fontes diversas, na sociologia de Florestan Fernandes, no multidisciplinar Hélio Jaguaribe, passando pela filosofia e o pensamento social francês, tendo estudado economia na França, onde não há quem passe um tempo e não seja mordido pela vigorosa cultura francesa, vigorosa inclusive por anexação da potência do pensamento das colônias através dos intelectuais que migraram para a França no século XX, como Albert Camus, entre tantos outros. Na literatura, Ceci tem paixão por Érico Veríssimo e Mia Couto. Do Rio Grande do Sul à África, do Rio de Janeiro à Europa, nada es-



Se as raízes profundas da Ceci são indígenas, não é menos importante a pele que foi criando ao longo da vida, na qual seu principal mestre intelectual é Celso Furtado

capa da paixão dessa mulher. E a paixão maior, a paixão pela pátria, pensar a pátria é a grande paixão, e ela avisa, pátria não como categoria, pátria como afeto.

E para pensar a pátria afetuosamente não bastam os livros, é preciso ir à rua, escutar as ruas, escutar os sindicatos, jamais se enfiar nas academias, mas também não desmerecê-las. Guerreira encontra-se com guerreiros e fazem zigue-zague, ângulos que ondulam a reta da economia. Como não pensar então a engenharia nacional? Não há pátria sem engenharia, e não há economia nacional que se preze sem engenharia nacional. O tema de sua tese

de doutorado já diz bastante desse olhar para a construção da infraestrutura nacional, “Estado e construção ferroviária: 15 anos decisivos para a economia brasileira (1852-1867)”. Foi ali no Império, mesmo que a reboque da engenharia inglesa, que se formou o embrião da engenharia brasileira, que nasceria com força no século XX com a industrialização. O Estado foi fundamental nesse processo.

Como então ficar de braços cruzados diante do desmonte da engenharia nacional agora pela Lava Jato, juntamente com o desmonte das políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade? Ok combater a corrupção, essa doença do capitalismo selvagem, mas destruir as empresas formadas ao longo de décadas já é outra coisa. “Perversa e contrária aos interesses da nação”, é assim que Ceci se manifesta na Carta Aberta em Defesa da Engenharia Nacional. E mais: “Não se trata simplesmente de empresas brasileiras de engenharia e construção, facilmente substituíveis por outras empresas nacionais, como pretendem os defensores da desnacionalização e aqueles que julgam a industrialização um mal

menor frente às vantagens da abertura irrestrita da economia brasileira ao grande capital internacional.”

Uma parceira da CNTU, membro do seu Conselho Consultivo, tudo começou com um encontro na internet, um artigo, sobre o peso dos tributos para as camadas médias e os pobres. Em 2009, a convite da CNTU, fez um belo seminário, “Dos serviços que temos aos que queremos: ética, qualidade e cidadania”. Um desafio que não só atendeu como superou. Vejamos um pequeno trecho do seu pronunciamento nesse seminário: “Só um governo soberano e democrático terá a autoridade e o poder necessários para coibir a lógica mercantil na prestação de serviços públicos, limitando especulação e ganhos abusivos mediante a adoção de uma taxa máxima de rentabilidade dos capitais aplicados. O grau de legitimidade dos futuros governos dependerá, acredito, da opção por critérios de justiça na regulação dos serviços públicos, de maneira a garantir-lhes correspondência com os anseios da grande maioria da população por uma vida com dignidade, solidariedade e igualdade.” A conclusão dessa fala traz uma frase que nos dá muito o que pensar: “Ter qualidade é ser brasileiro!”. Isso é pensar com afeto a pátria.



Isa Grinspum:

Faz um super sentido tratá-la como uma estrela

Marta Rezende

Socióloga e cineasta, num documentário ela diz uma frase de impacto estremecedor: “Passei três dias no Xingu, e a minha vida mudou radicalmente.” Recomenda aprender com os povos indígenas como sobreviver num mundo que acabou. Os índios brasileiros foram massacrados, seus mundos paradisíacos foram destruídos pela ação depredadora do branco, não sobrou quase nada, mas resistiram ao total extermínio. Essa capacidade de devir, de mover-se, resistindo.

Olhando o *site* de Isa na internet (www.textoeimagem.com.br), vemos sua intensa movimentação de um projeto a outro. Ora na área de museologia, por exemplo na criação de conteúdos e roteiros para o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, entre tantos outros diversos projetos com museus. Ora na área de audiovisual, por exemplo com a direção da série-documentário *O povo brasileiro*, com Darcy Ribeiro, sobre o livro monumental com o mesmo nome, *O povo brasileiro*. Fez também o roteiro do famoso documentário *Religiões africanas*, com Pierre Verger e Lina Bo Bardi. Nas áreas educacional e editorial, um conjunto majestoso de obras. No cinema, em 2012, além de muitas curtas, entre eles o maravilhoso *Umas velhices*, concluiu seu afetivo primeira longa-metragem, *Marighella*, contando a história de vida e morte do seu tio Carlos, um filme delicado que nos convida a suspender qualquer julgamento e contemplar uma vida intensa, complexa, de um líder político controvertido, mas inegavelmente demasiado alegre, forte no caráter e no propósito radical de uma existência verdadeiramente apaixonada e exigente de um povo livre.

Quanto mais um ser se movimenta, como movimenta Isa em uma obra-vida encantada e encantadora, mais



ele se torna multiplicidades, superando as fixas identidades, povoando-se de outros seres ao ponto de não sabermos exatamente contar quem é, quase nada do onde foi que começou e muito menos onde vai dar. É no entre que se passa, sempre no entre de um projeto e outro, que podemos apanhar algo da pessoa, que é muito mais do que uma pessoa, são forças atravessando a pessoa, são belezas incontornáveis que encontramos, quase incontáveis. Dessas forças que atravessam Isa Grinspum Feraz, sobressai um vento que nos empurra pelas costas. O vento produzido por um pássaro, o condor,

Socióloga e cineasta,
num documentário
ela diz uma frase de
impacto estremecedor:
“Passei três dias no
Xingu, e a minha vida
mudou radicalmente”

em sua capacidade de eterna renascença, no entre do céu e do abismal.

Isa se confunde talvez com um pensamento do escritor e músico José Miguel Wisnik que ela própria comenta numa entrevista que dá no documentário *Tão longe, Tão perto*: “Talvez não exista uma identidade brasileira, existe uma entidade Brasil, composta de muitas identidades, tem um sentimento de ser brasileiro.” Estilhou, dançou a identidade, para todos nós, é muito bom que seja assim, o ponto chave não é identidade, o ponto chave é nós resolvermos no Brasil a brutal diferença social.

É muito difícil falar de uma identidade brasileira, não é nada fácil falar de uma identidade Isa. Mas, por favor, não confundam, Isa Grinspum é única. Faz um super sentido tratá-la como uma estrela. E ela não disfarça: “O que tenho a contribuir é a minha obra que está aí.” Uma baita obra. Muitos querem ter uma obra, e ela tem, uma obra complexa, mas não elitista, quem ainda não conhece e experimentar conhecer vai vibrar, porque é bonito, é gostoso o que ela faz, seja a abordagem literatura, filosofia, religião, política, educação, história, antropologia, qualquer coisa, ela coloca a mão, milagre, beleza com audiência.



Um dos trabalhos mais marcantes e sensíveis de Isa Grinspum é o longa-metragem *Marighella*, contando a história de vida e morte do seu tio Carlos

Jorge Antunes:

O povo porvir, o ouvido porvir e esperança já

Marta Rezende

Compositor, está assim definido na *Wikipédia*, Jorge Antunes é compositor. Podemos deixar por isso mesmo, podemos também fazer um comentário. A música não se presta facilmente ao exercício do comentário. Verdade é que ficamos constrangidos frente ao que é? Compositor. Deixemos em suspenso a pergunta. Vamos ouvir algumas de suas composições. São tantas. Por onde começar? O homem tem uma obra. Longa. Variada. Pegamos a primeira que achamos, uma curtinha, pois temos pressa. O humano moderno talvez só tenha pressa, nada mais, e talvez por isso seja tão lenta a mudança das mentalidades. Mas para ouvir uma peça musical, mesmo curtinha, tem que parar, acalmar, aguçar o sentido do ouvir. Deixar a vida bailar por um tempo. Música-eletrônica, uma revolução musical que destruiu paradigmas e erigiu outros, a partir da década de 1960.

Ouvimos *Canto do Pedreiro*. Poética musical. Moléculas sonoras. Moléculas de cores. Cada nota musical é um afeto colorido. Baudelaire – Rimbaud estão aí, os primeiros a atribuir cor às palavras. O compositor é um poeta. Jorge Antunes, já na década de 1960, utiliza a técnica cromotônica de composição, estabelecendo com base em cálculos matemáticos uma tabela de correlação entre as cores e as notas musicais. Silêncios e ruídos, do pedreiro, do trabalho do pedreiro, o pedreiro canta trabalhando, cores saem de sua boca e dos seus gestos e das suas ferramentas. Pretos e brancos do pedreiro de todas as cores, pois o preto do pedreiro explode em arco-íris. Pura poesia. O maestro dialoga com a poesia, com a literatura. Pedro Pedreiro Pedro Pensando Esperando. Chico Buarque.

O compositor pega o Pedro de outro compositor, o do Chico, para criar outro Pedro, o do Jorge Antunes, ele faz outro Pedro, faz outro pedreiro, frases musicais em inflexões cruzadas, simultaneamente curvas, círculos, linhas retas e elipses. Irreconhecível para os ouvidos. Horizonte indefinido de modulações. Ouvir outra vez. Mais uma vez. Educar o ouvido? Chamar o ouvido? Não toca no rádio esse Pedro do Antunes, nem o do Chico toca mais, tocava. O desenvolvimento do ouvido musical não tem lugar no subdesenvolvimento do Brasil, subdesenvolvimento que não é apenas da miséria material, miséria que perdura talvez através da miséria espiritual, cultural.

Ouvimos o disco inteiro do *Canto do Pedreiro*, *Savages Songs*. Um convite ao amor em algum ponto do disco. Amore. Amore. Ame. Começamos a amar o ouvido porvir. O disco termina com uma composição sofisticadamente política.

Ao invés de uma linha reta, separando as duas, arte e política, encontramos na música de Jorge Antunes uma cartografia de percepções e afetos meta-estáveis de arte e política. *História de um Pueblo por Nacer or Carta Abier-*

Jorge Antunes é um compositor singular, único, um homem de vanguarda, porque vai à frente, rompendo barreiras, é um artista plástico, ligado nas cores, um pintor de sons

ta a Vassili Vasilikos y a todos los Pesimistas. Um diálogo com o grande escritor grego Vassili Vasilikos, perseguido pela ditadura grega, uma cartografia sonora-política na convocação de um povo porvir, um ouvido porvir, um rádio porvir, uma educação musical porvir, uma política porvir, um povo porvir. Uma política sem guerra e sem castas. “Consigo fazer isso sem mediocrização, sem simplismo, com erudição, mantendo alto o grau de complexidade da obra. Entendo que com essa atitude contribuo com a construção da nova sociedade com que sonhamos, porque sei que a vida imita a arte.”

Para acreditar num porvir é preciso uma esperança já. Diretas já. A próxima ópera que ouvimos e vimos, uma sinfonia pela democracia, no declínio da ditadura e renascer da democracia na cidade projetada para ser a capital democrática de um país democrático. Linhas quebradas da democracia brasileira.

Um longo esforço do povo e de um presidente, Juscelino Kubitschek, para fazer a capital de um país democrático quebrado pela violência de um golpe militar em 1964, que sabemos que não foi só militar, pois teve amplo apoio civil, por baixo dos panos, a corrupção das instituições e mentes, e nas ruas, setores da classe média apoiando o golpe, iludidos com os projetos de salvação nacional pelo autoritarismo.

Talvez porque os ouvidos golpistas sejam grandes demais e só ouvem TV e uma imprensa a serviço das castas. Não ouvem música de fronteira, não ampliam as suas percepções musicais nem as percepções políticas. “Na escola é preciso que seja oferecido um panorama vasto e completo da música, sua história, suas linguagens, seus gêneros, suas vertentes, seus estilos, para que o jovem tenha condição de, se quiser, escolher suas preferências. Nem todos serão músicos profissionais. Mas passaremos a ter profissionais mais sensíveis e mais humanos na medicina, na advocacia, no serviço público, no transporte, no magistério etc.”

“Eu estava acostumado a ouvir o buzinaço da hora do *rush*, que é ensurdecedor e enervante. Era um negócio ensurdecedor. E me ocorreu então essa ideia. Vamos afinar isso aí.” Cento e setenta e sete motoristas formavam a orquestra da Sinfonia das Buzinas, executada para 30 mil pessoas no grande Comício das Diretas em Brasília, no dia 1º de junho de 1984. Com música do maestro Jorge Antunes e poemas de Tetê Catalão, foi escrita para um declamador, uma orquestra de automóveis tocando buzinas, um coral, efeitos eletrônicos e instrumentos, entre os quais um naipe de panelas.

Um compositor é um ser de ouvido sofisticado apaixonado pela política. Um Villa-Lobos do século XXI? Ele não gosta da comparação, é o que parece. “Quero me comunicar com o homem de hoje, desprezando outra máxima, a de Villa-Lobos, que disse: “Escrevo cartas à posteridade sem espera de resposta.” “Eu quero escrever cartas para o presente, sempre esperando respostas.”

O que é um compositor? Temos já algumas pistas. Um homem presente, um homem do seu tempo Tudo começou, claro, com uma mãe que o gerou no Rio de Janeiro, em 1942. Uma mãe, um útero sagrado, um artista ali. A sorte de um generoso pai pintor, uma criança fascinada por estudar música. Ganhou um violino usado do pai, um instrumento para traçar linhas de vida. Um jovem fascinado por romper barreiras para ir adiante. Um compositor é uma cabeça pesquisadora. Invenção de sons. Invenção de política.

No se mata la justicia! Violeta cor de flor. Cor da morte. Mata-ram Dom Romero em El Salvador rezando uma missa para um povo oprimido. Uma desgraça violeta violência. Dali nasceu uma guerra mortífera, milhões de corpos violetas violentados em El Salvador. *No se mata la justicia!* é um disco de Jorge Antunes de 1981, belíssimo, uma das canções é um protesto, Elegia Violeta Para Monsenhor Romero. “Sou um dos poucos artistas



que não são enganados pela campanha mentirosa, promovida pela burguesia, que trata de demonizar a política como sendo coisa feia e suja. Feios e sujos são os políticos profissionais corruptos.”

A Justiça mata a justiça no Brasil, mata a democracia. Olímpia ou Suja de Vez, uma ópera de rua de Jorge Antunes, a última, em 2016. Um compositor é também um dramaturgo e ator. Um *Molière* brasileiro, como podemos ver nessa última ópera, está no *Youtube*, todos podem ver Olímpia ou Suja de Vez.

Jorge Antunes é um compositor. O que é um compositor? Não podemos falar por todos os compositores, não há universais. Só há singularidades. Jorge Antunes é um compositor singular, único, um compositor de vanguarda, porque vai à frente, rompendo barreiras, é um artista plástico, ligado nas cores, um pintor de sons, um poeta, um ator, uma cabeça pesquisadora, um inventor, um cientista, aliás formado em Física também, antes de se formar em Música. Um político radicalmente democrático, um professor, pois ensinar é a sua grande paixão, professor de composição na Universidade de Brasília (UnB), formando gerações de músicos, formando cabeças pesquisadoras.

Obs.: As falas do compositor entre aspas foram tiradas da entrevista “Jorge Antunes, 70 anos de música e política”, por Maria Alice Volpe

Subverter a dívida infinita e impagável por um projeto de justiça e confiança social

Marta Rezende com a colaboração de Cristian Korny

A SUBSUNÇÃO DA política à economia chegou a tal ponto de não se poder debater política sem reduzir tudo à economia. A economia virou uma teologia. Deus mercado. Deus dinheiro. Deus dívida. E o diabo o que seria? A dificuldade para a maioria dos comuns ter o Deus dinheiro necessário para ir ao Deus mercado e contribuir assim para o Deus dívida? *Oikos* é a palavra grega que designa a casa e dela advém a palavra economia.

Pólis é a palavra grega que designa a cidade, o lugar público, e dela advém a palavra política. A palavra economia adquiriu tantos fantasmas que, ao invés dela se referir à casa, ao básico da existência, virou um desassossego, uma confusão, um monte de taxas, de palavras complicadas, de discussões, de palavrões, de disputas ferozes, de discursos que não acabam mais. Todo dia na TV, nos jornais,

no rádio, estão lá os economistas com as conversas mais estranhas ao básico, à vida miúda e sossegada que todos deveriam ter o direito ao menos quando se trata do básico. Tudo pela dívida, nada pela vida, apesar das promessas de que tudo vai dar certo se suarmos e sofrermos pela dívida. Dívida é a capacidade de fazer promessa. Nunca cumprida. A política virou essa palavra descumprida, pelo

menos é assim que muitos a veem. Com desconfiança, pois os que se elegem e tornam-se governantes ficam incapacitados de cumprir o que prometem, enroscam-se na economia de tal forma que o Ministro da Economia que não tem compromisso nenhum com o povo é quem acaba mandando.

O economista, um dos mais importantes do País, apesar de não ser convidado a falar na TV, mas é importante, porque há muitos anos é uma referência para todos os presidentes da República que querem acertar na economia, que querem garantir o básico. Luiz Gonzaga Belluzzo, numa audiência no Senado, disse: “Eu não me considero um sabichão em economia, considero-me uma pessoa que estuda todo dia economia para poder se livrar dos economistas.” Bastante radical a posição de um economista sobre a sua categoria, mas não é verdade que todos os economistas tenham a mesma responsabilidade. Alguns sim, talvez uma minoria bastante inexpressiva estatisticamente falando. Mas esses é que falam na TV, que se ocupam de formar a chamada “opinião pública”.

Muitos intelectuais das várias áreas vêm se posicionando a respeito para, ao que parece, tentar abrir outros discursos sobre a economia diferentes dos economistas que vão à TV falar e que sempre defendem a dívida, nunca o *oikos*, nunca a *pólis*. Há dois anos um dos mais importantes cineastas europeus, Jean Luc Godard, foi mais radical que Belluzzo e disse, ironizando evidentemente:



O projeto Brasil 2022 deve se deter no tema da dívida pública, que inibe as possibilidades de desenvolvimento e trunca as alternativas à nossa frente

“Economistas? É preciso fuzilá-los.” O certo é que muitos não economistas hoje estão perdendo o medo de discutir o fantasma da economia, afinal todos nós, economistas ou não, estamos enrolados nessa história. Até os filósofos voltaram a falar de economia, eles que estavam tão preocupados com a subjetividade, agora estão falando em economia, mesmo porque a subjetividade está bem engastada nessa máquina-mercado ou máquina-dinheiro. Um exemplo é o livro da filósofa italiana *Elettra Stimilli, Il debito del vivente. Ascesi e capitalismo* (O débito do ser vivo. Ascese e capitalismo), que é grande sucesso na Europa, pois há muita gente tentando aprender a viver de outro jeito que não se endividando. Não apenas não se endividando de dinheiro, mas também de outras promessas ou compromissos impagáveis. *Stimilli* identifica que a primazia do econômico tira atualmente dos indivíduos e das comunidades o controle do próprio destino; aponta a experiência da dívida infinita e dos afetos a ela relacionados, como a crença e a culpa, como manifestação de uma profunda doença do humano de caráter econômico na base, mas também filosófico, espiritual e religioso. Trata-se do homem endividado.

Endividado no banco, mas não só; endividado na política, endividado no amor, endividado na amizade etc.. Ser humano é ser capaz de fazer promessas, mas se não cumpre vem a culpa, pois a crença moral da dívida justifica a punição e autopunição. Talvez por esse afeto moralista, todos os humanos de alguma forma estão enrolados tanto na dívida privada quanto na dívida pública.

No aspecto imediato ou material ou de classe social, a dívida pública é um meio de transferência brutal de renda bastante perverso. Todos pagam impostos, mas os que mais pagam são os pobres e os médios. sendo que boa parte desse dinheiro arrecadado vai para o bolso de alguns através de juros. Perversa a coisa. A

dívida pública é a espinha dorsal da crise que estamos experimentando com gravidade. Um sistema de dívida que desvia recursos para o sistema financeiro sem contrapartida real. É dinheiro público sem função social que em vez de ser usado para injetar vida na economia real, suga todas as forças dela vivendo às suas custas, a metáfora é de um parasita.

Cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil está indo para pagar juros dos títulos da dívida pública brasileira, os títulos mais rentáveis do mundo. Isso quebra qualquer economia real. Quem são os ganhadores? São pessoas ou instituições de qualquer lugar do mundo, mas não sabemos quem, pois é sigilo. Mas, se o dinheiro é público, o cidadão tem o direito de saber.

A dívida pública impagável, a dívida infinita, tornou-se o grande problema político da contemporaneidade. E há que se enfrentar a questão,

Temos um sistema de dívida que desvia recursos para o sistema financeiro. É dinheiro público sem função social, que não é usado para injetar vida na economia real

porque no entorno dela, debaixo dela, dentro dela, estão colocados problemas de alta relevância: como se produz a riqueza, como se distribui a riqueza, como se acumula a riqueza, como se concentra a riqueza. Quando a política é bastante reduzida à economia e a economia é bastante reduzida à gestão da dívida, podemos dizer que o que está em processo é uma escravização das sociedades pela dívida com fortes ameaças para a continuidade da existência do Estado enquanto um pactuador social e re-

gente das nações, como também de regressão brutal nos direitos sociais e enfraquecimento das subjetividades, pois o escravo não é sujeito, é um objeto, e não um sujeito autônomo e livre para dispor da sua vida como convier. Somos o que devemos nesse sistema perverso, e tomar consciência disso é o primeiro passo para a mudança. O segundo passo é tirar a carga moralista da abordagem da dívida. O terceiro passo é o tratamento político da dívida pública pelos que são prejudicados por ela.

Ao sistema parasitário da gestão da dívida contrapomos a reconstrução das finanças

O projeto Brasil 2022 – O País que queremos deverá ter uma agenda sobre esse tema urgente que sufoca a todos, a promessa de dívida impagável. A dívida e a gestão da dívida rebatem em tudo, inibindo negativamente as possibilidades de desenvolvimento distribuído e sustentado. Queremos uma economia saudável, que ofereça alternativas, que seja regulamentada, que reconstrua as finanças, que retrabalhe o País e o planeta, no lugar de implodir o mundo humano.

Para dar início a esse debate, numa conjuntura nada fácil para os trabalhadores, que enfrentam um conjunto de ameaças às condições de vida e trabalho, a CNTU promoveu na 9ª. Jornada Brasil Inteligente: Brasil 2022 – O País que queremos. Três debatedores, todos eles com grande experiência no debate público e na defesa dos interesses da maioria, ou seja, dos trabalhadores. Carmem Bressane, advogada, coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã da Dívida; João Guilherme, assessor sindical, consultor e conselheiro da CNTU; Odilon Guedes, economista, professor, diretor do Sindicato dos Economistas de São Paulo e da CNTU. Na coordenação da mesa, o diretor da CNTU, o odontologista José Carrijo Brom. A seguir a síntese do que eles trataram.



“Essa crise é seletiva, não afeta todos os setores econômicos”

Carmen Bressane:

Queremos a Auditoria Cidadã da Dívida

Nós vivemos num país muito rico com grande circulação de riquezas. Se o Brasil só tivesse nióbio já seria uma potência. Foi um crime o que fizeram com nosso nióbio. O terceiro país em reservas de petróleo. A maior reserva de água potável do mundo. Um país de dimensões continentais, falando o mesmo idioma. Mesmo assim, vemos o cenário de uma crise. Falta dinheiro para tudo.

Essa crise é seletiva, não afeta todos os setores econômicos. Atenção, os bancos operam com lucros astronômicos. Os bancos, no passado, eram agentes de dinamização da economia, hoje, ao contrário, vivem às custas da economia real, um parasita no hospedeiro, um assunto muito opaco. Por que enfatizar sempre os cortes na área social? Em educação, saneamento, saúde, cultura, por quê? Os impostos atingem a todos, mas atingem mais a classe média e os pobres. A crise é seletiva, não atinge as instituições financeiras. Os juros exorbitantes em que seja mais recompensador investir

em finanças do que em áreas produtivas da economia. Não existe justificativa nem técnica nem jurídica nem política para o fato.

O Banco Central comprando dólar e, se necessário, pagando a diferença, e entrando em prejuízo com isso. E quem lucrou? A dívida pública brasileira é formada de quê? O dinheiro não vai para a saúde, para a educação, por exemplo. Essa dívida não é igual a nossa, em que a gente vai em um banco e tal. E há um sólido acervo de pesquisas sobre a crise de 2008.

A dívida é quase toda composta de mecanismos contábeis, ilegais ou ilegítimos, criam dívida sem contrapartida, sem benefício social. Essa dívida a gente fica pagando, cheia de ilegalidades, de ilegitimidades, com juros altíssimos. Dívida que consome metade do orçamento federal. São dois “Itaquerões” e meio por dia, dois estádios e meio de futebol padrão Fifa por dia! Assim, nós queremos uma Auditoria Cidadã da Dívida para verificar que dívida é essa. Como a PEC 241, que barra gastos sociais, não barra esse sistema financeiro que vive às custas da economia?

Não podemos pensar o Brasil no futuro sem pensar na questão da dívida pública. Por onde escorre metade de todo o dinheiro público.

João Guilherme Vargas Netto:

A razão antes da emoção

Quem já foi aos Estados Unidos deve ter percebido o valor que dão ao tempo, mas não se trata de deslumbre. O estadunidense médio pensa que a única coisa que os EUA não controlam é o clima. E, como imitadora que nossa mídia é, está construindo as mesmas narrativas. Separando a temperatura da sensação térmica. O objetivo do subjetivo. O indiscutível do discutível. Temperatura e sensação térmica.

Assim, a crise tem dois enfoques. A temperatura dogmática e a temperatura democrática da crise. Nossa situação é a seguinte, temos uma sensação de crise que nubla a verdade epidérmica da crise. Tal é a confusão que se instala que nem sequer existiram 1964 e 1929. A crise verdadeira é a recessão brutal que o País atravessa. A verdadeira crise não pode ser vista por causa de um colchão social confeccionado pela população, uma rede de solidariedade. Daqui ao aeroporto de Cumbica, 400 postos de venda de água instalados em 15 dias! O povo se vira.

Então, os dirigentes do Brasil, exceto os mal-intencionados, não havendo sensação térmica neles, simplesmente subestimam a crise. Não há desabastecimento, nem filas da comida, saques em supermercados, assaltos a caminhões de cargas. Essa percepção da crise é mais nossa, de dirigentes ligados a movimentos sociais, do que da massa do povo brasileiro. É preciso ver a temperatura da crise econômica e a sensação epidérmica da crise política, moral etc.. Temos 12 pontos de taxa de desemprego, mas para populações abaixo de 25 anos é de 36 pontos. A taxa de desemprego de quem tem formação universitária é de 48 pontos. Ou



“A Petrobras foi entregue ao rentismo. Não vai mais furar poços, vai engajar gente em ideologias de mercado, como a Kroton”

“O mercado espera a gente ficar manso para dar o golpe de misericórdia. Estão aprovando leis, como a reforma da Previdência, algumas na calada da noite. Devemos resistir ao assédio”

seja, a CNTU começará a enfrentar a pressão por demissões.

Santo Agostinho disse sobre o tempo: “Eu sei o que é, você sabe o que é, mas eu não sei te dizer o que é.” Há coisas que são mais difíceis de serem explicadas do que mostradas. Um ministério previsível, que teve a intenção de agradar o Congresso, pois é um governo parlamentarista. O Ministério da Economia tem a equipe mais homogênea e poderosa neoliberal de todos os tempos. A Petrobras foi entregue ao rentismo. Não vai mais furar poços, vai engajar gente em ideologias de mercado, como a Kroton. Temos um Executivo fraco, dominado, e um Ministério da Economia forte, dominante. Sem reajuste para o bolsa-família e sem reajuste para o funcionalismo.

O mercado espera a gente ficar manso para dar o golpe de misericórdia. Ou seja, existe um governo parlamentarista e um governo econômico. Quem manda de fato? Um governo plebiscitário sem plebiscito. Um governo ilegítimo. Mas estão aprovando leis, como a reforma da Previdência, algumas na calada da noite. A razão antes da emoção. Devemos resistir ao assédio, mesmo que seja só um pouco, pois não se pode modificar uma cultura do dia para a noite.

Odilon Guedes:

O que propomos é que quem tem mais pague mais

O governo está nas mãos dos bancos, sempre esteve, inclusive o governo eleito anterior. Acontece hoje, a visão se clareando em relação ao comportamento dos bancos com a economia real do País. Eles colocam agora o Ministério da Previdência no Ministério da Economia, o interesse de milhões de brasileiros nas mãos de um banqueiro, uma vez que os bancos são os donos do consignado e do cheque especial dos aposentados. A imprensa, dia e noite, fala em crise da Previdência com cálculos simplistas e duvidosos e todo o mundo acredita. Estão desmontando o Brasil, promovendo uma verdadeira recolonização do País, acabando com a saúde, com a educação, com a previdência, com a cultura e com a industrialização. O grande problema não é a dívida pública de 70% da economia brasileira, mas o problema é que esse dinheiro é usado para pagar juros, não vai para a realidade, comércio, serviços, indústria e agricultura, é para pagar uma taxa de juros real de 6%. A dívida dos EUA é de 110%, a do Japão é de 220%. A nossa é de 70%, não é esse o problema.

Ano passado o governo pagou R\$ 500 bilhões de juros, e neste ano são R\$ 600 bilhões, são 9% do PIB, mas ninguém fala nisso. Não é a economia real, mas de quem vive vampirizando a economia real. Somos o 9º PIB e o 78º em IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*). Uma brutal concentração social e de renda. Vinte mil famílias detêm 80% da dívida pública, US\$ 4 trilhões. Ou seja, a solução não é pagar a dívida cortando gastos, mas gastar mais, gastar em infraestrutura, gastar mesmo, investir em produtividade e parar de investir em especulação. O FMI (*Fundo Monetário Internacional*), isso mesmo, o FMI recomendou que a Europa gaste com o social. Gastar não é o problema, o problema é sustentar um siste-

ma financeiro parasitário da economia sem contrapartida necessária nenhuma. Só gastando é que se torna possível injetar vitalidade na economia.

O problema é que há um *lobby* no setor financeiro, brutal, para ganhar dinheiro. Por esse caminho não dá, tem de baixar a taxa de juros à força, se for o caso. Convido todos a acompanharem os orçamentos públicos para participar da política, não ficar aguardando os próximos capítulos da novela da Lava Jato, que tem mocinhos e vilões com desenrolar e final previsíveis. E o



“O Brasil tem 60 mil homicídios por ano e mais de 40 mil mortos em acidentes de trânsito”

Carf (*Conselho Administrativo de Recursos Fiscais*) que cobra propina para perdoar dívidas bilionárias? Propomos outra reforma tributária. Diminuindo os tributos indiretos e tributando as grandes fortunas e rendas. Exemplo, o Imposto Territorial Rural do Brasil, o ano inteiro, é menor do que dois meses de IPTU (*Imposto Predial e Territorial Urbano*) da cidade de São Paulo.

O Brasil tem 60 mil homicídios por ano, é mais do que a guerra da Síria. Mais de 40 mil mortos em acidentes de trânsito. Tudo isso pode ser considerado como herança da desigualdade, temos de pegar os impostos e obrigar que quem tem mais pague mais, isso é normal no mundo, não tem nada de revolucionário.

Luta por democracia e desenvolvimento

“Não há democracia de graça. Se as pessoas não se organizam para que haja transparência, sistemas de rodízio para garantir equilíbrio político, não dará certo. Nosso problema não é econômico, mas sim como usamos esses recursos e distribuímos”



Murilo Pinheiro, no púlpito: “Precisamos apresentar propostas sérias e factíveis com o objetivo de garantir o desenvolvimento do País”

“NOSSOS PASSOS e ações devem ir muito além das críticas, precisamos apresentar propostas sérias e factíveis com o objetivo de garantir o desenvolvimento do País. Por isso, aqui não falamos em recessão ou crise, mas em trabalho.” Dando o tom do 3º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), o presidente da entidade, Murilo Pinheiro, abriu os trabalhos no evento, realizado em 10 de dezembro de 2015, em São Paulo.

Nessa direção, a atividade debateu caminhos à superação das dificuldades por que passava o País à época e que se prolongariam pe-

lo ano seguinte. Em conferência sobre o cenário nacional, o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo (PUC-SP) Ladislau Dowbor apresentou análise de sua autoria, intitulada “Resgatando o potencial financeiro do Brasil”, publicada pela Friedrich-Ebert-Stiftung. Falando sobre as dificuldades por que passava a nação e suas possibilidades, ele observou: “O País sofreu um processo distributivo a partir deste século e final do passado, porém nos últimos dez anos, o endividamento do cidadão mais que dobrou – em 2005, 19,3% da renda das famílias destinavam-se a pagar dívida, enquanto em março de 2015 eram 46,5%.”

Quatro motores

Esse quadro, observou o professor, emperra um dos “quatro motores” do País, que é a demanda, determinada pela renda domiciliar, descontadas as dívidas, já que sobra pouco recurso para consumir. Agravando a situação, apontou, os outros três estímulos da economia – os investimentos da iniciativa privada (limitados pelos juros altos que favorecem o capital especulativo), as inversões públicas em infraestrutura e políticas sociais e as exportações – também apresentam problemas.

Em meio à crise e à concentração de riqueza, Dowbor enfatizou o desafio de fazer valer o interesse do cidadão comum diante do poder e influência das grandes corporações. “Não há democracia de graça. Se as pessoas não se organizam para que haja transparência, sistemas de rodízio (*de ocupação do poder*) para garantir equilíbrio político, não dará certo. Nosso problema não é econômico, mas sim como usamos esses recursos e distribuímos”, defendeu. “O grande problema e eixo central da minha fala é o que chamamos de governança, ou quais articulações devem ser feitas para que a máquina funcione”, pontuou.

Apesar do quadro um tanto pessimista, como admitiu ter traçado, e da correlação de forças desigual entre os poderosos e os desvalidos, Dowbor afirmou apostar na consciência quanto aos direitos e na pressão que será feita para que esses sejam respeitados para que haja a transformação necessária. “Não adianta construir mais muros na fronteira do México com os Estados Unidos, entre Israel e Palestina ou criar barreiras no Mar Mediterrâneo entre África e Europa. Por quê? Porque não há mais pobres como antigamente. Todo e qual-

O sentido da democracia é melhorar as condições de vida e trabalho do seu povo. As instituições devem ser respeitadas e continuadas no seu aperfeiçoamento democrático permanente

quer pobre hoje, de qualquer parte do planeta, sabe quais direitos ele tem e também de sua mulher, que tem o direito de parir em um hospital decente, que seu filho frequente uma escola decente etc..” Conforme o professor, dar resposta a essas necessidades é uma imposição que se coloca à humanidade. “Ou isso aqui vai para o brejo”, sentenciou.

A sessão com Dowbor contou com a participação do economista Odilon Guedes e da nutricionista Zaida Melo Diniz, ambos diretores da CNTU, que coordenaram o trabalho.

Educação continuada e plenária

A programação do 3º Encontro incluiu a mesa-redonda “O direito à educação continuada”, que contou com especialistas em várias áreas para abordar o tema (*leia matéria na página 29*). E ainda a 8ª Plenária do Conselho Consultivo da CNTU, cujo tema foi “Brasil 2022 – O País que queremos”, com contribuições ao projeto da confederação que leva esse nome, o qual visa um salto no desenvolvimento nacional sustentável até o Bicentenário da Independência (*confira os depoimentos nas páginas 65 a 75*). “O conselho é uma espécie de Parlamento da confederação. Reúne intelectuais que articulam, fazem diagnósticos e propõem soluções”, definiu Allen Habert, diretor de articulação nacional da CNTU.

Ao final dos debates foi aprovada por aclamação a Carta do 3º Encontro Nacional, que defendeu a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, assim como o aprofundamento da democracia, para que “todos os brasileiros tenham condições à vida digna e ao trabalho decente” (*leia a íntegra na página seguinte*).



Ladislau Dowbor enfatizou o desafio de fazer valer o interesse do cidadão comum diante do poder e da influência das grandes corporações

Carta do 3º Encontro da CNTU

Democracia e Desenvolvimento é o tema que embasa o 3º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), em que estão reunidos representantes das cinco federações e 97 sindicatos de profissionais universitários de todo o País, representando em torno de 2 milhões de economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas.

A CNTU trabalha para estimular a reinvenção do País. Debateremos e almejamos a construção de um projeto nacional permanente que combine a defesa dos direitos e da justiça social com o desenvolvimento sustentável e a soberania.

Uma sociedade do conhecimento com uma identidade unitária mostra as fronteiras imensas a serem ocupadas em todos os campos. Em seu 1º Encontro Nacional em 2011, a confederação fez um diagnóstico e recomendações em 18 áreas prioritárias para esse desenvolvimento sustentável. Em seu 2º Encontro Nacional em 2013, fez uma análise das particularidades e potencialidades do movimento sindical dos profissionais universitários e apontou dez desafios a serem buscados pelas entidades sindicais para a sua renovação e ampliação. Neste 3º Encontro Nacional, reafirma as “50 propostas para avançar no nosso desenvolvimento”, lançadas pela entidade no ano passado, e debate os caminhos que devemos trilhar para alcançá-las.

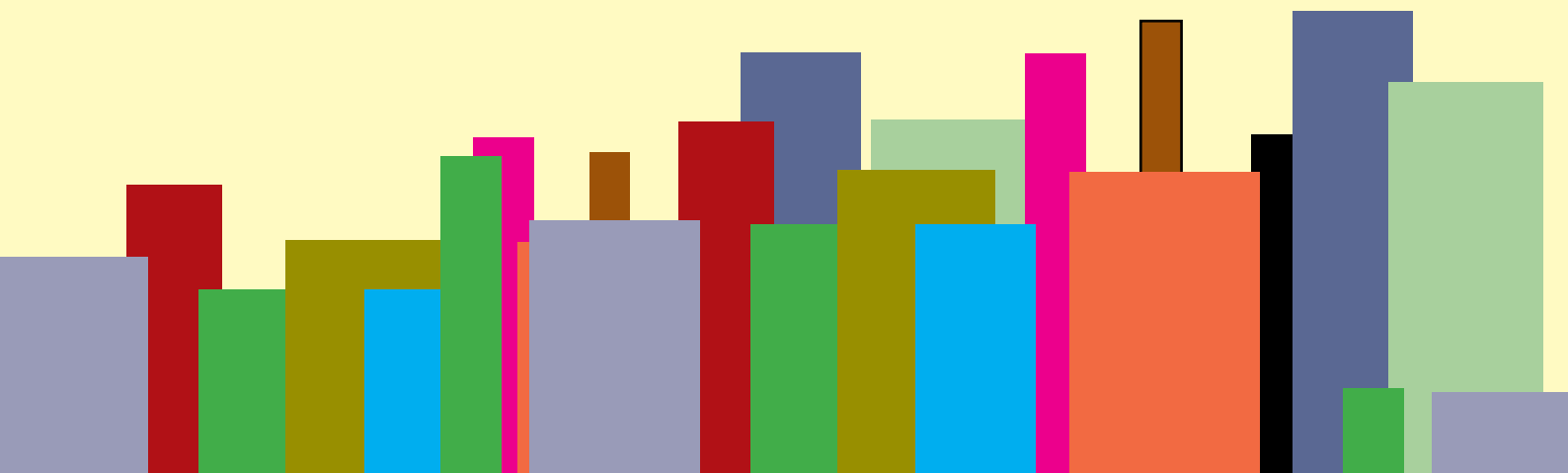
O Brasil é uma democracia em que a alternância de poder foi assegurada por eleições democráticas, as distâncias sociais diminuíram e a qualidade de vida melhorou. No entanto, a batalha contra as desigualdades sociais é central e decisiva para nosso futuro como nação protagonista na América Latina e no mundo.

O sentido da democracia é melhorar as condições de vida e trabalho do seu povo.

As instituições devem ser respeitadas e continuadas no seu aperfeiçoamento democrático permanente. A defesa da Constituição Federal, a sua regulamentação e implementação reforçam a necessidade de um fortalecimento da soberania cidadã.

Os profissionais universitários e os trabalhadores em geral, por meio de suas entidades sindicais e outras, entendem que a luta contra a recessão e pela retomada do desenvolvimento sustentável é básica para o processo de inclusão social, base de toda a democracia. O Brasil não pode estacionar, muito menos regredir, pois estamos bem longe de construir a base econômica para uma sociedade plenamente justa, em que todos os brasileiros tenham condições à vida digna e ao trabalho decente. Em todas as frentes, há que se trabalhar para prover o País de infraestrutura econômica, urbana e social. Para tanto, o modelo atual que privilegia e prioriza o pagamento de juros sobre o restante dos gastos do orçamento da União deve ser combatido. Faz parte dessa questão a necessária oficialização de uma auditoria da dívida da União.

Precisamos de uma agenda econômica fecunda para dar conta da variedade e dimensões dos problemas brasileiros que exigem solução para que o País se inscreva decididamente como moderno, ou seja, com a incorporação de todos os brasileiros aos padrões



razoáveis de vida e trabalho. Portanto, rejeitamos o ajuste fiscal em curso, paralisante da economia, aprofundador das injustiças sociais na medida em que os trabalhadores e a população mais pobre são os grandes prejudicados, em desacordo com as medidas e o tônus que o País demanda. Apoiamos a democratização do crédito a serviço da produção para o lançamento de um novo ciclo de desenvolvimento, liderado pelas pequenas e médias empresas e financiado pelas poupanças do povo brasileiro.

O Estado brasileiro está se enfraquecendo, pois as políticas recessivas têm levado a significativas quedas da arrecadação tributária, num momento de pressão por

Às vésperas da COP 21 em Paris, o País foi surpreendido pela maior tragédia ambiental de toda a sua história. O desastre na barragem de uma mineradora em Mariana devastou e envenenou a vida em 38 cidades no Vale do Rio Doce, evidenciando uma supremacia do capital sobre os interesses públicos.

A CNTU concebeu em 2011 uma campanha denominada Brasil Inteligente. Um dos seus focos no processo social ressalta o papel da educação e, em particular, da necessidade da educação continuada, que carece de um sistema nacional articulado que dê conta do salto necessário no processo produtivo e de serviços públicos. Discutiu-se neste 3º Encontro a educação continuada

um importante e animado evento da CNTU, no dia de ontem, em que se debateram as diretrizes e ações para o desenvolvimento da inserção dos jovens na vida profissional, na cultura e nos sindicatos. Não há sindicalismo do futuro sem a marca renovadora e crítica dos jovens.

A CNTU conclama e estimula as entidades e a sociedade em relação ao projeto Brasil 2022 – O País que queremos, lançado por ela, rumo ao Bicentenário da Independência. Vai intensificar seus esforços para uma forte mobilização social, de compartilhamento de ideias e propostas para serem conquistadas nos próximos anos, reunindo as forças da ciência, tecnologia, inovação, educação, saúde, cultura, arte, economia, dentre outras. A Constituinte do Saber promete ser uma síntese democrática para apresentação de prioridades, projetos, possibilidades e caminhos.

Temos convicção de que nosso País, no caminho de mais democracia e mais desenvolvimento, modernizando-se sem ameaçar a sustentabilidade, pode gerar um mundo novo e auxiliar a humanidade a dar um salto no seu processo civilizatório.

São Paulo, 10 de dezembro de 2015

Dia da promulgação da

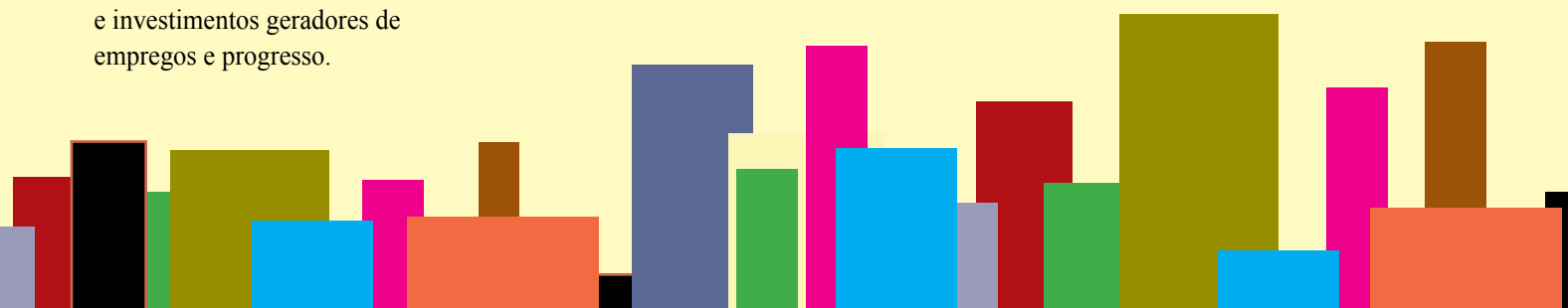
Declaração Universal dos Direitos Humanos, na ONU, em 1948

A CNTU concebeu em 2011 uma campanha denominada Brasil Inteligente. Um dos seus focos no processo social ressalta o papel da educação e, em particular, da necessidade da educação continuada

maior proteção social devido ao desemprego, ao retorno do crescimento da pobreza e às carências da infraestrutura. Destacam-se nesse contexto a precariedade e as dificuldades da saúde pública, resultando nas deficiências graves da assistência à população. É preciso alterar esse rumo. Recessão se combate com determinação política, visão estratégica, criatividade social e investimentos geradores de empregos e progresso.

para os profissionais universitários e as necessidades em cada uma das nossas categorias. Viu-se como é fundamental a luta unitária por esse direito e as diversas dimensões que envolvem o processo de sua conquista estratégica.

A promoção e a participação do jovem profissional foram objeto de



Educação continuada para o desenvolvimento sustentável

Criar um ambiente nacional de educação continuada dos profissionais universitários significa ter legislação, recursos humanos e financeiros que garantam a implementação desse direito

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), desde 2011, realiza através do seu projeto Brasil Inteligente um conjunto de oito campanhas. Todas elas se ligam de alguma forma à questão da educação. Por exemplo, a campanha Mais Ciência, Tecnologia e Inovação coloca a necessidade de se ter mais universidades na região amazônica, voltadas à educação, pesquisa e inovação para o desenvolvimento da região com valorização dos amazônidas e preservação do meio ambiente.

Outra campanha, Pela Internet Pública, rebate na questão da formação de recursos humanos e de desenvolvimento tecnológico necessário para o amplo acesso dos brasileiros à internet, na contramão daqueles que querem restringir o uso da internet. Enfim, todas as campanhas do Brasil Inteligente visam, entre outros objetivos, a educação, pois sem educação não há civilização, desenvolvimento e democracia de fato. Mas há uma campanha do Brasil Inteligente focada integralmente na educação, visando constituir no País um ambiente favorável à educação conti-

nuada dos 15 milhões de brasileiros que passaram por um curso superior e que precisam estar permanentemente se atualizando ou se requalificando para manterem-se como cidadãos capacitados a entender e agir no mundo contemporâneo em que a velocidade das transformações no conhecimento e no sistema produtivo é de tal ordem que aquele que não acompanha pelo menos em parte as mudanças sente-se um cidadão despreparado para a vida complexa neste terceiro milênio.

Criar um ambiente nacional de educação continuada dos profissionais universitários significa ter le-

gislação, recursos humanos e financeiros que garantam a implementação desse direito.

Assim, a CNTU vem realizando no âmbito da campanha Por um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários debates, estudos, consultas e outras ações que ca-

Criar um ambiente nacional de educação continuada dos profissionais universitários significa ter legislação e recursos que garantam a implementação desse direito

pacitem os quadros da CNTU, das federações e sindicatos filiados, bem como as categorias presentes na CNTU e os trabalhadores em geral a compreenderem melhor o que é a educação continuada e poderem formular e agir no sentido de ampliar as oportunidades de aprendizagem dos trabalhadores,

A seguir, a reprodução de algumas importantes palestras e entrevistas realizadas pela campanha Por um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários.



O direito à educação continuada dos profissionais universitários

Palestras tocam questões centrais da cidadania

No 3º Encontro Nacional da CNTU, ocorrido em dezembro de 2015, um dos pontos altos da programação foram as apresentações de seis educadores e lideranças acadêmicas discorrendo sobre suas análises, propostas e experiências sobre educação continuada.

A coordenação da mesa foi realizada por Fernando Palmezan Neto, engenheiro, diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) e do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec). Maria Rosa de Abreu, pedagoga da Universidade de Brasília (UnB), apresentou a evolução histórica das lutas dos trabalhadores pela educação continuada em vários países e a consolidação desses direitos conquistados em leis nacionais. Claudemir Galvani, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), abordou as questões problemáticas da educação continuada dos economistas, bem como os potenciais da sua expansão democratizante. José Roberto Piqueira, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), discorreu sobre a importância da formação de qualidade na graduação em engenharia para que a educação continuada não seja apenas um modo impossível de tentar corrigir as falhas da graduação.

Silvana Nair Cotezini, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentou os grandes desafios da formação dos farmacêuticos e suas experiências na qualificação desses profissionais para a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) em várias regiões do País. Sandra Maria Seabra Chemin, da Universidade São Camilo, abordou a formação diferenciada dos nutricionistas e como essas diferenciações impõem pensar a educação conti-



Mesa sobre educação continuada, no âmbito do 3º Encontro da CNTU

nuada desses profissionais. Ivone Duarte, médica, da Universidade Nove de Julho (Uninove), apresentou as particularidades da formação médica e a necessária educação continuada em medicina. Celso Zilbovicius, da Faculdade de Odontologia da USP, trouxe importante debate sobre a resistência do ensino superior em preparar os profissionais da saúde para a atuação no SUS e o papel que a educação continuada tem para vitalizar o sistema público de saúde.

Na sequência, três trechos de entrevistas realizadas no processo de preparação do 3º. Encontro Nacional da CNTU, que enriquecem esse debate, com três importantes pensadores da educação dos profissionais universitários. Paulo Capel Narval, coordenador do Curso de Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, que apresentou a diferenciação de conceitos “educação permanente” e “educação continuada” e como eles intervêm na formação dos profissionais.

Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador do Mestrado em Economia Política da PUC-SP, abordou o empobrecimento do debate público da economia

brasileira pela mídia, restringindo-a aos aspectos financeiros, e mostrou a importância da educação em economia ultrapassar essa situação, formando profissionais mais capazes a pensar a economia de modo mais amplo e autônomo dos interesses imediatos e a se preparar para um mercado de trabalho diversificado na área.

Élido Bonomo, nutricionista, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), abordou a necessidade da formação do nutricionista ter forte caráter multidisciplinar para que o profissional possa fazer a ligação entre o conhecimento nutricional e as condições sociais da população.

Um dos pontos altos da programação foram as apresentações de seis educadores e lideranças acadêmicas discorrendo sobre suas análises, propostas e experiências sobre educação continuada

A experiência internacional: legislação e transformações produtivas

“A CNTU quer, com essa campanha do Brasil Inteligente, a criação de um Sistema de Educação Continuada dos Profissionais”

MARIA ROSA ABREU

Pedagoga, professora aposentada da UnB, conselheira consultiva da CNTU

O que é educação continuada? É a gente aprender ao longo da vida. E por que aprender ao longo da vida? Porque o conhecimento se faz a cada instante, atualmente a cada minuto. A ciência está acelerando cada vez mais e essas inovações têm que chegar no nosso dia a dia, para a nossa vida ter mais qualidade, ser mais saudável. Trato aqui de alguns pontos essenciais da legislação que já foi alcançada em outros países, particularmente na França, que acaba de modernizar a lei inovadora, pioneira, implantada na década de 1970, atualizada no dia 3 de novembro de 2015, quando a Assembleia Francesa aprovou essa lei de reciclagem da educação continuada daquele país à luz das mudanças desses últimos 40 anos.

Interessante antes revermos um pouquinho as etapas, os marcos legislativos, institucionais e sociais da educação continuada em alguns países.

No pré-II Guerra Mundial, nós tivemos grandes campanhas dos sindicatos, na Europa como um todo, pelo acesso à educação. A universidade era elitista, inclusive houve nessa época um movimento de criação de universidades populares em que se organizavam cursos à noite, o operário trabalhava durante o dia e à noite ele ia fazer um curso.

Após a guerra são campanhas mais organizadas. Em 1966 foi criada a Universidade Aberta da Inglaterra. Até ali, a universida-



de inglesa só atendia 13% dos jovens. E a Universidade Aberta foi, no fundo, uma grande universidade da educação continuada e assim, até hoje, ela vem crescendo. Os sindicatos italianos conquistaram a Lei 300. Com ela, o trabalhador consegue 150 horas por ano para estudos, sem prejudicar o salário. Depois esse período passa para 250. Em 1974 veio a Lei de Julho, na França, uma lei de formação profissional bastante detalhada, compreensiva, reconsolidada agora, em 2015.

Em 1974, a Convenção 140 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bastante influenciada por todas essas experiências na Europa, adota a educação continuada. Em 1975, um ano depois, Cuba, França, Inglaterra, entre outros, aderem à Convenção da OIT. O Brasil vai adotar a Convenção em 1994. Adota, mas não implementa de verdade até hoje.

A CNTU quer, com essa campanha do Brasil Inteligente, a criação de um

Sistema de Educação Continuada dos Profissionais Universitários.

Em 1992 nós tivemos a conquista de legislação no estado de São Paulo, programa de desenvolvimento profissional para algumas categorias, que foi o marco pioneiro, inspirador, em que o Sindicato dos Engenheiros esteve à frente, mas a Convenção 140 da OIT continua só no papel aqui no Brasil, e a CNTU quer fazer com que ela realmente seja implementada na prática.

A nova legislação francesa, atualizando a de 1974, conta com oito capítulos e 54 artigos. Realmente é um modelo bastante completo de legislação, porque foi atualizada a partir de um diálogo entre sindicatos, setor empresarial e poder público. Ela define quem financia e aí entrou a responsabilidade do empregador e a responsabilidade do Estado.

A OIT está fazendo toda uma reflexão nova sobre a necessidade de requalificação e, portanto, da educação continuada, à luz das mudanças climáticas, à luz da mutação, à luz do momento de transição tecnológica que nós passamos.

Desde o século XIX, tínhamos uma indústria, cuja mola mestra é o petróleo e o carvão, o combustível fóssil. Nós estamos agora numa fase de mutação.

No caso do Brasil, no caso da luta da CNTU para implementar um Sistema de Educação Continuada, com base na regulamentação da Convenção 140 da OIT, trata-se de garantir direitos básicos, de equidade e justiça. Mas seria importante considerar também a questão das mutações técnicas, como propõe a OIT.

A graduação, o mercado de trabalho e a educação no SUS

“No Brasil, nós tivemos uma evolução do número de farmacêuticos muito expressiva, assim como dos profissionais de nível universitário como um todo”

SILVANA NAIR LEITE CONTEZINI
Farmacêutica, professora da UFSC,
diretora da Fenafar, presidente da
Escola Nacional dos Farmacêuticos,
conselheira consultiva da CNTU

Quando se fala em farmácia, normalmente a primeira imagem que vem, ou a primeira perspectiva, é a questão do medicamento como o que representa a própria farmácia, ou a área, o setor farmácia. E para a profissão farmacêutica, uma questão muito forte a respeito da produção de medicamentos, da relação muito objetivada, concretizada no produto medicamento.

E na pesquisa também, uma área muito conhecida pela sua formação científica e tecnológica e, portanto, muito ligada à questão da pesquisa. Mas o que tem, nos últimos anos, alcançado uma importância e uma representação na sociedade é uma demanda que vai muito além do produto ou da sua relação apenas como fornecedora de produtos, de mercadorias, mas agora também como fornecedora de serviços e de uma atuação como profissional de saúde propriamente, e não só de produtora e de fornecedora de produtos.

Nós temos hoje mais de 70 áreas de atuação regulamentadas, são quase 80 na verdade, que vão desde análise de solo ou de responsabilidade por bancos de leite ou bancos de sangue, por laboratório de análises clínicas, de controle de alimentos, a produção de medicamentos, a dispensação, a distribuição de medicamentos até o ambiente hospitalar e a educação, que é uma área da farmácia.

Sobre a educação permanente ou continuada, dependendo do conceito

que se queira usar, o que nós podemos dizer é de alguma experiência. Por exemplo, o curso de gestão da assistência farmacêutica, uma especialização a distância, numa iniciativa pública, totalmente com recurso público, da universidade aberta do SUS, que organiza e financia cursos de especialização ou pós-graduação para profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde, com recursos do Ministério da Saúde e execução por universidades públicas para várias profissões, a maioria são cursos multiprofissionais. Mas temos um curso específico para farmacêuticos em gestão da assistência farmacêutica, que é coordenado pelo nosso grupo na UFSC.

A primeira turma teve mais de 5 mil pedidos de inscrição, e nós tivemos 1.450 farmacêuticos. E a segunda turma, que está finalizando agora, no início desse próximo ano, teve mais de 4.600 pedidos de inscrição de farmacêuticos que atuam só no SUS, e estamos concluindo 1.290 formandos no curso de especialização. O curso é quase todo a distância, têm alguns encontros presenciais, sempre com uma maior concentração no Sudeste, mas

na última edição uma grande concentração no Nordeste, porque houve um direcionamento, como política pública, de maior investimento nos municípios que tinham mais deficiências, principalmente no Nordeste.

Alguns dados que levantamos dos alunos desses cursos podem nos ajudar a pensar a questão da educação continuada dos profissionais universitários. Em primeiro lugar, a carga de trabalho. Acima de 30 horas, no Nordeste, mais de 76%; no Norte, mais de 68%. No Centro-Oeste, Sudeste e Sul, em torno de 53% trabalham mais de 30 horas. Quanto aos vínculos trabalhistas, alguns dados chamaram a atenção. No Centro-Oeste e no Sul, em torno de 85% desses farmacêuticos têm dois vínculos empregatícios; no Sudeste, 89%; no Nordeste, 79%; no Norte, 81%. E três empregos, três vínculos trabalhistas, nós temos no Norte 11% e no Nordeste 15% desses profissionais. E esses profissionais se inscreveram e se comprometeram a fazer, além dos três ou dos dois empregos, um curso de especialização. Então essa é a condição que o nosso colega tem para fazer um curso de pós-graduação.

É importante ressaltar que essa experiência é de educação permanente, o que quer dizer que o curso se compromete com o ambiente de trabalho, está voltado para a prática concreta do trabalho, e as atividades do curso são realizadas principalmente no ambiente de trabalho, exigindo do aluno que ele tenha essa atenção, que não marque atividades nos horários das atividades do curso; normalmente as aulas são na sexta-feira e no sábado.



Financeirização e educação continuada

“Quando você tem a universidade pública, quem é o elo principal ali dentro? O usuário é o aluno. Quer dizer, a educação é o elemento fundamental”

CLAUDEMIR GALVANI

Economista, professor da PUC-SP e da FGV, conselheiro consultivo da CNTU

Preocupa-me o fato de os cursos universitários terem se transformado em mercadoria, com preço e fundos de investimento por trás. O maior número de vagas hoje é de entidades do mercado financeiro, ou seja, uma parte significativa é estrangeira, principalmente a americana. Assim, a formação dos nossos jovens está nas mãos do mercado financeiro internacional.

Eu acho que isso é um problema de segurança nacional, um problema em que o Estado tem que intervir, temos de discutir isso. Como posso deixar



os técnicos, a tecnologia e o conhecimento gerado em uma instituição que está preocupada, acima de tudo, com o quê? Com o seu acionista.

Quando você tem a universidade pública, quem é o elo principal ali dentro? É o usuário, é o aluno. Quer dizer, a educação é o elemento fundamental.

Quando você tem um fundo de investimento atrás, o elemento fundamental é o acionista.

Marx, já no século XIX, tinha previsto que o mercado financeiro dominaria todas as atividades. Eu não imaginava que a educação também, pois hoje o banco é dono de fazenda, da indústria, de farmácia, ele é dono de serviços e agora é dono da educação. Isso mexe especificamente com o futuro de qualquer país. Na China e na Índia não existe esse problema.

A educação continuada em nutrição

“Muitas vezes, a especialização em nutrição é para fechar lacunas da graduação”

SANDRA M. CHEMIN SEABRA DA SILVA

Nutricionista, professora e coordenadora do Curso de Nutrição do Centro Universitário São Camilo, conselheira consultiva da CNTU

A educação continuada é importante?

O primeiro curso de nutrição foi na Faculdade de Saúde Pública da USP, que na época era Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em 1939. De 1939 até 1996, ou seja, em 57 anos, foram criados 45 cursos de nutrição. Em mais 18 anos, foram criados 378 novos cursos de nutrição.

Atualmente, dados de novembro de 2015, contamos com 462 cursos de nutrição no País. Com a instituição do SUS e da reforma universitária, houve uma movimentação para se aumentar o número de cursos.

Posteriormente às diretrizes curriculares, nós tivemos na área de nutrição a instituição da carga horária mínima. E lamentavelmente, para a nutrição, ficaram apenas 3.200 horas, o que não atende o mínimo necessário. No Brasil, a média é de 3.500 horas.

Em função da grande expansão da ciência da nutrição, de atuação do nutricionista, nós temos que contar como vai ser o contexto da nossa formação dentro do panorama político social, que hoje exige de todas as profissões, mas especialmente do nutricionista. Ao nutricionista atual, quais são as habilidades que realmente a sociedade requer? Quais são as competências? Como contribuir para a saúde da população brasileira no combate às doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade,

diabetes, dislipidemias? Como nós vamos trabalhar numa formação? Qual a necessidade dessa educação continuada para contribuir com o desenvolvimento brasileiro, se eu tenho uma formação que, muitas vezes, não condiz com a necessidade nacional?



Sem graduação não há educação continuada

“Os cursos de graduação precisam ser mais bem cuidados e melhor fiscalizados neste país e, principalmente, os bons cursos têm que ser mais prestigiados”

JOSÉ ROBERTO CASTILHO PIQUEIRA
Engenheiro, diretor da Escola
Politécnica da USP

Quando a gente fala de educação continuada, continuada é um adjetivo, o substantivo é educação. Na minha opinião, a educação profissional começa na graduação. Não dá para ter um boa educação continuada para alguém que não fez uma boa graduação, senão fica um fingimento, uma limpeza de diploma. Isso é análogo à educação formal básica. É a infância, é a família, é a escola primária que formam os valores éticos dos adultos, é difícil mudar depois. É a graduação

As diretrizes curriculares são claras: o nutricionista é profissional que trabalha para prevenir doenças de indivíduos ou grupos populacionais.

A ampliação da área de atuação do profissional nutricionista levou à criação de cursos de graduação e pós-graduação. Muitas vezes, a especialização em nutrição é para fechar lacunas da graduação.

Eu trabalho numa instituição em que nós damos, por exemplo, especialização em nutrição clínica. Chega profissional lá sem saber que nós temos dois rins. E não é exagero. Muitos profissionais não fazem estágio na área clínica, quando é condição *sine qua non* para se formarem. Então as especializações começam a surgir como uma necessidade premente.

Eu entendo que nós precisamos de uma reflexão coletiva. E precisamos, principalmente, da participação das entidades de classe, discutindo na reconstrução do processo de ensino e aprendizagem. Se não fizermos isso, o País vai pagar um preço muito alto.

que forma o conhecimento básico para o exercício da profissão.

Os cursos de graduação precisam ser mais bem cuidados e melhor fiscalizados neste país e, principalmente, os bons cursos têm que ser mais prestigiados.

Quando alguém fala desse acidente da barragem de rejeitos em Mariana, está falando da má engenharia. Como é que um país que tem engenheiros tão bons tem uma engenharia porca como essa, que produz esse acidente de grandes proporções, comparável a uma tragédia que a gente costuma ficar admirado quando acontece em outro país, por quê?

Porque a engenharia é desprestigiada, a boa engenharia no Brasil é desprestigiada, a boa engenharia é trocada por uma planilha Excel, que tem lá custo e quanto eu posso cobrar, se eu puder ganhar um pouquinho mais, para que eu vou instrumentar uma barragem? Hoje todo o mundo sabe que se pode instrumentar uma barragem, medir as tensões, medir os deslocamentos das diversas partes da barragem e verificar se ela está num estado crítico ou não. Por que isso não foi feito? Porque esse é um item que foi cortado da planilha Excel.

Temos que evitar que o capital sem regulação gere desastres. Engenharia é uma atividade-meio, é uma atividade importantíssima para o transporte, para a saúde, para tudo.

A nossa escola formou, do ano 2000 até agora, mil politécnicos com duplo diploma. Mil politécnicos são engenheiros na Europa e no Brasil. Onde estão esses mil engenheiros? Grande parte deles voltou para onde fez o diploma



duplo, outra grande parte está onde se ganha mais, está ajudando os bancos a precificarem ativos, está ajudando os fundos de investimento. É essa engenharia que nós temos que resgatar, é essa cobrança que nós temos que fazer, onde estão os nossos bons alunos de graduação?

Falando agora sobre a educação continuada.

Na Poli nós fazemos educação continuada e temos até alguns cursos a distância, porque o curso de graduação, por melhor que seja, não forma a pessoa para o dia a dia do trabalho, o dia a dia do trabalho requer outros conhecimentos, requer conhecimento de gestão, requer conhecimento de legislação, requer conhecimento de segurança do trabalho, requer conhecimento de uma porção de outras coisas que, com a base da graduação, é possível desenvolver depois.

É muito importante botar isso na cabeça, é muito importante saber que os programas de educação continuada podem muito bem estar na universidade pública, pode muito bem a universidade pública, junto com as associações, junto com os sindicatos, promover cursos.

A longa formação médica

“Os médicos se concentram mais nas grandes cidades, nos grandes centros, nas capitais, e há sim uma deficiência da fixação do médico nas áreas mais distantes”

IVONE DUARTE

Médica, clínica, professora da Uninove, conselheira consultiva da CNTU

A princípio, todos nós conhecemos que uma das principais dificuldades na área da saúde é justamente que nós somos um país continental.

O SUS é um sistema de saúde muito novo. O Conselho de Medicina acabou de divulgar um trabalho extenso, muito bem feito, sobre a demografia do médico no País. Ele nos traz uma série de números interessantes. Um é a distribuição dos médicos por regiões. Uma das justificativas para o programa Mais Médicos é que realmente nós não teríamos o número de médicos necessários no País.

A princípio, a distribuição do médico não é tão ruim, se a gente comparar a distribuição entre o número de médicos e as populações das respectivas regiões.

Os médicos se concentram mais nas grandes cidades, nos grandes centros, nas capitais, e há sim uma deficiência da fixação do médico nas áreas mais distantes.

A gente tem que definir se o problema é o número de médicos ou se o problema é a fixação. Particularmente, eu concordo que a fixação é o ponto principal que deve ser elaborado.

Em relação à graduação, a gente não pode ter uma discussão de educação continuada se a gente não tiver uma graduação forte.

A nossa graduação em medicina vem também nessa modernização das diretrizes curriculares. No caso da medicina, a primeira mudança foi em 2001, para essa formação generalista, as diretrizes voltadas para esse foco. E foi agora modernizada, nessa última versão de 2014, foi melhorada, porque houve uma conversação entre o Ministério da Edu-



cação e o Ministério da Saúde, e essa conversação tem que melhorar, que eu acho que é ponto nevrálgico da formação e da educação continuada, porque eles ainda têm visões diferentes. Ainda não há uma integração em termos de objetivos de formação para essa graduação, apesar de ter melhorado imensamente.

O curso de medicina é um curso longo, de seis anos, com 7.200 horas no mínimo, sendo que os cursos nas instituições públicas, em geral, têm de 10 mil a 10.600 horas. São cursos em período integral, que têm uma extensão bastante grande de atividades.

O médico não se forma clínico geral, o médico se forma médico. Para ser clínico geral, ele tem que fazer mais dois anos de curso e tem que prestar provas de títulos. E isso dá muita confusão, porque as pessoas associam o clínico geral a não ser uma área especializada, e aí não teria uma especialização para ser clínico geral.

Nós estamos hoje com 259 cursos. Um dos desafios da graduação é aliar justamente quantidade e qualidade.

Ao longo dos dez anos que eu fui coordenadora de um curso privado de medicina, vi alunos excelentes com bolsas do ProUni (*Programa Universidade para Todos*).

E os alunos do Fies (*Fundo de Financiamento Estudantil*), em geral, também, porque eles precisam ir bem, senão perdem o financiamento e não serão médicos. Então, digamos que uma série de preconceitos que eu mesma tinha, por vir da escola pública e por conta de uma série de situações, acabou. A gente percebe a necessidade social de permitir que as pessoas possam desenvolver o seu melhor.

O programa Ciência sem Fronteiras, que infelizmente a gente está agora com uma redução de bolsas, também é um diferencial na graduação, superimportante para um país continental como o nosso. É importantíssimo que esse programa possa ser mantido.

Em termos do específico da formação continuada, a área médica tem uma peculiaridade, a gente faz seis anos de curso e o que é, como se fala, o padrão ouro da formação após a graduação é a residência médica.

A residência médica dura mais dois a cinco anos de período integral, então, se você pegar neurocirurgia, tem uma duração bastante longa, tem algumas que são de acesso direto, de dois a três anos. Nós fazemos, na minha área, que é plástica, seis anos de medicina, dois anos de cirurgia geral, três de plástica, e aí você vai para as áreas de atuação. Então, efetivamente, é uma formação muito extensa. Por mais que a residência seja efetivamente o melhor modelo, a gente tem que pensar em modelos alternativos que sejam bons, a gente precisa pensar e discutir a residência médica, discutir a residência multiprofissional e, realmente, adequar para uma modernidade.

Existem capacitações profissionais específicas e o Ministério da Saúde trabalha muito isso, formações profissionais, tem muita prática nisso. Educação continuada é superimportante para o médico também.

Formar o profissional para o Sistema Único de Saúde

“Muitos dos meus colegas da faculdade dizem para os alunos: ‘Se vocês não estudarem, o destino de vocês será trabalhar como dentista do SUS’, como se isso fosse denegrir a imagem deles, uma vergonha, e nós temos que reverter isso”

CELSO ZILBOVICIUS

*Odontologista, professor da
Faculdade de Odontologia da USP*

A educação permanente tem uma função importante hoje em dia. Nós não estamos formando nas graduações da área da saúde profissionais para o SUS.

O compromisso constitucional do SUS ser o ordenador das formações de saúde é um grande desafio nosso. Então, quando a gente fala em educação permanente não é ensinar o aluno a fazer mais uma bonita restauração, é para ele conhecer as necessidades de saúde da população brasileira, coisa que ele ainda não faz direito na graduação. Não adianta, o sistema educacional não atende.

As áreas de humanas e de saúde coletiva nas faculdades da área da saúde são tidas como as contra-hegemônicas, são as perigosas, são os professores comunistas, é assim que somos encarados, infelizmente. A gente ri porque a gente sabe o que é isso. Somos ameaçadores só porque queremos formar os profissionais da área da saúde voltados para o Sistema Único de Saúde, só para responder numa lógica de cuidado, não mais tecnicista.

Quando o aluno de odontologia chega e abre a boca, para ele seria maravilhoso se tivesse só a boca no consultório, não tem saliva, não tem gente, não tem história, não tem nada. E esse aluno tem que ser formado para o Sistema Único de Saúde, com uma lógica de integralidade, de equidade, de universalidade. E infelizmente ainda muitos dos meus co-

legas da faculdade dizem para os alunos: “Se vocês não estudarem, o destino de vocês será trabalhar como dentista do SUS”, como se isso fosse denegrir a imagem deles, uma vergonha, e nós temos que reverter isso.

A educação permanente depois, no SUS, justamente tem que fazer isso, para tapar buracos da graduação, mas tem que começar a trabalhar e dizer assim: o que é o SUS? Que lógica de trabalho, de prática e de cuidado de saúde vocês fazem?

Nós passamos por uma tentativa, na Universidade de São Paulo, de reformulação curricular, e todas as disciplinas que estavam ligadas à área da saúde pública, ou ciências sociais, ou ciências humanas, quiseram colocar como optativas, para vocês terem uma ideia, porque tinha pouca clínica. Como se no SUS não se fizesse clínica, como se não precisasse formar um bom dentista clínico, e sim formar um bom dentista para a iniciativa privada.

Então, essa é uma questão importante, esse é o primeiro foco, a edu-

cação permanente tem que formar o profissional de saúde para o SUS. Estamos tendo algumas experiências muito boas. A Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) é uma nova experiência importante, tivemos dentistas no estado de São Paulo formados como especialistas da saúde da família, quebrando esse paradigma da formação elitista da odontologia.

Somos muito orgulhosos do SUS. É o melhor sistema público de saúde do mundo em termos de cobertura, em termos de amplitude, em termos de universalidade, e ousar dizer para vocês, o único sistema público de saúde que tem a política nacional de saúde bucal como o SUS tem, nenhum outro sistema tem, nem a Inglaterra, nem a China, nem outro lugar que tenha a prevenção, a promoção da saúde, a reabilitação, enfim, a assistência tem.

A lógica de uma modernidade capitalista tem adentrado de forma violenta no SUS, sem o mínimo de reflexão e crítica, sem pensar no que está sendo feito, de que cuidado é esse que está sendo feito. E a saúde bucal não foge disso, como nenhuma área da saúde.

Portanto, eu quero dizer para vocês: há esperança? Há. Onde está? Justamente na educação permanente, na educação continuada. Por quê? Eu acredito, a educação continuada ou permanente, dentro do SUS, como política de Estado, não é política de governo, nós temos a obrigação de levá-la adiante. Temos sim, garantido pela Constituição, a política de Estado na área da saúde chama-se Sistema Único de Saúde. Se a sociedade cria preconceito contra ele, é outra história.



Economia não é só finanças

“Existem bancos de consultoria produzindo diariamente material para pautar a mídia na visão que eles querem”

Depoimento de Antonio Corrêa de Lacerda, economista, coordenador do Mestrado em Economia Política da PUC-SP

A economia é um curso muito pretensioso, porque estuda história, estuda métodos quantitativos, estuda política, estuda filosofia, estuda economia internacional, brasileira e tal.

Isso às vezes frustra o jovem estudante, porque ele fala: “Poxa, eu estudo tanta coisa e eu vou lá no mercado de trabalho e eles querem que eu faça uma operação financeira, um cálculo financeiro, que nem sempre eu estarei preparado.”

E eu sempre costumo dizer o seguinte, que o papel da universidade é formar o profissional e o cidadão e lhe dar as grandes linhas teóricas, as bases, ensinar a pensar. E depois, para as outras coisas, ele pode atuar no mercado.

Esse é o grande diferencial do curso de economia, diferencial positivo, porque ele te dá uma visão de mundo que vai lhe permitir, como profissional, atuar nas mais variadas áreas.

A economia foi capturada pelas finanças no debate público. A economia que chega às pessoas é



a economia que é interpretada, basicamente, pelos economistas dos bancos e de consultorias que atendem ao setor financeiro.

Isso já é uma distorção, pois é um apequenamento da economia. Eu acho que o grande desafio de um economista preocupado com o desenvolvimento, que é o meu caso e de outros, é passar uma alternativa, uma visão alternativa.

Trata-se de um trabalho hercúleo, pois a mídia já vem com a pauta pronta. Existem aqueles economistas ligados a esses interesses que estão o tempo todo disponíveis para atender os jornalistas, para atender a pauta que eles querem e, mais do que isso, existem bancos de consultoria produzindo diariamente material para pautar a mídia na visão que eles querem.

Temos uma experiência interessante na PUC, que é um mestrado em economia política, que visa exatamente dar outra visão, a partir dos clássicos. Aí temos Marx, Kalecki, Keynes e outros. Os primeiros economistas eram filósofos.

Grande parte desses economistas que fazem o mestrado na PUC vão para o mercado, e muitos deles são professores Brasil afora, e vão, evidentemente, multiplicar esse conhecimento.

A formação mais abrangente dos profissionais e dos economistas é muito importante. Existem as diretrizes de cursos de economia no âmbito do Ministério da Educação que definem uma grade básica, comum a todos, que é a macroeconomia, a microeconomia, a economia brasileira, economia internacional, econometria, aquelas disciplinas básicas. E a partir daí cada curso tem a flexibilidade de dar maior ênfase para deixar a sua marca.

Mas eu acho fundamental hoje, para você entender o mundo, uma participação contínua nos debates, sejam os congressos brasileiros, internacionais, seminários, ter um vínculo com as entidades preocupadas com o desenvolvimento. Essas são as formas de a gente se manter atualizado e não ficar restrito só a um campo, seja ele acadêmico ou profissional.



“A economia foi capturada pelas finanças no debate público”

A formação do nutricionista

“Não se forma um indivíduo na graduação, a graduação lhe dá o direito de se habilitar e exercer uma profissão. A formação tem que ser o antes e o após a graduação”

Depoimento de Élideo Bonomo, nutricionista, professor da Ufop e presidente do CFN

Uma premissa fundamental do educador é que ele tenha a capacidade de ensinar e de aprender concomitantemente.

Não é isso que se vê corriqueiramente na academia. A extensão universitária foi o grande divisor de águas para se compreender que a universidade, e notadamente a universidade pública, tem de fazer extensão na perspectiva de retroalimentar o ensino.

Sem nenhum demérito à pesquisa básica, necessária, é preciso dizer que a pesquisa aplicada leva as pessoas a refletirem e redesenharem o ensino a partir da experiência e da vivência coletiva.

Para responder isso, é necessário levar o ensino próximo ao local onde essas pessoas vivem. Se se tiver, por exemplo, a nutrição sendo formada apenas intramuros, não vai se ter a dimensão dos grandes fatores nutricionais, epidemiológicos e alimentares com que convivemos hoje na população brasileira.

A Maria do Carmo Soares de Freitas, uma grande estudiosa, nutricionista, da Universidade Federal da Bahia, tem um livro chamado *Agonia da fome*: um estudo fenomenológico, para o qual ela passou alguns meses morando em periferias para entender como aquelas pessoas de Salvador entendiam a fome, para ela poder orientar sua prática pedagógica.

Ela dizia assim, em vários momentos: “Eu sou mais bem aceita por antropólogos do que pelos nutricionistas. Estes acham

que o que eu faço não é nutrição.” Isso é motivado pelo fato de ela trabalhar muito com os conceitos de sociologia e antropologia, para compreender a alimentação, de onde está vindo, para onde vai, como as pessoas encaram o alimento. Ou seja, é um outro olhar, das ciências sociais, das ciências humanas, e não necessariamente das ciências biológicas.

Quando eu levo o estagiário ao campo para trabalhar, seja numa creche, numa escola, na unidade de saúde, no domicílio, numa visita no domicílio, num asilo, o conhecimento básico de dietética, nutrição humana, bioquímica, fisiologia é necessário, mas insuficiente para compreender o meio. Se não se tiver um pouco de saber sobre as ciências sociais, ciências humanas, questões ambientais etc., o estudo não se



“A universidade tem de fazer extensão na perspectiva de retroalimentar o ensino”

completa. Não se forma um indivíduo na graduação, a graduação lhe dá o direito de se habilitar e exercer uma profissão. A formação tem que ser o antes e o após a graduação.

Esse é o nosso entendimento da educação continuada e da educação permanente.

Mas os alunos estão se graduando, uma parte deles, para atender ao mercado. E a discussão que nós fazemos no sistema e nas entidades de nutrição é que é preciso identificar qual a necessidade da sociedade como um todo. Baseado em quê? Baseado em perfis epidemiológicos, baseado em perfis de saúde, baseado nas tendências de modificação do perfil do consumo alimentar, para onde ele está indo?

Nós, do Conselho Federal de Nutricionistas, nós do sistema, pensamos o seguinte: temos de formar gente com qualidade técnica, ética, política, que tenha capacidade de ajudar a promover saúde e prevenir doenças por meio de educação alimentar nutricional. Para isso, é necessário discutir o sistema de produção de alimento saudável.



Educação continuada e educação permanente

“Educação para a autonomia ou para a submissão? Que pedagogia é essa? De autonomizar, de emancipar trabalhadores, ou de subjugar-los, submetê-los. Há todo um debate que vem junto com a perspectiva da educação permanente”

*Depoimento de Paulo
Capel Narval, odontologista,
coordenador do Curso
de Especialização em Saúde
Pública da Faculdade de Saúde
Pública da USP*

Falar em educação continuada é uma coisa, falar em educação permanente é outra, nem melhor, nem pior, mas assim, são coisas diferentes.

Normalmente, quando se está em processos em que se tem uma política de desenvolvimento dos trabalhadores, sobretudo em instituições públicas, a tendência é falar em educação permanente e pensar processos de educação permanente. Na educação permanente você parte de uma formação prévia e insere essas pessoas numa política de educação que a instituição precisa definir.

E aí tudo nessa política deve se articular. Então, colocam-se questões como: quem vai participar disso? Que modalidades de atividades serão articuladas? São realizados cursos, mas esses cursos devem se combinar com oficinas, seminários, palestras, um conjunto de atividades que se combinam, tendo como perspectiva uma certa intencionalidade formativa do aprendizado que precisa estar explicitada para os envolvidos. Aí se colo-

ca inclusive toda uma discussão que o Paulo Freire coloca. Educação para a autonomia ou para a submissão? Que pedagogia é essa? De autonomizar, de emancipar trabalhadores, ou de subjugar-los, submetê-los. Há todo um debate que vem junto com a perspectiva da educação permanente.

Nesse conceito de educação permanente visa-se o desenvolvimento humano na sua plenitude, todo o potencial humano está posto ali.

No conceito de educação permanente, do qual compartilho, a formação do trabalhador tem um sentido específico, a instituição empregadora vai investir nisso, investir no sentido de ter uma política e ter recursos, alocar valores.

No caso do nosso estudante de odontologia, o exemplo que me é mais familiar, cirurgiões-dentistas ligados ao SUS, e portanto às instituições públicas, devem estar em processos de educação permanente. Devem participar de capacitações, seminários, oficinas, vão fazer cursos, saem, fazem um curso de especialização, talvez algo mais demorado, eventualmente vão fazer algum mestrado ou doutorado.

Já a lógica da educação continuada supõe o quê?

Ela supõe o reconhecimento de que é preciso a atualização profissional, que deve se criar oportunidades para que isso ocorra, mas é menos institucionalizada, menos orgânica, menos coordenada do que a estrutura da educação permanente.

A educação continuada, digamos, é mais espontânea. Tem outra perspectiva, a perspectiva de que deve haver ofertas, pagas aos profissionais, e os profissionais escolhem livremente, vão, fazem ou não fazem, vão ou não vão. E isso implica um



“Numa instituição pública, ou mesmo privada, o conceito mais adequado é o da educação permanente”

certo sacrifício, porque algumas atividades vão ser à noite, fora do horário de trabalho, ou vão ser no sábado ou domingo ou no feriado.

Numa instituição pública, ou mesmo numa instituição privada, o conceito que me parece mais adequado é o da educação permanente. Mas hoje o exemplo clássico para se falar em educação permanente é o do setor público, como por exemplo as instituições ligadas ao SUS.

Qual é o interesse? O interesse não é o mercado, e sim as necessidades das pessoas, ou seja, o que a população está precisando, as necessidades das pessoas e as chamadas necessidades sociais em saúde.

As atividades de educação permanente no setor público têm que mirar as necessidades sociais em saúde. Então, por exemplo, na saúde bucal, tem-se certas necessidades sociais na saúde que não são necessidades demandadas individualmente.

Na perspectiva da educação continuada é mais difícil trabalhar a partir das necessidades sociais da saúde.



A terceirização vai nos transformar num país de quinta

A terceirização das atividades-fim significa um golpe contra a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os direitos dos trabalhadores. Significa também trabalho mais precário e arrocho salarial



Jovens profissionais se organizam na CNTU

Representantes da juventude das várias categorias abrangidas pela entidade, vindos de várias partes do País, se reuniram para debater a formulação de políticas públicas

O SEMINÁRIO “Trabalho, política e cultura – construindo diretrizes e propostas de ações” significou um marco na organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). A atividade reuniu, em 9 de dezembro de 2015, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista, representantes da juventude das várias categorias abrangidas pela entidade, vindos de várias partes do País, para debater a formulação de políticas públicas voltadas a esse público e estimular a participação das novas gerações no movimento sindical.

À abertura, o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, saudou a participação dos jovens de várias partes do País, destacando a importância de sua atuação. “Juntos, faremos a diferença”, afirmou.

A parte inicial do evento foi prestigiada ainda pelos presidentes das Federações dos Nutricionistas (Fe-

bran), Ernane Silveira Rosas, dos Odontologistas (FIO), José Ferreira Campos Sobrinho, e do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Pedro Afonso Gomes; e pelos representantes das federações dos Médicos (Fenam), José Antonio Alexandre Romano, e dos farmacêuticos (Fenafar), Dalmare Anderson Bezerra de Oliveira Sá.

Marcellie Dessimoni, coordenadora do Departamento Jovem Profissional, responsável pela atividade, definiu o seminário como o início da construção de um trabalho da juventude da entidade. A compreensão essencial de quem compõe esse estrato foi propiciada pela apresentação do perfil social dos profissionais da base da CNTU, elaborado pelo professor e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Waldir Quadros (*leia entrevista na página 42*).

Trabalho, política e cultura

O evento contou ainda com um painel sobre comunicação e com uma dinâmica específica em grupos de trabalho que discutiram o “tripé” do departamento: trabalho, política e cultura. A partir disso, foram formuladas propostas e diretrizes de ações. “Inúmeras sugestões foram levantadas, como a da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais; combate ao assédio moral e sexual; maior participação nos espaços sociais, como nos conselhos profissionais; e a importância do fortalecimento dos direitos humanos para combater a intolerância racial e de gênero.” Outra proposta em debate é a criação de cinco departamentos regionais da CNTU, contemplando Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. “O nosso objetivo é trabalhar com unidade e para que a confederação possa representar cada vez melhor os profissionais, adequando ações e políticas aos jovens e para que se chegue a 2022 com o Brasil que idealizamos”, destacou Dessimoni.



Murilo Pinheiro (em pé): “Juntos, faremos a diferença”

Eles e elas com a palavra



*Isabella Fernandes, economista
de Campo Grande (MS)*

“Foi muito importante participar dessa atividade, porque em nosso estado temos uma imensa dificuldade em filiação dos jovens. Discutirmos juntos as nossas dificuldades e definir ações para enfrentá-las sem dúvida vai ajudar a mudar essa realidade. O importante é começar.”

*Taynara Bastos Trindade, estudante
de Engenharia de Rio Branco (AC)*

“Normalmente, o jovem que está na faculdade tem uma visão ruim da política e do trabalho sindical. Por isso, tudo o que se discute para quebrar esse muro é fundamental. Precisamos mostrar que o sindicato existe para defender os nossos direitos, para valorizar o profissional no mercado de trabalho.”



*Glauber Victor Cabral de Moraes,
cirurgião-dentista de Natal (RN)*

“A Confederação abre um canal fundamental para o nosso jovem debater não apenas questões específicas da profissão, mas para abrir o horizonte sobre vários outros assuntos importantes, como a saúde e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo.”

*Dalmare Anderson Bezerra de Oliveira Sá,
farmacêutico de Aracaju (SE)*

“O movimento sindical precisa acordar para o jovem profissional e visualizar nele o seu próprio fortalecimento. Os sindicatos precisam conquistar esse público que, com certeza, vai trazer ideias e dinâmicas novas à ação sindical. Com isso todos sairemos ganhando.”



“Há um significativo retrocesso na mobilidade social iniciada em 2004”

Marta Rezende

O ECONOMISTA Waldir Quadros, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e das Faculdades de Campinas (Facamp), vem realizando, ao longo das últimas duas décadas, um importante trabalho interpretativo a partir dos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Através do acompanhamento de séries históricas, ele e uma equipe de pesquisadores detectaram um sensível retrocesso na qualidade de vida dos brasileiros em 2013,

tendência que não se confirmou em 2014, mas que promete reaparecer mais forte nos dados a partir de 2015, devido às políticas recessivas em voga. Por solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Liberais Regulamentados (CNTU), Quadros apontou essas tendências para a cena social brasileira. Nesta entrevista, por *e-mail*, ele comentou também, entre outros assuntos, os resultados dos estudos que fez para a CNTU para o conhecimento do perfil socioeconômico dos jovens profissionais universitários.

Brasil Inteligente – Em trabalho de julho de 2016, denominado “PNAD 2014 – O retrocesso ficou para 2015”, o sr. afirma que as perdas apontadas pela PNAD 2013 não se confirmaram no ano seguinte. O que podemos esperar agora em termos de alteração da estrutura social brasileira?

Waldir Quadros – A PNAD de 2013 revelou um significativo retrocesso na forte mobilidade social iniciada em 2004. Esse comportamento, ao lado da estagnação econômica já percebida no momento da divulgação desses dados pelo IBGE (outubro de 2014), de fato nos levou a esperar que a mobilidade social descendente se mantivesse em 2014. Entretanto, quando a PNAD daquele ano foi disponibilizada, verificamos que essa evolução negativa não se confirmou. Diante da recessão vigente em 2015, com

aumento do desemprego e queda nos rendimentos, imaginamos que o retrocesso se manifestaria ao longo deste ano. A PNAD de 2015 ainda não foi publicada, mas o exame dos dados das PNADs Contínuas Trimestrais indica que o retrocesso se precipita de maneira inequívoca apenas nos dois trimestres iniciais de 2016. Isso no que se refere aos indivíduos ocupados, que são os contemplados nas PNADs Trimestrais. Assim sendo, os dados preliminares indicam que em 2015 o retrocesso se manifesta pela redução do emprego e forte crescimento do desemprego, ainda poupando aqueles que continuam ocupados. Por fim, caso se efetivem as medidas anunciadas pelo governo Temer no campo econômico e social, totalmente em linha com os interesses rentistas, é de se esperar um signi-



ficativo agravamento da crise social ao longo dos próximos anos.

BrI – O sr. tem um gigantesco banco de dados com as informações geradas pela PNAD. Como as entidades sindicais podem utilizar esses dados?

Waldir Quadros – Nos últimos anos criei, junto com meus parceiros, uma plataforma com os principais dados das minhas pesquisas acadêmicas, contemplando os Censos Demográficos de 2000 e 2010 e as PNADs de 1981 a 2014, com atualização contínua. Como essas bases de dados incluem todos os indivíduos ocupados (e suas famílias) em quaisquer situações ocupacionais, ou seja, pequenos e médios empresários, trabalhadores autônomos e empregados assalariados, possibilita examinarmos o perfil social dos ocupados e do conjunto da população. A principal utilidade dessa plataforma é gerar *online* os cruzamentos de todas as variáveis inseridas, a saber: profissões, setores de atividade econômica, gênero, raça, idade, escolaridade, emprego público ou privado (com e sem carteira). No que se refere às PNADs, esses dados podem ser desagregados por grandes áreas, estados e regiões metropolitanas. Seu uso é relativamente simples, bastando um pequeno treinamento e o progressivo desenvolvimento da capacidade de interpretar os resultados obtidos. Dessa forma, os interessados no acompanhamento das condições dos trabalhadores e suas famílias, bem como do conjunto da sociedade, podem adquirir uma grande autonomia e liberdade de ação para satisfazer suas curiosidades e preocupações analíticas.

BrI – Em 2014, o sr. produziu um primeiro estudo para a CNTU para se ter um perfil socioeconômico dos jovens universitários, com base nos dados da PNAD. Quais as principais características desse estudo?

Waldir Quadros – Nesse primeiro estudo, analisamos a evolução do conjunto dos jovens trabalhadores com acesso ao ensino superior no perío-



“A PNAD de 2013 revelou um significativo retrocesso na forte mobilidade social iniciada em 2004”

do de 2004 a 2013. Com isso, destacamos o impacto dessa fase de maior crescimento econômico e políticas sociais inclusivas nesse segmento diferenciado de jovens. Em termos mais gerais, evidencia-se que o Brasil passa por profundas transformações demográficas, com significativa redução na proporção de jovens na população. Ao mesmo tempo, é bastante expressivo o crescimento da população juvenil com formação universitária, e a estratificação social desses jovens é superior à dos jovens em geral.

Em 2013, o segmento de 25 a 29 anos revela o seguinte perfil, com base na situação de suas famílias de origem: 24% na alta classe média, 31% na média classe média e 38% na baixa classe média. Considerando apenas os jovens ocupados, a participação daqueles com acesso ao ensino superior avança de 16% em 2004 para 27% em 2013. Em 2013 o segmento feminino é maior que o masculino, ainda que a estrutura social dos homens seja melhor que a das mulheres: na alta classe média, 13% contra 8%; na média classe média, 29% contra 22%; e na baixa classe média, 47% contra 53%.

No que diz respeito às raças, verifica-se um avanço da parda e da preta entre os jovens ocupados com formação universitária. Na faixa de 25 a 29 anos, a parda avança de 21% em 2004 para 30% em 2013 e entre a ne-

gra, de 4% para 5%, certamente refletindo a adoção de ações afirmativas no vestibular das universidades.

BrI – Esse estudo continuou em 2015, a pedido da CNTU.

Quais as principais conclusões dessa nova fase?

Waldir Quadros – Nesse segundo estudo foram contempladas as pessoas com idade entre 20 e 34 anos, examinando-se em detalhes as condições sociais de cada uma das seis profissões que naquele momento eram representadas pela CNTU, a saber: cirurgiões-dentistas, engenheiros (desagregados em dez especialidades), farmacêuticos, médicos, nutricionistas e profissionais em pesquisa e análise econômica. Por outro lado, os dados foram desagregados pelas cinco grandes regiões. No conjunto dessas ocupações verifica-se uma maior concentração na faixa etária de 30 a 34 anos, avançando de 17% para 19%; e cresce a participação feminina, que passa de 39% em 2004 para 42% em 2013.

O Brasil passa por profundas transformações demográficas, com significativa redução na proporção de jovens na população

A engenharia continua a ser uma profissão majoritariamente masculina e a nutrição, eminentemente feminina. Em termos absolutos, destaca-se a presença das mulheres na medicina e odontologia.

Em seu conjunto, ao longo do período considerado, ocorre uma melhora na estrutura social dessas profissões, com a participação da alta classe média aumentando de 57% para 60%. Se agregarmos a média classe média, os dois estratos melhor posicionados atingem 82% em 2004 e 83% em 2013. Sem dúvida, esse perfil é altamente diferenciado.

Sem indústria, não há desenvolvimento

Em seminário da confederação, especialistas debatem formas de se incentivar setor que gera os melhores empregos

O ENCOLHIMENTO do setor econômico que gera os empregos de melhor qualidade e que pode colocar o País num padrão de desenvolvimento desejável motivou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) a realizar o seminário “O desafio de reindustrializar o Brasil”.

A atividade foi promovida por meio do Departamento de Conjuntura Econômica da entidade, coordenado pelo diretor Waldir Pereira Gomes, em 29 de junho de 2015, em São Paulo. Como lembrou o presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, durante a abertura da atividade, a iniciativa integrou o esforço de contribuir com proposições a questões importantes à sociedade brasileira.

Se a necessidade de recuperar a indústria foi consenso, não faltaram entre os convidados para debater o tema divergências sobre o diagnóstico do problema e como resolvê-lo.

Antonio Corrêa de Lacerda, professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi categórico: “O desafio de reindustrializar o Brasil é estrutural. Nos últimos dez, 15 anos, vimos evoluir grande mercado de consumo, mas isso não foi acompanhado de desenvolvimento industrial – e não por falta de capacidade

física para atender a demanda. Nos acomodamos enquanto sociedade de consumo, e não de produção e investimento.” Essa situação levou ao encerramento de tal ciclo, que chegou a culminar na geração de emprego e renda, segundo explicou ele.

Para complicar, Lacerda apontou a forma equivocada com que se propôs o ajuste fiscal, com “elevação brutal da taxa de juros” – política mantida pelo Banco Central, que em novembro do ano seguinte ainda mantinha a Selic em 14%. E completou: “Um convite à especulação e desestímulo à produção e ao investimento.”

Produtividade

Para Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda entre janeiro de 1988 e março de 1990 e atualmente consultor na área econômica, todavia, a chave para a reindustrialização não passa por rever os macropreços ou por definir uma política para o setor, mas por ampliar a produtividade na indústria e, com isso, sua competitividade. Na sua visão, requer capacitar a mão de obra,

resolver o “caótico sistema tributário” e questões como logística. “O desafio é restaurar a competitividade no setor, danificado por uma série de erros no passado. A reindustrialização será consequência natural e depende de liderança, diagnóstico e gente competente”, concluiu Nóbrega.

A coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia da PUC-SP, Anita Kon, reiterou que “não temos condições de competir com preços e escala” devido às deficiências em logística. Para ela, é preciso uma política industrial que integre questões de micro, macro e mesoeconomia, de curto, médio e longo prazos, bem como os setores público e privado. Tal política deve ainda, conforme Kon, buscar saídas para problemas como a baixa taxa de inovação. “As condições de pesquisa e financiamento são muito tímidas, e o coeficiente de importação de tecnologia é muito elevado.” Isso tem a ver, também na sua ótica, com o baixo nível de formação de mão de obra. “É necessário qualificá-la.”



À mesa, o presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Pedro Afonso Gomes, além de Waldir Pereira Gomes, Murilo Pinheiro, Antonio Corrêa de Lacerda, Mailson da Nóbrega e Anita Kon

SOS SUS

Querem acabar com o programa universal
definido na Constituição de 1988. Salvar o Sistema
Único de Saúde é um dever dos brasileiros



www.cntu.org.br



O desafio da integração dos trabalhadores universitários da América Latina

Seminário internacional serve de base para troca de experiências, consolidação de demandas continentais e fortalecimento do diálogo social

COM O OBJETIVO DE traçar um panorama sobre o trabalho e organização sindical na América Latina e no Brics (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) promoveu o seu II Seminário Internacional de Integração dos Trabalhadores Universitários. O encontro, que reuniu profissionais de formação universitária do Uruguai, Argentina, Nicarágua, Peru, além do Brasil, aconteceu em 27 e 28 de agosto de 2015, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), em São Paulo.

Welington Moreira Mello, coordenador do Departamento de Relações Internacionais da confederação, lembrou à abertura da atividade que os temas abordados durante o seminário são estratégicos para o País. Entre eles, a importância dos trabalhadores

universitários no sindicalismo internacional, no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e no Brics.

Diálogo nacional

Na oportunidade, o representante do Itamaraty, diplomata Lanier Morais, falou da “importância do diálogo nacional e internacional para que a cooperação dos povos se faça valer e seja efetiva”. A uma maior participação dos trabalhadores universitários nesse processo, ele colocou a rede de embaixadas do Brasil à disposição da confederação. O presidente da entidade, Murilo Pinheiro, enfatizou: “Para a CNTU, é fundamental promover esses eventos, dando condições aos nossos representantes para intervirem.” Também fizeram parte da mesa de abertura Stanley Gacek, na época diretor adjunto do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil; além

de representantes das categorias dos engenheiros, médicos, nutricionistas, odontologistas, economistas e farmacêuticos.

Fortalecer as organizações

Inaugurando as palestras do seminário, Gacek destacou: “O fortalecimento das organizações sindicais e a reivindicação de seus direitos no mundo são absolutamente imprescindíveis para a consolidação e o aprofundamento do diálogo social.” Ele salientou ainda que o movimento sindical, sobretudo diante da crise econômica global, tem o desafio de interferir nas políticas públicas em cada país – uma das vertentes de atuação da confederação, em especial através de proposições relacionadas na campanha Brasil Inteligente (<https://goo.gl/7JVjwc>).

Boa parte da palestra foi dedicada à análise sobre o direito de liberdade sindical, previsto na Convenção 87 – a qual ainda não foi ratificada pelo Brasil, o que, segundo Gacek, não o isenta de respeitar seus princípios, enquanto estado-membro da OIT. O expositor salientou a bandeira dessa organização de promoção do trabalho decente como “ponto de convergência de quatro de seus objetivos estratégicos: a promoção dos direitos fundamentais no trabalho, que inclui a liberdade sindical e o direito à organização, a geração de emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social”.



Os desafios do movimento sindical diante da crise global ocuparam boa parte dos debates

Mercosul e Brics

Abordando a importância dos profissionais no Mercosul, Leonardo Batalha Pereira, do Departamento de Relações Internacionais da Central Sindical Uruguaia PIT-CNT, defendeu uma nova formação dos trabalhadores universitários, sobretudo dos jovens e mulheres, visando a solidariedade entre os povos. Propugnou ainda pelo estreitamento do vínculo entre universidade e movimentos sociais.

Também apontando a premência de se discutir os programas de formação superior, Julio Gambina, professor do Instituto de Estudos e Formação da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), afirmou ser papel das categorias de nível universitário unir conhecimento profissional ao saber popular na busca de alternativas a um sistema que tem resultado em precarização das condições de vida em todo o mundo.

O fortalecimento das organizações sindicais e a reivindicação de seus direitos no mundo são absolutamente imprescindíveis para a consolidação e o aprofundamento do diálogo social

O protagonismo desses trabalhadores no âmbito do Brics foi outro tema em pauta. Otávio Cançado Trindade, primeiro secretário da Divisão Ibas (Índia, Brasil, África do Sul) do Brics do Ministério das Relações Exteriores, traçou histórico do surgimento do bloco, institucionalizado em 2014, diante da consolidação de um mundo multipolar. “O acrônimo Brics, cunhado em 2001



Os impactos da economia chinesa e a inovação tecnológica tiveram espaço amplo no seminário

pelo mercado financeiro para atrair investidores, passou a ter as vertentes de coordenação em reuniões e organismos internacionais, cooperação política e econômica. Entre os temas discutidos, agricultura, energia, saúde, educação, ciência e tecnologia, trabalho e emprego, prevenção de desastres, crise migratória, segurança cibernética, combate ao terrorismo e ao narcotráfico.” Segundo Trindade, foi criado um arranjo de reservas e um banco de desenvolvimento com aporte de US\$ 150 milhões por país, em implantação na China, para garantir financiamento de projetos de infraestrutura e o desenvolvimento sustentável do Brics e outros países em desenvolvimento.

Divanilton Silva, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), apontou o Brics como “alternativa aos países em desenvolvimento para darem um salto sobretudo com relação à defasagem em logística e infraestrutura. O sindicalismo tem que disputar um espaço nessa construção. Os trabalhadores precisam ter forte protagonismo nesse leito estratégico”.

Menos entusiasmado com o arranjo geopolítico, André Roberto Martin, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), afirmou não acreditar que o Brasil deva colocar “todos os seus ovinhos nessa cesta”.

Megaobras

No âmbito do desenvolvimento latino-americano, tiveram destaque na programação a ferrovia bioceânica – que ligará o Centro-Oeste e Norte do País ao Peru – e o canal interoceânico da Nicarágua. O primeiro projeto foi abordado por Gustavo Saavedra Garcia, presidente da Sociedade de Engenheiros do Peru. Na sua concepção, ao impulsionar a logística da América Latina, a bioceânica contribuirá “tanto ao desenvolvimento regional quanto mundial”. Ele enfatizou que o projeto de engenharia precisa vir acompanhado de plano de “educação”, para que a bioceânica não seja lugar de exploração informal de minérios. E alertou para os riscos de que a China, país de origem dos recursos que serão investidos na obra, beneficie-se social e economicamente em detrimento do Brasil e Peru.

O gigante asiático também está envolvido na construção do canal da Nicarágua, que conectará o Caribe ao Pacífico. O projeto foi defendido por Fredy Franco, dirigente da Frente Nacional dos Trabalhadores daquele país, como “estratégico não só à América Latina e Caribe, mas ao mundo”. O empreendimento foi apresentado por Telémaco Talavera, portavoz da Comissão Grande Canal Interoceânico da Nicarágua.

Curso de formação sindical: qualificar para a luta

Iniciativa essencial para a capacitação e dinamização da entidade

UM ESFORÇO FUNDAMENTAL que tem sido empreendido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) é a qualificação dos dirigentes sindicais de sua base, com o objetivo de garantir a boa representação e a defesa dos profissionais.

Com esse norte, a entidade vem realizando uma série de cursos de formação sindical, sempre abordando temas e aspectos relevantes às categorias abrangidas por ela e pertinentes ao cenário político e econômico em cada momento. Aconteceram assim as terceira e quarta edições da iniciativa, respectivamente em 15 e 16 de outubro de 2015, em Maceió (AL), e no dia 16 de setembro de 2016, em Aracaju (SE). Ambas as atividades foram coordenadas pelo odontologista José Carrijo Brom, diretor da confederação e coordenador do seu Departamento de Formação Sindical.

Confira a seguir relato resumido dos dois eventos. A cobertura completa pode ser conferida no *site* da CNTU, onde estão disponíveis também os vídeos com a íntegra das palestras.

O cenário político e econômico

Maceió – 15 e 16 de outubro de 2015

Nesta edição, a programação foi aberta pelo debate sobre o cenário político e econômico brasileiro. A primeira palestra ficou por conta do economista Ademir Figueiredo, assessor da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que questionou a existência de uma crise econômica no País, analisando diversos

indicadores no período entre 1995 e 2014. Entre os dados selecionados, ele listou melhorias, por exemplo, investimentos estrangeiros, reservas internacionais e balança comercial.

Na avaliação de Figueiredo, em vez de uma crise econômica, o que há no País é uma disputa sobre a política a ser implantada nesse setor. “Até onde o mercado é o dono do Brasil? Os rentistas controlam 47% do orçamento da União, que é o gasto para pagar amortização e juros”, concluiu.

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto deu sequência à análise da situação nacional, lembrando o papel do movimento sindical na sociedade: equilibrar o campo social em que se disputa a relação de trabalho, claramente favorável ao empresariado. “Todos os fatores de poder,

riqueza e hegemonia estão situados no campo adversário”, afirmou. Conforme ele, após ter avançado muito no período entre 2003 e 2013, em que a situação econômica do País favorecia as reivindicações, as entidades trabalhistas hoje atuam na dinâmica da resistência. “O credo do movimento sindical é baseado nos verbos resistir, representar e unir.”

A ideia foi reforçada pelo diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diante de ameaças aos trabalhadores no Legislativo, tendo em vista que “o empresariado capturou o Congresso”, e no Executivo, “que abrigou representantes do capital em funções estratégicas”. Diante do cenário desfavorável, Toninho convocou os dirigentes à ação. “Temos que fazer o enfrentamento de forma coletiva.”

Negociação coletiva

O caminho para evitar retrocessos é a negociação coletiva, tema que ficou a cargo dos desembargadores do Tribunal Regional do



Vargas Netto (ao microfone) lembra do papel do movimento sindical: equilibrar o campo social em que se disputa a relação de trabalho, claramente favorável ao empresariado

Trabalho de São Paulo (TRT – 2ª Região) Ivani Contini Bramante e Davi Furtado Meirelles. Para a magistrada, esse processo segue um princípio fundamental: “visa sempre a melhoria da condição social do trabalhador”, conforme a Constituição Federal. Enfático, Meirelles afirmou aos dirigentes participantes do III Curso da CNTU: “A negociação coletiva é a razão de existir de vocês todos.”

No entanto, se houver impasse entre capital e trabalho, isso pode não ser possível. Nesse caso, há a alternativa de instauração do Dissídio Coletivo junto à Justiça do Trabalho para que essa faça a mediação ou julgamento do conflito. Porém, lamentou Bramante, esse recurso está mais difícil desde 2004, quando foi implantado o dispositivo do “comum acordo” previsto na Emenda Constitucional 45. Esse exige que as partes tenham consenso sobre recorrer ao Judiciário, o que possibilita às empresas se esquivarem da negociação.

Gestão e comunicação

Em sua palestra sobre a gestão das entidades sindicais, Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP), recomendou especial atenção ao fato de se estar lidando com recursos e patrimônio que pertencem ao trabalhador. “Temos tanta responsabilidade de aplicar bem quanto o governo de gerir o dinheiro público”, enfatizou. O segundo aspecto fundamental, conforme Gomes, é que é de interesse dos profissionais que o seu sindicato seja bem estruturado e tenha capacidade de ação. “Entidade forte, categoria forte”, resumiu.

Encerrando a programação, o jornalista João Franzin apontou a necessidade de se tratar a comunicação como estratégica para a ação política das entidades. “Tem que ser sistemática, não pode ser um evento”, enfatizou. Ele também defendeu que as entidades invistam na profissionalização para ga-

Unidade para resistir à retirada de direitos e perdas salariais

rantir critérios como regularidade, qualidade na forma e no conteúdo e agilidade. “*Devezenquandário* não tem credibilidade”, ponderou.

Ameaças

O III Curso da CNTU contou ainda com palestra da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil, que falou sobre os ataques à Previdência Pública no Brasil. A pesquisadora desconstruiu o discurso sobre suposto *déficit*, o qual, na verdade, esconde o ataque a direitos. A juíza do Trabalho aposentada e advogada Mara Loguércio discorreu sobre os efeitos nefastos da terceirização da mão de obra, que representa a desregulamentação do trabalho. Conforme ela, o Projeto de Lei 4.330, que versa sobre o tema, já aprovado na Câmara e à espera de apreciação no Senado, a rigor dá fim à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Grave crise econômica

Aracaju – 16 de setembro de 2016

Os participantes desta edição receberam uma clara mensagem: o momento oferece perigos e é necessário buscar fortalecer-se e construir alianças para fazer frente a eles. A preocupação esteve presente na fala do diretor do Diap, Toninho. “A unidade de ação é fundamental e indispensável, ainda que não haja unidade orgânica ou política”, asseverou. Isso se justifica pelo cenário político nacional que aponta grave desvantagem para os interesses dos trabalhadores. “O governo tem perfil liberal e fiscalista. É o retorno da agenda do Consenso de Washington. O presidente da Câmara, Ro-

drigo Maia, é um homem de direita convicto, que acha que o Estado atrapalha e deve servir apenas para garantir a moeda, a propriedade e os contratos”, descreveu.

Nesse quadro, afirmou Toninho, “as garantias dos trabalhadores estão sob risco”. Ele destacou a PEC 241 (agora no Senado, como PEC 55), a proposta de emenda constitucional que determina o teto dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, limitando-os ao orçamento do ano anterior corrigido pela inflação. “A PEC aparentemente é neutra, mas na realidade não é”, criticou. Isso acontece, explicou Toninho, porque a demanda é crescente, e o congelamento não permite atender, por exemplo, quem se aposentar no futuro ou novos usuários dos serviços. “A PEC retira da sociedade, do Parlamento e do próprio governo a capacidade de definir o orçamento”, concluiu.

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto resumiu a conjuntura sem dourar a pílula: “Estamos atravessando a mais grave crise econômica num mundo que opera no mesmo comprimento de onda. A primeira constatação é de um quadro objetivo de dificuldade: recessão estrutural, desemprego forte e perda de renda. “Sendo assim, não há outra saída que não o fortalecimento do conjunto. No movimento sindical, temos que trabalhar com a resistência à perda de direitos e de ganhos salariais. Este curso terá sido um sucesso se sairmos daqui com a ideia entranhada da unidade para a resistência”, afirmou.

Terceirização e Previdência Social

Entraram na pauta também os ataques prementes que os trabalhadores podem sofrer. O primeiro deles, a terceirização da atividade-fim, foi o tema do presidente da CNTU, Murilo Pinheiro, que foi categórico em rechaçar a medida. “Temos a convicção de que esta é a bola da vez e devemos ter a clareza de que significa precarização do trabalho”, dispa-



O IV Curso, realizado em Aracaju em setembro de 2016, debateu as implicações da reforma trabalhista pretendida pelo governo

rou. Para ele, apesar da pressão do empresariado, que vem colocando a medida como “salvadora da Pátria”, é preciso demonstrar que isso é um equívoco, inclusive para a economia. “A nossa união e o empenho de cada uma das nossas entidades são essenciais para interferir nisso. Não podemos topar essa questão”, advertiu.

O advogado e especialista em seguridade social Luiz Gonzaga de Araújo abordou a proposta de reforma da Previdência Social, cuja principal medida anunciada até o momento é a idade mínima, para homens e mulheres, de 65 anos. “O pobre começa a trabalhar cedo e vai precisar contribuir 50 anos para se aposentar. Quando se fala em reforma, é simplesmente retirar direitos. Não se fala em encontrar formas para que o sistema financeiro contribua, por exemplo”, criticou.

Ele refutou também a alegação de *déficit* do sistema, que não leva em consideração as fontes de receita da Previdência, que incluem PIS e Cofins, além das contribuições dos trabalhadores e empresas. “Há estudos que demonstram que em nenhum momento a seguridade foi deficitária.”

Araújo defendeu que as entidades engajem-se à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, criadas pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). “É preciso resistir e

juntar inclusive quem estava a favor do *impeachment*”, propôs.

Reforma trabalhista

A reforma trabalhista, que também está à espreita, foi o tema do advogado Antonio Renan Arrais. “O grande sonho das empresas é flexibilizar a legislação, fazendo com que a CLT desapareça. Mas nós já estamos flexibilizados até demais. Apenas na base da CNTU, existem 15 formas de contratação”, descreveu.

Prevalência do negociado sobre o legislado é a pior das medidas pretendidas

Na sua avaliação, a comprovação de que essa restrição aos direitos assegurados na legislação em nada contribui com a economia é a Espanha, campeã do desemprego na Europa e onde existem 26 tipos de contratação.

Entre as alterações que o empresariado defende para as regras trabalhistas, Arrais destacou a possibilidade de poder fatar as férias sem limite. Isso serviria para que emendas de feriados, por exemplo, fossem

descontadas dos 30 dias aos quais o empregado tem direito. No limite, o descanso anual seria suficientemente fatiado para que não fosse necessário manter o 1/12 a mais no quadro para cobrir as ausências por um período mais longo, resultando em aumento do desemprego.

Entra ainda no cardápio a diluição do 13º salário ao longo do ano e o fim dos 40% de multa em caso de dispensa imotivada – regra que segue sendo provisória à espera de lei complementar que a regulamente. Deseja-se também alterar o artigo 468 da CLT, que estabelece o princípio da hipossuficiência do trabalhador, portanto protegendo-o em caso de disputa. A medida, advertiu o advogado, traz o esvaziamento da Justiça do Trabalho.

Por fim, entra na lista de objetos de desejos a reforma do artigo 618, trazendo a prevalência do negociado sobre o legislado, a pior de todas as medidas na opinião de Arrais. “Num país em que não se tem organização no local de trabalho ou estabilidade para o dirigente sindical e pode haver demissão imotivada de 100 trabalhadores, a correlação de forças é totalmente favorável ao empresariado, e serão feitos acordos na bacia das almas”, enfatizou.

Comunicação e organização sindical

A programação do curso da CNTU contou ainda com a participação do jornalista e blogueiro Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Diante da pauta regressiva que se apresenta aos trabalhadores, ele fez o alerta: “Neoliberalismo não combina com democracia. Juntamente com o desmonte, vem um período de autoritarismo, de calar as vozes dissonantes e de ataque ao movimento sindical.”

Encerrou a programação a palestra da consultora da CNTU, Martha Freitas, que apresentou aos dirigentes as regras para organização e regularização das entidades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasil Inteligente para unir e fazer a diferença



Campanhas são instrumentos de conscientização e mobilização decisivos para mudar um país. Com “O petróleo é nosso”, viabilizamos uma nação industrializada; nas “Diretas já”, reconquistamos a democracia; a partir da “Ação da cidadania, contra a fome e a miséria e pela vida”, começamos a fazer justiça social.

A campanha Brasil Inteligente, alicerçada em oito temas estratégicos da CNTU, das federações, dos seus sindicatos e parceiros, continua a luta rumo a uma nação mais próspera, democrática e avançada tecnologicamente e culturalmente.

São conquistas que os 15 milhões de profissionais de nível universitário e o conjunto da sociedade brasileira precisam alcançar para acelerar e dar um salto rumo ao nosso desenvolvimento pleno.

Você é parte imprescindível dessa construção.



*Instituir um Sistema
Nacional de Educação
Continuada dos
Profissionais Universitários*



*Implantação da
internet pública*



*Reabilitação bucal
para inclusão social*



*Por uma alimentação
saudável e contra o uso
abusivo de agrotóxicos*



*Uso racional de
medicamentos*



*Com mobilidade urbana
todos ganham*



*Mais ciência, tecnologia e
inovação na Amazônia*



*Qualidade na
saúde pública*



Federação
Interestadual dos
Nutricionistas



www.cntu.org.br

“Alguém aqui já viu propaganda de fruta e verdura na televisão?”

Lançamento do Departamento de Alimentação Saudável da CNTU e do projeto do Observatório Sindical Josué de Castro de Alimentação e Nutrição

O SOM DE ATABAQUES invadiu o auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL), em Maceió, acompanhando a voz forte de Igbonan Rocha, que entou as estrofes dos hinos do Brasil e de Alagoas. Assim começou o lançamento do Departamento de Alimentação Saudável da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e do projeto Observatório Sindical Josué de Castro de Alimentação e Nutrição. A data, 16 de outubro de 2015, assinalou também o Dia Mundial da Alimentação.

A luta da CNTU pela alimentação saudável

No evento em Maceió falaram, entre outros, Ernane Silveira Rosas, diretor do Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo e da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), que reúne os sindicatos dos estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará,

Pernambuco e São Paulo; José Ailton Ferreira Pacheco, diretor da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e vice-presidente do Crea-AL; Graça Maria Cavalcante, presidente do Sindicato dos Nutricionistas de Alagoas; Karine de Melo Brebal, do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) da 6ª. Região; Francisco Holanda e Francisco de Holanda Filho, ex e

atual vereadores, respectivamente; e Allen Habert, diretor da CNTU.

Na coordenação da mesa de abertura estava Gilda Almeida de Souza, farmacêutica e vice-presidente da CNTU. Na ocasião, ela afirmou não existir saúde sem alimentos saudáveis. Presentes estavam líderes sindicais da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e vários engenheiros da FNE.

O direito à alimentação

Duas palestras, o ápice do evento, deram o tom da CNTU. Foram proferidas por Sandra Maria Chemin, coordenadora do Curso de Nutrição da Universidade São Camilo (São Paulo), e Albaneide Peixinho, vice-presidente do CFN e ex-coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação, reconhe-



O debate sobre educação alimentar deu o tom na abertura do evento



cido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011 como um dos melhores programas do gênero no mundo. Ambas integram o Conselho Consultivo da CNTU.

Apesar de o Brasil ter saído do mapa da fome, nada garante que mantenha essa conquista, com o forte ajuste fiscal implantado desde 2015 no País

Sandra Chemim apontou os fatores que podem interferir na formação do hábito alimentar da primeira infância à adolescência, com destaque para a forte influência da publicidade voltada ao público infantil. “Alguém aqui já viu propaganda de fruta e verdura na televisão?”, questionou ela.

Outro aspecto relevante nesse cenário, observou a nutricionista, são as refeições cada vez mais feitas fora de casa e, principalmente, em redes de *fast-food*. Completam seu quadro de preocupações a atual cultura adolescente de magreza, para as meninas, e de músculos desenvolvidos, para os garotos, que podem levar à anorexia e à vigorexia.

Albaneide Peixinho, por sua vez, traçou um histórico da alimentação no País, assim como a luta sindical dos nutricionistas por reconhecimento profissional e por políticas públicas que garantam a saúde da população. Entre essas, destacam-se a criação do Programa Fome Zero, a elaboração ou o acompanhamento de vários projetos de lei em benefício da população - entre eles a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lo-san), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a Emenda Constitucional 64, inserindo alimentação como direito social.

A cerimônia de lançamento do Departamento de Alimentação Saudável pode ser vista na íntegra na *TV CNTU*.

Josué de Castro e a questão da fome

O Observatório é um projeto da CNTU e parceiros sindicais e sociais na luta pela alimentação saudável. Seu nome é uma homenagem ao médico pernambucano e um dos criadores da nutrição como curso universitário no Brasil. Zaida Diniz, nutricionista e diretora da CNTU, destacou na oportunidade a formação e as batalhas empreendidas por Josué de Castro (1908-1973), autor de Geografia da fome (1946). Sua grande contribuição científica foi definir que a fome não é problema natural, mas social e político.

Nascido no Recife e graduado em Medicina pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1929, Castro era um crítico das especializações. Seu trabalho científico foi marcado pela multidisciplinaridade. Além da fome, estudou questões como o meio ambiente, o subdesenvolvimento e a paz. Entre seus escritos destaca-se o romance autobiográfico Homens e caranguejos. Castro segue atual. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informa que em 2015 um bilhão de pessoas passavam fome no mundo, principalmente na África. O problema se estende por outras regiões e apesar de o Brasil ter saído do mapa da fome, nada garante que mantenha essa conquista, com o forte ajuste fiscal implantado desde 2015 no País.

Felicidade e economia

Se a economia reduz seu ritmo, aumentam as taxas de juros e as alíquotas de impostos, para compensar as perdas do sistema financeiro e do setor público, ajustes que não podem fazer os setores produtivos

“A FELICIDADE NÃO SE COMPRA” é o título brasileiro de um dos mais afamados filmes feitos nos Estados Unidos. Originalmente denominado *It's a wonderful life*, de 1946, foi dirigido por Frank Capra e estrelado por James Stewart.



Interessante que ambos os encarregados de dar nome ao filme – o norte-americano e o brasileiro – acabaram por se complementar na percepção do sentido do enredo, que trata dos aspectos materiais e imateriais da vida, da vida econômica e da convivência humana, seus conflitos e interesses.

Essa película é o mote para perguntarmos: no que a economia ajuda e no que atrapalha o ser humano nesse desejo, que é de todos, de felicidade?

Claro que seria bom saber, antes, qual a concepção de felicidade de que se está falando. Certamente uma tarefa inglória, pois é provável que houvesse 12 bilhões de respostas, se considerássemos os também 12 bilhões de habitantes, vivos e mortos, que o nosso planeta já abrigou, em sua história.

Sem toda essa pretensão, partimos da ideia de necessidade: a vida econômica é decorrente da necessidade de sobrevivência material do homem, assim como outros aspectos do dia a dia, imateriais, são consequência de necessidades da humanidade como um todo ou na individualidade de cada um de seus membros.

E a economia acaba resvalando fortemente nas questões imateriais, posto que ao menos duas outras categorias de necessidades humanas – a de dignidade e a de superação – são imateriais, mas podem ser alcançadas, também, através do mundo econômico.

Idealmente, portanto, a economia – produção e circulação de bens e serviços – deveria contribuir para preencher as lacunas da felicidade, mas sabemos que nem sempre é assim, para uma grande parcela da humanidade.

Cogita-se, então, da razão de tal circunstância e, novamente sem querer ter todas as respostas, segue um palpite: a remuneração dos fatores de produção é desequilibrada, de modo que aqueles que contribuem para a formação da riqueza não participam de seus benefícios de forma adequada.

Tomando como parâmetro o Brasil de hoje, com agravamento nas últimas décadas, aqueles que produzem (agricultura, indústria, comércio e serviços) estão perdendo terreno no usufruto da riqueza e da renda para aqueles que não produzem (go-

verno, sistema financeiro e aqueles que vivem de renda sobre bens).

Carga financeira e tributária em excesso recai sobre quem produz, especialmente aqueles que não têm como se proteger. Se a economia reduz seu ritmo, aumentam as taxas de juros e as alíquotas de impostos, para compensar as perdas do sistema financeiro e do setor público, ajustes que não podem fazer os setores produtivos.

Dentro do setor produtivo, a tensão permanente é pela digna remuneração do trabalho. Não há riqueza e renda sem trabalho, como disse Abraham Lincoln. Mas também não há trabalho sem organização dos fatores produtivos, o que, no nosso sistema, ocorre através das empresas.

Aqueles que parecem estar sempre em lados opostos – empresário e trabalhador – de fato não estão, exceto episodicamente. A sobrevivência da empresa é a sobrevivência do trabalho. Há como evitar privilégios exagerados e sacrifícios insuportáveis para ambos os lados, se existir transparência e competência, esta especialmente dos líderes sindicais, que devem conhecer as empresas e os seus setores, para poder extrair delas o melhor possível para os trabalhadores.

Voltando ao tema: se a felicidade é utopia – no sentido daquilo que se quer alcançar –, também a economia ideal é utopia, e ter ambas realizadas é tarefa que se propõe a cada geração, e a nossa não pode deixar de entregar um mundo melhor à próxima.

Pedro Afonso Gomes

Presidente do Sindicato dos Economistas
no Estado de São Paulo (SindeconSP)

Engenharia unida pelo Brasil

A hora é de reagruparmos as forças que acreditam na viabilidade do Brasil como país desenvolvido, soberano e justo – o que significa oferecer condições dignas de vida a toda a nossa população

A SITUAÇÃO QUE se apresenta aos brasileiros é alarmante: uma grave e duradoura recessão, que no final de 2016 já provocava o seu mais nefasto efeito, um forte desemprego a atingir 12 milhões de pessoas. Ao cenário econômico negativo, soma-se uma inegável crise fiscal a exigir medidas que busquem o reequilíbrio das contas públicas.

Diante desse diagnóstico, a questão que se coloca é qual caminho seguir na busca de uma solução. De um lado, está o simples arrocho como forma de conter gastos, o enfraquecimento na nossa já frágil seguridade social, a restrição ao crédito, o corte de investimentos e o desestímulo à produção, com taxas de juros que favorecem a especulação. Essa é a fórmula surrada imposta aos países em desenvolvimento por décadas e que já se mostrou equivocada. Lamentavelmente, até aqui essa tem sido a opção feita pelo governo federal e pelo Congresso.

Exemplo disso é a Proposta de Emenda Constitucional que congela gastos e investimentos, pelas próximas duas décadas, ao patamar real de 2016. Isso porque os valores só poderão crescer, a cada exercício, à ordem da inflação do período de 12 meses anteriores. Para se ter uma ideia do que isso significa, conforme simulação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), se a regra tivesse sido adotada entre 2002 e 2015, os recursos destinados a áreas essenciais teriam sido significativamente menores. “No caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%. Já em relação às despesas com saúde, a

redução seria de 27%.” Isso representa, respectivamente, R\$ 295,9 bilhões e R\$ 377,7 bilhões que teriam deixado de ser aplicados nesses setores. Além de afetar diretamente o bem-estar da população, a medida equivale a decretar a paralisação do Brasil.

Numa outra visão do País, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) propõe um esforço coletivo pela retomada do crescimento econômico, com distribuição de renda, preservação ambiental e fortalecimento da democracia. É preciso romper com a imposição do discurso do mercado financeiro, segundo o qual não há escapatória e estamos condenados a submergir no pântano da impossibilidade.

Essa mesma visão de que podemos avançar guiou a elaboração

pela nossa entidade do Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, em 2006. Lançado num momento em que falar em crescimento era impensável, o projeto demonstrou a viabilidade da retomada e muitas de suas ideias foram postas em prática por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com isso, tivemos significativo incremento do Produto Interno Bruto e, principalmente, do mercado de trabalho dos engenheiros, que cresceu cerca de 87% até 2013.

Infelizmente, por diversos fatores, esse ciclo virtuoso estancou e nos vemos hoje novamente diante de um quadro de encolhimento.

A hora, portanto, é de reagruparmos as forças que acreditam na viabilidade do Brasil como país desenvolvido, soberano e justo – o que significa oferecer condições dignas de vida a toda a nossa população. Esse conjunto de profissionais e entidades – num leque amplo que abrange os representantes do setor produtivo e os sindicatos, as associações de classe, o mundo acadêmico e o Sistema Confea/Creas – configura o movimento Engenharia Unida. O seu compromisso é com o desenvolvimento nacional e a valorização do profissional, que deve ter protagonismo na busca das saídas que o Brasil precisa.

Vamos à luta, unidos e confiantes no nosso futuro, que precisamos construir desde já.



Murilo Pinheiro
Presidente da Federação
Nacional dos Engenheiros (FNE)

Golpe atinge Constituição e ataca direitos

Os compromissos do governo ilegítimo são com os setores rentistas, o capital estrangeiro e a elite empresarial. Estão em risco os fundamentos da soberania nacional, com a privatização da Petrobras e do pré-sal, das companhias estatais e bancos públicos, a venda de nossas terras para estrangeiros, comprometendo a produção nacional de alimentos e o controle sobre as águas

O BRASIL vive mais um momento de ruptura democrática. Os setores oposicionistas, que por quatro eleições presidenciais saíram derrotados das urnas, perceberam que para aplicar uma agenda neoliberal de restrição de direitos, privatização do patrimônio público e submissão aos interesses do imperialismo norte-americano seria necessário um atalho: um golpe de Estado.

O *impeachment* que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República foi um golpe parlamentar/midiático/jurídico. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é um atentado aos preceitos constitucionais brasileiros.

Os compromissos do governo ilegítimo são com os setores rentistas, o capital estrangeiro e a elite empresarial. Estão em risco os fundamentos da soberania nacional, com a privatização da Petrobras e do pré-sal, das companhias estatais e bancos públicos, a venda de nossas terras para estrangeiros, comprometendo a produção nacional de alimentos e o controle sobre as águas.

Vende-se a ideia de que os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988 e os direitos dos trabalhadores garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 não cabem mais no orçamento do Estado.

O governo golpista também promove um desmonte dos direitos sociais conquistados nos últimos 13 anos. Programas de distribuição de renda, geração de emprego e inclusão estão sendo extintos ou reduzidos, entre eles



o Minha Casa, Minha Vida, programa habitacional voltado para as famílias de baixa renda; o Programa Universidade para Todos (ProUni), de ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior; Ciência sem Fronteiras, programa voltado para potencializar a produção científica dos jovens pós-graduandos brasileiros; o Bolsa Família, programa de complementação de renda para famílias carentes vinculado à educação; o Mais Médicos, programa que leva médicos para regiões carentes do País; o Aqui Tem Farmácia Popular, programa de distribuição gratuita de medicamentos essenciais.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), aprovada na Câmara e aguardando votação no Senado como PEC 55, atingirá o “coração” da Constituição de 1988. Temos alertado que essa é a PEC da morte. Segundo estudo do Conselho Nacional de Saúde, sua aprovação representará uma perda, só para os anos de 2017-2018, da ordem de R\$ 12,7 bilhões. Essa política vai inviabilizar todo o Sistema Único de Saúde.

A saúde sofrerá um abalo sem precedentes com a sua aprovação. Reduzirá custos com programas de vacinação para a população, de combate a doenças endêmicas como a dengue, o zika e a chikungunya, ampliará a demora no atendimento desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade. Como consequência, teremos o aumento dos problemas de saúde da população e do número de óbitos, numa afronta ao direito constitucional à vida e à saúde.

A Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e os movimentos sociais brasileiros estão nas ruas lutando contra o golpe e contra o retrocesso em direitos fundamentais conquistados pelo povo nos últimos anos. Conclamamos todos e todas a se juntarem a nós na denúncia e na resistência ao golpe.

Ronald Ferreira dos Santos
Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

A união dos trabalhadores

Por que não se fala em reduzir os juros extorsivos que nos são cobrados diariamente? Temos os maiores juros bancários do mundo e toda a população está calada quanto a isso. Por que não se regulamenta a lei que cobrará imposto sobre as grandes fortunas?

NO INÍCIO DE outubro de 2016, foi noticiado que os bancários, após uma greve de 31 dias, haviam sido vencidos pelos patrões banqueiros, pelo poder econômico. O que eles pleiteavam? A correção dos seus salários pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ou seja, simplesmente recuperar as perdas da inflação dos últimos 12 meses.

Mas os bancos “não podiam pagar essa correção”. Sabemos que os bancos só conseguem ganhar o que ganham porque os bancários estão lá trabalhando, suando as suas camisas, ajudando as suas empresas. E eles merecem respeito pelo seu trabalho.

E por que foram vencidos nessa batalha? Porque nós, trabalhadores não bancários, não nos levantamos e os apoiamos. Deveríamos ter sido solidários com nossos companheiros bancários, que são trabalhadores como nós. Apoiado e brigado com eles. Porque o poder do dinheiro está cada vez mais forte. Compram máquinas para substituir os homens. Compram a mídia para fazer com que a opinião pública se torne favorável aos seus interesses. Investem somente onde podem ganhar bastante, mesmo que existam trabalhadores sendo prejudicados, perdendo seus empregos ou suas

moradias. Conseguem bancar campanhas eleitorais milionárias, fazendo com que os seus “preferidos” sejam eleitos. E nós, “trabalhadores eleitores”, nos tornamos cegos, não enxergando nada disso.

No Congresso Nacional, cada vez mais a bancada de deputados e senadores representantes dos trabalhadores diminui. E, por isso, estamos sendo cada vez mais penalizados, porque votamos mal. Basta ver essa PEC 241 (tramitando no Senado como PEC 55) que vai sufocar toda a população, reduzindo direitos e aumentando deveres. E, infelizmente, ainda não aprendemos a cobrar dos nossos representantes – sindicatos, centrais sindicais, ministro do Trabalho, deputados e senadores – que façam uma ação de enfrentamento para conseguirmos o equilíbrio das forças.

Estamos em desigualdade por falha nossa. Não cobramos nossos direitos, com medo de lembrarem e nos cobrarem dos nossos deveres. Por que não se fala em reduzir as despesas milionárias que temos com deputados e senadores? Por que não se fala em reduzir os juros extorsivos que nos são cobrados diariamente? Temos os maiores juros bancários do mundo e toda a população está calada quanto a isso. Por que não se regulamenta a lei que cobrará imposto sobre as grandes fortunas? Por que o nosso Congresso regulamentou rapidamente a lei que permite jogar veneno sobre as nossas cabeças, nossas casas e sobre a comida que consumiremos, com a des-



culpa de matar o mosquito da dengue? Por que nos calamos quanto a tudo isso? Por que permitimos a redução nos investimentos em educação e saúde, nos gastos com a Previdência e também o aumento no gasto com os juros da dívida? E permitimos políticos se aposentarem com pouquíssimos anos de contribuição e ainda ganhando mais do que um salário mínimo. Hoje estamos perdendo para os maus patrões, para os banqueiros e para os maus políticos. Perdendo de lavada.

Como conseguir o equilíbrio de forças, para chegarmos, pelo menos, ao empate? Primeiramente, unindo-nos, e mesmo que tenhamos diferenças, apegando-nos aos nossos objetivos comuns: trabalho decente e vida saudável para todos e iniciarmos a construção de um Brasil soberano, independente, com um governo patriota e nacionalista!

Ernane Silveira Rosas

Presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran)

Odontologia de qualidade na saúde pública brasileira

O presidente Michel Temer insiste na aprovação da PEC que impede o aumento real nos investimentos em saúde pública, o que fatalmente impedirá avanços necessários nessa área, com reflexos evidentes no atendimento odontológico gratuito à população brasileira

UMA DISCUSSÃO permanente e necessária: como tornar a saúde bucal uma política pública universal e ter sua inserção integral no Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira ampliada, irreversível e com abordagem transversal e multiprofissional? Em que espaços institucionais ou não esse direito de cidadania se confirma e de que forma o Estado atua para que isso se torne realidade?

O envolvimento dos espaços de controle social no âmbito do SUS nessa discussão, acompanhamento e orientações é imprescindível para que seja possível alcançar uma defesa unitária da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente em todas as suas dimensões.

Assim, em junho de 2009, quando o Conselho Nacional de Saúde (CNS) instalou a Comissão Intersetorial de Saúde Bucal (Cisb), o objetivo era que essa pudesse assessorar o pleno daquele conselho e que dali resultassem recomendações, avaliações e monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal, à luz de vários olhares, uma vez que sua composição, com os usuários, gestores, profissionais de saúde etc., contribuiria decisivamente para o avanço dessa área no SUS.

Se hoje a saúde bucal pública brasileira tem uma política nacional instituída, que ampliou nesses últimos anos o acesso da popula-

ção à assistência em vários níveis, ajudando a mudar um quadro epidemiológico entristecedor, essa política do SUS não está livre de retrocessos em se persistindo políticas econômicas favoráveis ao mercado e que restringem o papel do Estado brasileiro. Faz-se urgente transformar a política nacional de saúde bucal em política de Estado para protegê-la de governos descompromissados.

Essa batalha é difícil, mas a Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) não deixará de lutar pela transformação. A profissão odontológica tem que assumir atitudes de protagonismo para além dos muros da odontologia, empunhando bandeiras que são estruturantes para o desenvolvimento do País. A defesa das reformas política e tributária deverá compor a agenda da profissão. O combate às desigualdades sociais e à corrup-

ção, o fortalecimento da democracia e uma melhor perspectiva no mercado de trabalho passam, necessariamente, por essas reformas.

Por seu lado, o governo federal, de contestada legitimidade, luta com todos os seus recursos para aprovar no Parlamento a famigerada PEC 241 (aprovada na Câmara e tramitando como PEC 55 no Senado), que congela os investimentos públicos por 20 anos. O presidente Michel Temer insiste na aprovação da PEC que impede o aumento real nos investimentos em saúde pública, o que fatalmente impedirá avanços necessários nessa área, com reflexos evidentes no atendimento odontológico gratuito à população brasileira.

Neste momento, é fundamental organizar a resistência contra essas ofensivas brutais, com a união das entidades odontológicas, com a articulação com os demais trabalhadores da saúde e da seguridade social, com a busca de aliados estratégicos que se encontram na sociedade, comprometidos com a democracia em nosso país. Afinal, como já foi dito e reiterado: “Saúde é democracia, democracia é saúde.” É nesse contexto que conclamamos todos a defenderem o SUS e a saúde bucal como direito de todos e dever do Estado.



*José Ferreira Campos Sobrinho
Presidente da Federação Interestadual
dos Odontologistas (FIO)*

**O PROBLEMA DO BRASIL
NÃO É A PREVIDÊNCIA.**

A PREVIDÊNCIA É SOLUÇÃO.

**O PROBLEMA DO BRASIL É
A POLÍTICA ECONÔMICA QUE
ESTRANGULA A SOCIEDADE
EM FAVOR DE UMA MINORIA**



www.cntu.org.br

 /CNTU.ProfissionaisLiberais

 /cntu_sindical

 /CNTUSindical





Solenidade foi realizada no Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, após encerramento do 3º Encontro Nacional da CNTU

Homenagem à competência e ao compromisso público

A QUINTA EDIÇÃO DO PRÊMIO Personalidade Profissional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) foi entregue em 10 de dezembro de 2015, em cerimônia realizada em São Paulo, após o encerramento do 3º Encontro Nacional da entidade (*leia matéria na página 24*). A homenagem marca o reconhecimento aos destaques do ano nas categorias profissionais representadas pela CNTU, que são indicados pelas federações filiadas. Também é premiada a personalidade escolhida pela confederação como Excelência em gestão pública – que em 2016 passa a ser nomeada Interesse público.

Agraciado em economia, Sérgio Mendonça lembrou sua trajetória profissional iniciada há 37 anos e destacou: “Nos últimos anos, tem-se uma ‘matematização’ da economia e isso tem nos afastado de lidar com o homem e a sociedade. Precisamos contribuir para encontrar caminhos à nova etapa do desenvolvimento nacional.”

Na categoria Engenharia, o prêmio coube a Carlos Monte, que homenageou seus avós e o pai, de quem herdou a vocação para a pro-

fissão. Em seu discurso, ele salientou as obras de infraestrutura necessárias ao País avançar, apontadas no projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), e sua fé de que “voltaremos a crescer”.

Assistência farmacêutica

Personalidade Profissional 2015 em Farmácia, José Miguel do Nascimento Jr. enfatizou a oportunidade que teve ao longo da sua car-

reira de “contribuir à assistência farmacêutica no Brasil” e alertou para sua importância em um projeto de desenvolvimento nacional que alie “conhecimento e inovação a serviço da saúde e bem-estar da população”, bem como do respeito à democracia.

Premiada em Nutrição, Patricia Constante Jaime arrancou aplausos ao homenagear as mulheres trabalhadoras brasileiras, “que têm conquistado espaço no mercado”. Falou ainda da garantia constitucio-



nal do direito à saúde e à alimentação saudável, a partir de um sistema socialmente justo e sustentável do ponto do vista ambiental. “Saio daqui fortalecida para seguir nessa trajetória de luta.”

Ao receber o prêmio em Odontologia, Rozângela Camapum frisou o avanço obtido no País em saúde bucal nos últimos anos, enaltecendo as ações da CNTU e da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) que contribuíram para tanto. “Trabalhamos de mãos dadas e de forma coletiva. Continuemos juntos, é assim que vamos transformar o País. Temos hoje grandes dificuldades políticas e econômicas, e o Brasil dará a volta por cima, como sempre fez, com ajuda dessas entidades.”

Por fim, Gilberto Kassab foi agraciado como Excelência em gestão pública e concluiu: “A vida pública é gratificante, tem momentos de reconhecimento, mas também de desgaste, o que exige desprendimento. Com essa homenagem, recarregamos nossas baterias para que possamos continuar em nossa missão de servir o País.”

Conheça os agraciados com o prêmio Personalidade Profissional 2015

Economia

Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), pós-graduado na área pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Foi professor de economia e gestão das relações de trabalho na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuou por mais de 20 anos no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ocupando os cargos de analista e diretor técnico. Integra o Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A. e da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp).



Engenharia

Carlos Saboia Monte

Engenheiro mecânico formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sócio-gerente da Profix Consultoria desde 1998, é consultor e coordenador técnico do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), desde 2006, quando foi lançado. Exerceu atividades profissionais como engenheiro nas companhias públicas Furnas Centrais Elétricas S/A e Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras S/A e nas privadas Montreal Engenharia, Chicago Bridge Construções, Iterna Isolantes Térmicos Nacionais e Project Engenharia Industrial.



Farmácia

José Miguel do Nascimento Júnior

Graduado em Farmácia Bioquímica, especialista e mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no qual foi coordenador geral de assistência farmacêutica básica. É ainda coordenador do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (Qualifar-SUS) e dos comitês Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos e Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, além de membro de vários outros, bem como de conselhos e câmaras.



“Trabalhamos de mãos dadas e de forma coletiva. Continuemos juntos, é assim que vamos transformar o País. Temos hoje grandes dificuldades políticas e econômicas, e o Brasil dará a volta por cima, como sempre fez, com ajuda dessas entidades”

Rozângela Camapum



Excelência em gestão pública

Gilberto Kassab

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e em Economia pela Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), também cursou Introdução à Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi ministro das Cidades entre janeiro de 2015 e abril de 2016. Atualmente, responde pela pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação. Foi ainda deputado federal em 1998 e em 2002. Na Câmara, apresentou projeto transformado em lei que instituiu a tarifa social de energia elétrica para consumidores residenciais de baixa renda. Renunciou ao cargo em janeiro de 2005 para assumir o mandato de vice-prefeito de São Paulo. No ano seguinte, assumiu o comando da Prefeitura da cidade e em 2008 alcançou a reeleição, em caráter pioneiro na história do município.

Nutrição

Patricia Constante Jaime

Nutricionista, mestre e doutora em Saúde Pública e pós-doutora em Epidemiologia Nutricional pela Universidade de São Paulo (USP) e em Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição pela *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, Reino Unido. Professora associada do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP. Esteve à frente da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde de 2011 a 2014, sendo responsável pela gestão federal da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e pela coordenação técnica do novo Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado pelo Ministério da Saúde em 2014.



Odontologia

Rozângela Fernandes Camapum

Cirurgiã-dentista graduada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Odontopediatria pela Associação Brasileira de Odontologia de Goiás. Foi coordenadora geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde até novembro de 2015, secretária especial de Saúde Indígena do órgão até agosto de 2015 e cirurgiã-dentista da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de 1987 a 2012. Membro de diversos conselhos e comissões ao longo de sua carreira, participou e organizou palestras, cursos, oficinas de capacitação, seminários e conferências.



Memória – Homenageados nas edições anteriores

2011	2012	2013	2014
<i>Economia</i> Dércio Gama Munhoz	<i>Economia</i> Paul Israel Singer	<i>Economia</i> Antonio Corrêa de Lacerda	<i>Economia</i> Gilson Garófalo
<i>Engenharia</i> Arnaldo Calil Pereira Jardim	<i>Engenharia</i> Fernanda Giannasi	<i>Engenharia</i> Romero Jucá Filho	<i>Engenharia</i> Marcus Alexandre Aguiar
<i>Farmácia</i> Norberto Rech	<i>Farmácia</i> Alice Mazzuco Portugal	<i>Farmácia</i> Maria do Socorro C. Ferreira	<i>Farmácia</i> Waltovânio Vasconcelos
<i>Medicina</i> Ricardo Albuquerque Paiva	<i>Medicina</i> Genival Veloso França	<i>Medicina</i> Paulo Roberto Davim	<i>Nutrição</i> Albaneide Peixinho
<i>Nutrição</i> Valéria Paschoal	<i>Nutrição</i> Sandra Maria Chemin Seabra da Silva	<i>Nutrição</i> Élido Bonomo	<i>Medicina</i> Eleuses Paiva
<i>Odontologia</i> Gilberto Alfredo Pucca Júnior	<i>Odontologia</i> Vitor Gomes Pinto	<i>Odontologia</i> Maria H. Machado de Souza	<i>Odontologia</i> José Tadeu de Siqueira
<i>Excelência em gestão pública</i> Gilson de Cássia Marques de Carvalho	<i>Excelência em gestão pública</i> Antônio Augusto de Queiroz	<i>Excelência em gestão pública</i> Rosa Maria Cardoso da Cunha	<i>Excelência em gestão pública</i> João Guilherme Vargas Netto

É direito

EDUCAÇÃO

É de ver



www.cntu.org.br

Rede de pensadores-transformadores do Brasil

O CONSELHO CONSULTIVO da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) é uma rede de lideranças de alta qualificação cultural, social, técnica e científica, disposta a interagir voluntariamente com a entidade no debate e proposições de questões de interesse dos profissionais, dos trabalhadores em geral e da sociedade brasileira. O Conselho Consultivo não tem obrigações estatutárias nem hierarquia. Ao mesmo tempo em que se pretende fortalecer a confederação, com o estabelecimento de ligações entre a entidade e os membros do conselho, espera-se que os laços culturais e sociais entre os seus integrantes gerem oportunidades e conhecimento.

A implantação do conselho vem sendo realizada gradativamente desde 2011, sendo que a cada plenária novos membros são empossados. Atualmente o coletivo é composto por 1.022 participantes. No lançamento desta revista, ele será

ainda maior, com novos conselheiros empossados em dezembro de 2016. É o “Conselho das 1.000 cabeças”, como é também conhecido. São membros natos os diretores da CNTU, os presidentes das federações e dos sindicatos filiados.

A participação dos conselheiros consultivos: uma profusão de possíveis

Para a participação dos conselheiros na vida da confederação, há diversos meios flexíveis e descentralizados, de forma que cada membro faça do modo como lhe for mais satisfatório e conveniente. Um desses meios são as plenárias, realizadas ao menos uma vez por ano. São transmitidas *online* na internet, dando a todos a possibilidade de acompanhamen-

O Conselho Consultivo da CNTU é formado por mais de mil personalidades de diversas áreas. Elas dão uma inestimável contribuição individual e coletiva em temas de grande interesse nacional



Plenária do Conselho Consultivo da CNTU: reunião de saberes a serviço do País

to das atividades, e disponibilizadas posteriormente no *site* da CNTU. Nas duas últimas plenárias, a 8ª, acontecida em dezembro de 2015, e a 9ª, realizada em julho de 2016, 39 conselheiros fizeram uso da palavra, seja para se apresentarem, exporem ideias, projetos, reivindicações, propostas, em que se pode constatar a pluralidade de pontos de vista, a multiplicidade de olhares sobre a confederação, o sindicalismo, o País e os vários temas.

Palavra dos conselheiros

Poéticas para o encantamento do mundo

HAMILTON FARIA – Sociólogo

Nós estamos vivendo uma mudança de época e não uma época de mudança. Nós estamos vivendo uma mudança num paradigma civilizatório, e dentro desse paradigma civilizatório é importante que se contenha não apenas a política, não apenas a economia nas suas centralidades, mas as poéticas, as artes, as vidas sensíveis que existem na população e nos agrupamentos humanos. Uma vez um xamã foi



consultado por uma pessoa da sua nação, e ele estava se sentindo muito mal e perguntou o que fazer. O

xamã respondeu: “Quando você parou de cantar?

Quando você parou de dançar?

Quando você parou de rir?

Quando você parou de contar histórias?” Eu acho que a arte nos traz essa possibilidade e realidade sensível.

Edgar Morin diferencia a ideia da felicidade da ideia da poesia da vida, e fala que mais importante ainda que a felicidade é a ideia da poesia da vida, porque nós vivemos às vezes a vida prosaica, a vida da sobrevivência, e há uma necessidade de uma vida significativa, de uma vida poética. Só assim é possível, realmente, reencantar o nosso país.

Eu acho que a questão hoje não é uma questão apenas de economia, de PIB, mas de uma Felicidade Interna Bruta, de uma FIB, e da possibilidade de encantamento no mundo.

(8ª Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Juventude ativa e presente

WILLIAM DE SALES CAMPOS OLIVEIRA – Nutricionista

Sou o diretor político do Sindicato dos Nutricionistas da Bahia. E lá no sindicato metade são pessoas



experientes e a outra metade são jovens. Tanto no sindicato quanto na política, tanto aqui como na CNTU, enfim,

em várias outras entidades, várias outras classes, é importante a juventude estar ativa e presente.

Trabalhamos muito, muitos jovens, de várias partes do Brasil, para que façamos as diretrizes da juventude aqui da CNTU.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Com participação é possível mudar

EDUARDO WAGNER DE SOUZA – Engenheiro

A mudança se dá pela ação, pela atitude, pela participação.

A grande maioria da população não sabe nem o que é isso, não conhece sequer instrumentos



para a participação. E a CNTU é a oportunidade de o conhecimento fazer a mudança que o País precisa. A CNTU faz parte desse processo da vanguarda do conhecimento que precisa para virar a página que a gente vive hoje.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Gente boa com vontade não falta

ANDRÉ WERNECK – Administrador

Na minha vida profissional, eu caminho bastante pelo Brasil todo, e eu sempre encontrei pessoas incríveis, fantásticas, e cada vez que eu encontro essas pessoas eu falo: “Puxa vida, por que esse país não pode ser melhor, se a gente encontra...” Como a coisa ruim se aglutina e se organiza e está muito bem organizada, eu acho que hoje está faltando a coisa boa também se organizar. Então essas pessoas que estão com vontade de desenvolver um conhecimento, de fazer uma modificação na sociedade brasileira, trabalhar o coletivo, o coletivo no sentido de que se alguma coisa é boa para mim, mas prejudica a grande maioria não pode ser boa, nem para o coletivo nem para a grande maioria.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Pensar a cidade sustentável

Maria Rosa Abreu de Magalhães – Pedagoga

O anel metroviário da Grande Paris está sendo construído e tem 300 quilômetros. Praticamente não há ônus para o poder público. É um planejamento envolvendo a construção civil, novos polos de moradia, renovação dos polos. E esse metrô, cada estação, são quase 80 estações, modernas, cada uma foi objeto de um concurso internacional, inclusive um escritório aqui de São Paulo ganhou uma das estações. E o interessante nessas estações é que elas prestam serviços, serviços públicos, comerciais, cultura, têm escritórios de aluguel, então esse dinheiro é que entra para financiar. Pensar a cidade de amanhã é pensar a cidade sustentável, a cidade democrática e a cidade onde a gente vai inventar novas formas de financiar a qualidade de vida e, por exemplo, o transporte público.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Moção de repúdio à vaporização aérea de agentes tóxicos

PLENÁRIA DO Conselho Consultivo da CNTU, realizada em 1º de julho de 2016, aprovou moção de repúdio à disposição da Lei 13.301/2016, que autoriza a vaporização aérea de agrotóxicos como medida para o controle de vetores.

Os conselheiros consultivos da CNTU, reunidos na 9ª. Plenária do Conselho das 1.000 Cabeças, vêm manifestar repúdio à determinação legal que autoriza a vaporização aérea de agrotóxicos como medida de controle do vetor e da eliminação de criadouros do mosquito transmissor dos vírus da dengue, chikungunya e zika.

No dia 28 de junho de 2016, o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 13.301/2016, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente interino da República, que “dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus zika; e altera a Lei no 6.437, de 20 de agosto de 1977.” Entre as disposições, essa lei permite a “incorporação de mecanismos de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves”, permitindo assim que os agrotóxicos atinjam inclusive as áreas habitadas, ou seja, residências, escolas, creches, hospitais, clubes de esporte, feiras, comércio de rua e ambientes naturais, meios aquáticos como lagos e lagoas, além de centrais de fornecimento de água para consumo humano.

Antes e posteriormente à aprovação desse dispositivo, diversas instituições e profissionais de saúde manifestaram-se contrários a ele, justificando e esclarecendo as autoridades e a população quanto aos perigos envolvidos. Os órgãos de imprensa apuraram que a proposta partiu de entidade interessada em ampliar com essa medida o mercado para as aeronaves e, conse-

quentemente, para os agrotóxicos. Um parlamentar abraçou a proposta e a apresentou sob a forma de emenda à Medida Provisória 712/2016. Desconsiderando as denúncias, alertas e restrições, a proposta tornou-se lei em curto espaço de tempo. A medida contrária inclusive pareceres anteriores desfavoráveis a ela do Ministério da Saúde, bem como a instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a aplicação da legislação que regula o uso de agrotóxicos no País (Lei 7.802/1989), proibindo a aplicação aeroagrícola em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de “povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população” e de 250 metros de “mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais”.

Entre as principais consequências da medida autorizando a vaporização aérea de agrotóxicos, inclusive sobre as áreas urbanas, destaca-se elevado potencial de causar graves doenças nos seres humanos, extinção de espécies vegetais e animais e perdas econômicas, além de significar mais um retrocesso diante do crescente apelo dos brasileiros pela redução do uso de agrotóxicos no País que, infelizmente, desde 2008, é o maior consumidor mundial dessas substâncias.

Pelo exposto acima, vimos somar as nossas vozes a outras vozes de brasileiros que se manifestam repudiando essa medida e clamam por políticas públicas que induzam à crescente redução do uso de agrotóxicos e garantam a vida saudável e o melhor equilíbrio ambiental do planeta.

Para criar o modelo de saúde que a gente quer

MARTA MAITE SEVILLANO - Médica

Quando a gente fala de qualidade da saúde, como médico, a gente sempre vai pensar: “Nossa, não existe saúde sem médico.” Eu concordo, mas eu também concordo que não existe saúde sem enfermeiro, sem fisioterapeuta, sem nutricionista, sem engenheiro, sem advogado, sem economista. Eu acho que a gente precisa um pouco deixar de individualizar para ver a saúde num contexto maior. O que é o contexto maior? É promoção e também a tentativa de curar os pacientes. Agora todo mundo fica louco com o zika, por que é que a gente não viu o Aedes antes? Isso é promoção, isso é prevenção.

Então o que eu gostaria de propor? Que fizéssemos um grupo de estudos, convido as pessoas, coloco o meu nome à disposição, o meu endereço eletrônico, para que a gente possa fazer um planejamento. Que planejamento é esse? As várias profissões. Quem sabe a gente consegue visitar alguns lugares que dão certo e alguns lugares que não dão certo? Eu não consigo diferenciar a saúde em pública e privada. Saúde é saúde. Eu posso ter uma hotelaria diferente, se o meu quarto tem um Picasso na porta e eu tenho três antessalas de espera, isso é uma coisa, mas o atendimento tem que ser o mesmo, as pessoas têm que ter direito.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Acesso aos bancos de patentes na vanguarda do conhecimento

BALMES VEGA GARCIA –
Engenheiro e advogado

Numa escola de tecnologia, numa escola de engenharia, os alunos ingressam ávidos por conhecer as mais recentes técnicas e tecnologias que são utilizadas mundo afora. E essas informações, infelizmente, não lhes são passadas. Onde encontrar o que as grandes corporações globais, em todas as áreas, estão pesquisando, o que estão inovando?

E nós, na periferia do mundo capitalista, nos damos conta de que, lamentavelmente, desperdiçamos essas informações. Então, através de um dispositivo móvel, comum



nos dias atuais, na era digital, um telefone móvel ou um pequeno computador, nós podemos ter acesso, através dessas sociedades californianas aí, que disponibilizam através de ferramentas de

busca, de uma maneira extremamente singela, acessando esses bancos de dados internacionais, como os que se têm na Europa, Estados Unidos e Japão, nós podemos ter acesso às patentes que são depositadas por essas grandes corporações, nas áreas de vanguarda do conhecimento, de maneira gratuita.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Crédito acessível para que o desenvolvimento não deixe de ocorrer

PEDRO AFONSO GOMES – Economista



O crédito é um instrumento muito importante para a sociedade na área de economia. E não só na área de economia, porque ele pode fazer com que aqueles que não têm recursos financeiros imediatamente possam usufruir de recursos que outros têm para que a produção não pare, para que os empregos não deixem de ser gerados, para que o desenvolvimento não deixe de ocorrer. Então, essa é a importância do crédito. Agora, o crédito, como todos os outros assuntos do mundo, tem duas faces. A primeira é quanto ele custa. Se nós formos à Constituição Federal de 1988, artigo 192, no caput dela – que agora só tem caput, porque tiraram todo o restante do artigo que falava sobre juros de 12% ao ano, isso acabou há dez, 11 anos –, diz o seguinte: o sistema financeiro nacional é constituído para propiciar o desenvolvimento e a igualdade de distribuição de renda e riqueza no País. Então, se a gente pensa a partir desse critério, quem sabe descubra que todas as instituições financeiras são inconstitucionais, porque no final das contas o que menos interessa é o aspecto da distribuição e o desenvolvimento equânime dos diversos setores e das diversas situações. O importante aqui, o que me parece uma das coisas importantes, é pensar o seguinte: apenas cinco bancos, cinco conglomerados financeiros no País, concentram 75% das operações de crédito, e quem domina faz o

preço, quem domina faz as regras, e isso é um problema sério quando nós falamos de democratização do crédito. Para se ter uma ideia, hoje o lucro líquido – e o lucro líquido, quando eu estou dizendo, é tirando já todos os impostos, inclusive perdas, inadimplências etc. – dá cerca de 44% ao ano sobre o capital próprio dos bancos. Aqui foi falado: “tem lucro de 8%”. Existe 8% de lucro sobre o capital, os fundos de investimentos etc., enquanto os bancos do Brasil, na média, ganham 44% sobre o seu próprio capital, um lucro absurdamente alto, em qualquer lugar do mundo, para qualquer situação. Os juros médios de pessoa jurídica – e eu estou falando da média das operações mais comuns – hoje no Brasil estão em torno de 50% ao ano, enquanto as operações mais comuns para pessoa física, nós estamos falando aí de cheque especial de pessoa jurídica, ultrapassam 300% ao ano. Ou seja, se alguém deixar o saldo devedor do dia 1º de janeiro até o dia 31 de dezembro, possivelmente aqueles mil reais que deve vão se tornar 4 mil, o que é desproporcional. Tira-se dinheiro para o setor financeiro e se tira de onde? Da produção, daquele que produz a riqueza via indústria, via agricultura, via comércio, via serviços.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

“Eu não digo que está na hora de a gente ir para a rua, porque já passou da hora. Temos que retornar frequentemente a elas para que nosso projeto seja vitorioso”

Jorge Darze

Moeda local para verdadeiros milagres em economias de escassez

HAROLDO VILHENA – Ciências da Computação

Na crise do emprego você tem diversas oportunidades de, em rede, ganhar dinheiro. Vocês já perceberam que dizem que o valor de mercado na Petrobras é inferior ao do Uber? E se a gente “uberizasse” a Petrobras? Transformasse? Eu ouvi falar que ela tem 100 mil funcionários. E se a gente monetizasse as relações da Petrobras? Se a gente monetizasse as relações desse sindicato, ou melhor, dessa confederação, que reúne tantos sindicatos? Hoje é muito possível isso. E como já se colocou aqui,

a criação, que é uma atitude de primeira, que é a criação desse banco comunitário, ou o que seja, aqui da confederação. É, a cooperativa de crédito, isso, potencializado para uma moeda local, é capaz de fazer verdadeiros milagres nessa que a gente chamava de economia da escassez, mas que se transforma na economia da abundância.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Os desafios de ampliar a sindicalização e a formação sindical

JOSÉ CARRIJO BROM – Cirurgião-dentista

Não há democracia se não houver o protagonismo da classe trabalhadora no desenvolvimento. Mas nós precisamos de organização e de formação. Vamos



precisar trabalhar muito o nosso Departamento de Formação Sindical da CNTU, que é o departamento o qual hoje eu coordeno, junto com o Departamento Jovem Profissional, porque nós precisamos renovar. Hoje a CNTU congrega cerca de 2 milhões de trabalhadores, de profissionais liberais na sua base. Nós temos aproximadamente 10%

de sindicalizados, e nós precisamos apostar como meta para os próximos sete anos em um crescimento da nossa representatividade, das nossas sindicalizações.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Hoje a CNTU congrega cerca de 2 milhões de trabalhadores, de profissionais liberais na sua base. Nós temos aproximadamente 10% de sindicalizados. Precisamos apostar como meta para os próximos sete anos em um crescimento da nossa representatividade, das nossas sindicalizações

José Carrijo Brom

Desenvolvimento industrial é produtividade, que é educação

WALDIR PEREIRA GOMES - Economista

Indústria e desenvolvimento caminham juntos, paralelamente. E isso vem desde o século XVIII. A Revolução Industrial inglesa passa a ser um sinônimo de desenvolvimento. Desenvolvimento para nós significa elevação do padrão de vida da população. Com um cenário internacional, no qual cai o ritmo de crescimento da China, nós observamos o quê? A nossa indústria ficou praticamente sucateada em decorrência de uma política de valorização da taxa de câmbio. A nossa indústria foi perdendo espaço, foi perdendo competitividade no mercado internacional.

Nós estamos com um PIB aí qualquer coisa como US\$ 2 trilhões. Economias da China com US\$ 6 trilhões e US\$ 700 bilhões e os americanos têm qualquer coisa como US\$ 16 trilhões. Em um ano, no mesmo ano, eles produzem cinco, seis vezes mais do que nós.

Qual é a lógica? No país desenvolvido, o sujeito só vai trabalhar depois de estudar. Quando ele passa a trabalhar, sua produtividade compensa todos aqueles anos em que ficou nos bancos escolares. Então nós temos que mudar esse nosso modelo de educação. O maior economista do século XX, John Maynard Keynes, dizia o seguinte: para a economia ir bem hoje, é necessário que os empreendedores acreditem que vá bem no futuro. Se eles enxergarem que a economia irá bem amanhã, eles farão o investimento hoje, e você supera. De outro lado, eu citaria também Marx: a sociedade só coloca problemas que ela possa resolver. É claro que nós vamos resolver essa situação.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Cooperativismo financeiro para criar mais oportunidades

JOÃO CARLOS GONÇALVES BIBBO - Engenheiro

O capitalismo, visto com desconfiança por suas imperfeições, gerou, ao longo do tempo e das necessidades das sociedades, algumas variações. Em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, nascia o movimento capaz de suprir de forma justa e igualitária as demandas sociais: o cooperativismo. Um longo e tortuoso caminho foi percorrido, até que nos idos de 1900 ocorre uma iniciativa cooperativista, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. No dia 19 de janeiro de 2010, Nova Petrópolis foi coroada com o título de Capital Nacional do Cooperativismo, em virtude de ser o berço do cooperativismo de crédito da América Latina, por sediar a primeira cooperativa de crédito, que funciona desde 1902. Trata-se da Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, que teve como líder o Padre Theodor Amstad.



Hoje o cooperativismo financeiro possui mais de 217 milhões de associados no mundo, sendo que nos Estados Unidos já são mais de 100 milhões. No Brasil, já são mais de 7 milhões de associados, e mais de 5 mil pontos de atendimento, sendo o sexto

maior conglomerado dentro do Sistema Financeiro Nacional. Na cooperativa financeira, o associado participa das decisões e também dos resultados dos lucros, que são as sobras, que retornam para os

donos do negócio, que somos nós, os clientes, os sócios, proporcionalmente às operações por eles realizadas. As instituições financeiras cooperativas são fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, através de resoluções emitidas pelo Conselho Monetário Nacional.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Experiências que não contam no PIB, mas que são motor de desenvolvimento

SERGIO STORCH – Engenheiro

A campanha pela alimentação saudável com o uso mínimo de agrotóxicos da CNTU, da qual eu participei, colaborou para produzir um projeto de lei na Prefeitura de São Paulo, que introduziu na merenda escolar o uso de orgânicos. O que falta para isso dar certo? Falta oferta de orgânicos. Ou seja, existe demanda via gastos públicos, mas não existe oferta de orgânicos. Ou seja, nós temos esse motor de crescimento.

Outro caso interessante é uma inovação no Rio de Janeiro, na área de saúde pública, na Rocinha. Um amigo criou um programa que acabou se tornando, depois de vários anos, um programa de pós-graduação na PUC (Pontifícia



Universidade Católica) – “Educação em saúde”. O que foi feito? Ele educou as famílias usando o que eles chamam de tecnologias de comunicação comunitária. Botar a garotada para fazer vídeo, para tirar foto, coisa e tal, e para exercer um controle social sobre a prestação de serviço público de saúde. Isso é PIB, gente. Isso não é medido no PIB, mas isso é PIB, porque tem horas de trabalho em cima, tem investimento, tem um know-how, virou curso. É um produto exportável, que pode ser levado para qualquer município, para qualquer poder local, poder da sociedade civil organizada, Rotary, Lions, Prefeitura, coisa e tal.. As categorias da CNTU também representam esse potencial de crescimento. Nós temos quatro categorias na área de saúde, bota mais uma, enfermeiro também, em cada local, para fazermos programas de educação em saúde.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Percepção da importância de C, T & I nas médias empresas

MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Engenheiro

Temos que aumentar um pouco a nossa percepção e entender o quão fértil e o quão grande é o potencial deste país se a gente mudar a nossa atitude. Eu vou dar um exemplo. Vocês sabem que o Brasil é uma das nações do mundo que tem um bem muito valioso chamado quartzo, aqueles cristais que a gente compra em feirinha de hippie. Eu não sei se vocês sabem, mas tem exploração ilegal de quartzo no Brasil, tem pirataria de quartzo. Vêm alguns asiáticos aí que pegam quartzo em saco de juta e roubam, levam para fora. O quilo do quartzo custa R\$ 40. A Polícia Federal, há três anos, explodiu uma mina ilegal de quartzo em que se usava trabalho escravo, em Goiás. O quartzo é matéria-prima para se fazer chip. Então, vejam vocês, a gente exporta a tonelada do quartzo em estado bruto por R\$ 250, quer dizer, na mina lá está R\$ 40, mas a tonelada recolhida, o intermediário no Brasil vende a US\$ 250, na verdade. Se a gente trouxer um Boeing carregado de chip, a tonelada passa a valer US\$ 250 milhões. Ou seja, nós temos um ganho na cadeia de valoração de 106. Se a gente minimamente fizesse o ciclo da metalurgia do quartzo, algo que o Brasil dominou na década de

1970, já teria um ganho de 103, em vez de vender a tonelada do quartzo a US\$ 250, nós já venderíamos a US\$ 250 mil. Essa questão das matérias-primas raras não ocorre só com o quartzo. Se você pega uma TV brasileira hoje, um celular, 85%, 90% dos componentes são importados. Com isso, nosso déficit chega a US\$ 40 bilhões. Infelizmente nós não conseguimos atacar questões estruturais como a questão de fabricação de componentes no Brasil, porque talvez uma grande empresa de eletrônica, uma Gradiente, que faliu, nunca conseguiria emprestar dinheiro para uma subsidiária dela, diferentemente da Hitachi, que tem no seu ecossistema mais de 500 empresas no Japão e tem na Califórnia agora também, tem no Brasil, eles compraram empresas de radiotransmissão em Santa Rita do Sapucaí (MG). A crise está nos mostrando que, depois de dez anos de bonança econômica, nós temos problemas estruturais. A pequena e média empresa no Brasil está desamparada.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



Juventude: aprender e ensinar

MARCELLIE ANUNCIAÇÃO DE DESSIMONI BATISTA - Engenheira

A juventude precisa de oportunidade, seja ela de baixa renda, da periferia, seja um jovem negro ou uma jovem mulher negra, indígena. Então, nós precisamos – e isso é um grande desafio, não só da CNTU, mas de todo o sindicalismo brasileiro – criar e ampliar as oportunidades para a juventude na inserção de um mercado, de um trabalho decente, um trabalho digno, que traga justamente o pertencimento, a perspectiva de vida, qualidade de vida dessa juventude, lazer, cultura e inserção da sociedade.

A CNTU inova com o nosso departamento, o Departamento Jovem Profissional, que vem contribuindo fortemente, que vem trazendo contribuições brilhantes. E eu creio que esse é o caminho certo, é um caminho na direção correta.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



O projeto brasileiro: avanços e fragilidades

CECI JURUÁ - Economista



O projeto brasileiro, desde a República, eu não tenho dúvida, é o desenvolvimento. O Brasil é um país com viabilidade nacional e que é capaz de passar dessa condição de subdesenvolvido para desenvolvido. O subdesenvolvimento, visto por diferentes correntes de cientistas sociais do pensamento crítico, tem três características centrais: a estagnação, tendência à estagnação, um crescimento lento, marginalidade e desnacionalização. Muitas vezes nós nos iludimos com os modelos de desenvolvimento associado. Eles costumam aparecer em momentos de crise, e eles costumam se apresentar como alternativa, o desenvolvimento associado, o desenvolvimento dependente e, na verdade, nem desenvolvimento eles permitem, porque, em geral, são modelos alimentados, nutridos, fundamentados em alternativas

formuladas para outras sociedades. Nós vivemos recentemente, no período Lula, eu diria, uma ilusão de caminhar rumo à extinção, à eliminação total da estagnação, da marginalidade. Hoje, perante essa crise, nós precisamos nos perguntar: foi um avanço ou foi apenas uma ilusão? Lula, Dilma pareciam encaminhar corretamente um projeto de desenvolvimento, pelo menos para mim e para uma parcela grande da população. Eles trabalharam efetivamente contra a estagnação e contra a marginalidade, mas não deram atenção à questão da desnacionalização crescente, progressiva, não só na economia, mas na política, na cultura, nas instituições. Então, frente a este momento, e eu diria que os nossos avanços, por enquanto, não foram conquistados ainda de maneira sólida em termos

democráticos, os grandes governos republicanos, sem dúvida nenhuma, desse ponto de vista do desenvolvimento, foram Getúlio Vargas e Ernesto Geisel. A democracia, essa conquistada, é extremamente recente; ela nos permitiu alguns avanços, mas ainda é preciso mostrar que nós somos capazes de consolidar avanços em direção ao desenvolvimento. Frente a essa crise, eu diria que nós devemos tomar uma posição firme, de respeito à democracia, que foi conquistada por nós e está lá, refletida na Constituição cidadã, com os direitos sociais como nunca antes alcançados em nosso país. Devemos ter uma resposta firme de respeito à democracia e de exigir respeito ao voto popular. (8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Distribuição de renda: o desafio da produtividade

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO – Assessor sindical

As ideias de distribuição de renda e de crescimento são ideias novas. Na maior parte da história da humanidade essas ideias não existiam, nem a ideia de crescimento, nem a ideia de distribuição de renda e muito menos a junção de uma com outra. Por que? Porque nós passamos a maior parte da História da humanidade com um crescimento vegetativo, mesmo o crescimento da população, vegetativo. A curva era horizontal. O fato crescimento e o fato concentração e distribuição de renda só aparecem com a Revolução Industrial, com o capitalismo. As ideias de desenvolvimento e de distribuição de renda são geradas e concomitantes com o capitalismo. Num primeiro momento, nós acreditamos, a humanidade acreditou e a Inglaterra acreditou, que a desigualdade produziria mais desenvolvimento. Foi uma época que antecedeu também as grandes descobertas da ciência física, e a metáfora com a energia elétrica era clara, quer dizer, diferença de potencial engendra corrente. Então, havia a ideia de que a diferença de bens, de posse de bens, engendraria o próprio desenvolvimento. Isso virou, eu



não gosto de usar a palavra, porque é meio pornográfica, mas virou paradigma: “desenvolvimento é igual a concentração de renda”. Dê-me concentração de renda, tenho o desenvolvimento. Dê-me o desenvolvimento, haverá a concentração de renda. No Brasil, essa ideia de desigualdade como garantia de desenvolvimento é bem anterior ao capitalismo aqui, ela faz parte do DNA do Brasil, a diferença que engendra. Nós nos desenvolvemos com ciclos predatórios de desigualdades. Tem pau-brasil ali, desenvolve; não tem, não desenvolve. Tem açúcar ali, desenvolve; não tem açúcar ali, não desenvolve. E, por sua vez, que ideia nós brasileiros poderíamos formar na relação entre desenvolvimento e distribuição de renda, se a mão de obra era escrava? Se nós nos formamos como nação com mão de obra escrava? Que, por definição, nos remetia àquele período da humanidade em que não se punha o problema nem de desenvolvimento, nem de distribuição de renda. Nós procuramos enfrentar aqui no Brasil essa novidade, crescimento com distribuição de renda. E chego a dizer que o grande desafio é transformar crescimento por conta

da distribuição de renda. No mundo só se distribuiu renda depois do capitalismo com situações muito peculiares: em situações de grande exploração colonial havia excedente para distribuir renda. Momentos da economia em que commodities valem muito, então eu posso ter um excedente para distribuir. Qual é o grande desafio brasileiro? Nós precisamos persistir numa política de desenvolvimento com distribuição de renda, embora não possamos ter reservas externas, destruição de classe interna ou momento fulgurante da economia. Como é que nós vamos fazer essa mágica? Eu quero defender para uma plateia de pessoas qualificadas que a grande batalha nossa, do povo brasileiro, hoje, é engendrarmos mais produtividade. Nesse sentido, para mim, hoje, além dessa tarefa da luta pela produtividade, nós devemos levantar bem alto o valor da democracia para nós, porque eu tenho isso como experiência de vida. O desarranjo democrático produz, quase como decorrência, a concentração de renda, a superexploração e as dificuldades. O desenvolvimento hoje para nós se liga com distribuição de renda e a um esforço grande para avançar a nossa democracia. (8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Experimentos para despertar o interesse dos alunos pelo ato de aprender

CLAUDIONOR RODRIGUES DE ASSIS - Engenheiro

O ensino fundamental público no Brasil, salvo exceções, constitui-se em uma tragédia. Nas últimas avaliações feitas pelo Programa Internacional de Alunos da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico, nossos alunos ficaram nos últimos lugares dentre 65 países. Em linguagem, quase metade não atingiu o nível dois de seis, significando que não são capazes de compreender o que leem. Em matemática não conseguem interpretar situações que exigem apenas deduções diretas da inferência dada, não são capazes de entender percentuais, frações ou gráficos e em ciência ficamos no nível um de seis, o mais baixo, significando que nossos alunos não são capazes de resolver problemas do cotidiano e dar explicações óbvias. Em resumo, o desempenho dos alunos do 9º ano é equivalente ao esperado para um aluno do 5º ano do fundamental. Isso se dá porque os professores não estão devidamente preparados científica e pedagogicamente para



a difícil tarefa ensejada pelo binômio ensino/aprendizagem. No intuito de ajudá-los, montei ao longo dos anos um projeto denominado Experimentário, que busca através de atividades vivenciais, experimentais, lúdicas e interativas despertar o interesse dos alunos pelo ato de aprender, passando ao mesmo tempo conhecimento científico e tecnológico, e também capacitar os professores nesses mesmos assuntos e em um método pedagógico de altíssima eficiência e eficácia que pode ser executado com material fácil de ser encontrado e de baixo custo.

A democracia é um valor basilar para toda nossa sociedade. Para se estabelecer no coração das pessoas, essa ideia tem que ser aprendida e vivenciada nas escolas brasileiras desde o mais tenro início, mas do que vivi e vivo em minhas andanças, posso afirmar sem medo de errar, muito pouco, praticamente nada está sendo feito.

(8ª e 9ª Plenárias – 10 de dezembro de 2015 e 1º de julho de 2016)

Democratização dos meios de comunicação é a chave para o debate econômico

ODILON GUEDES - Economista

Qual é a arma mais importante do ser humano, seja aqui, em Nova York, Pequim, Moscou? É a informação. Quem não tem informação é ingênuo, acredita no que é falado, é inseguro. Essa é a questão central, democratizar o debate econômico e político dos meios de comunicação. Hoje você tem um pensamento único nos meios de comunicação, que a única forma de resolver a crise é um ajuste fiscal, que está levando milhões ao desemprego, arrochando salários e aumentando a crise social. E veja o absurdo, num país que precisa ser construído, 50% do povo brasileiro não tem saneamento básico, milhões de brasileiros não têm casa, falta metrô, falta saúde, falta escola, e os meios de comunicação colocam na cabeça do povo que nós vamos levar o Brasil a ficar cada vez mais pobre. O Brasil está sendo levado à recessão, e a última informação que eu obtive, de setembro de 2014 a setembro de 2015, foi que o governo federal pagou de juros da dívida interna R\$ 510 bilhões. Só para dar um exemplo, em São Paulo, com custo de R\$ 4 a R\$ 6 milhões, daria para fazer 127.500 creches; 375 mil casas populares a R\$ 80 mil cada; ou 1.275km de metrô a R\$ 400 milhões o quilômetro.

Nós temos que debater, e para que a gente possa fazer um debate econômico que seja qualificado, nós precisamos da mídia. Nós precisamos democratizar os meios de comunicação no País, para que haja debate, para que haja democracia no debate econômico. A nossa tarefa, aqui da CNTU, é entrarmos na luta para que se regulamente a Constituição Federal do ponto de vista da informação, porque essa é a chave para mudar a sociedade brasileira.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)



“Qual o grande desafio brasileiro? Precisamos persistir numa política de desenvolvimento com distribuição de renda. Como faremos essa mágica? A grande batalha do povo brasileiro é levantar bem alto o valor da democracia. O desarranjo democrático produz concentração de renda. O desenvolvimento se liga a isso tudo”

João Guilherme Vargas Netto

“A prevenção em segurança pública significa basicamente uma coisa: a modernidade é um processo de universalização de cidadania política”

Marcelo Jugend

Segurança pública é cidadania universalizada

MARCELO JUGEND - Advogado

Foi criado um conceito, de um ano para cá, chamado violência letal intencional, VLI, que é o homicídio



doloso, quando a pessoa mata porque quer matar. Em 2014, no Brasil, foram 58 mil. Na Síria morreu muito menos, no Iraque morreu muito menos,

no Afeganistão morreu muito menos, e assim por diante. Onde tem conflagração não morre tanto quanto morre aqui.

Em 500 anos, nós chegamos a esse resultado. Se nós queremos, de qualquer modo, mexer com isso, a primeira coisa que temos que fazer é entender que em segurança pública nós temos duas vertentes fundamentais: repressão e prevenção. Repressão é o que sempre se fez no Brasil. Mas prevenir, não previne. A prevenção em segurança pública significa basicamente uma coisa: a modernidade é um processo de universalização de cidadania política, de direitos sociais consolidados. A universalização da cidadania é prevenção em segurança pública, porque das pessoas que cometem os 58 mil homicídios, 99% não têm cidadania universalizada. O novo tem a ver com o Brasil 2022, que é chegar em 2022 com esse conceito interiorizado na cultura brasileira.

(8ª. Plenária – 10 de dezembro de 2015)

Informação simples em nutrição, valorizando nossas raízes

GISELA PALUMBO COMAROVSKI SAVIOLI – Nutricionista

Não sei se vocês conhecem a Comunidade Canção Nova. Trata-se de uma comunidade católica, que tem o carisma, como se chama, a especialização de evangelizar através dos meios de comunicação.

O programa Mais Saúde pela TV é toda semana, às segundas-feiras, 10h30 da manhã, com reprise às sextas-feiras, às 13 horas.

(ver <http://tv.cancaonova.com/programa/mais-saude/>)

E o que a gente passa de informação? Aquilo que é tão simples, como, por exemplo, do que nós falamos agora há pouco tempo, valorizar as nossas raízes, a começar pela raiz da alimentação, a nossa mandioca, a nossa batata-doce. Eu digo assim:



“Gente, pão francês não é brasileiro. Brasileiro é o nosso cuscuz, a nossa mandioca. Vamos valorizar

a nossa alimentação. Evite alimentos que têm o mesmo nome no mundo inteiro. Vai comprar alguma coisa no supermercado, dá uma olhada no rótulo. Se não está escrito um nome que você entenda por comida, devolva para a prateleira,

aquilo não é comida.” Nós estamos hoje com um problema seríssimo de obesidade infantil, lembrando que essa nossa população infantil será os nossos homens do futuro que vão liderar este país, e vão liderar de que maneira, doentes?

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)

Queremos um Brasil que não retroceda

MARIA MARUZA CARLESSO - Farmacêutica

Bom, eu estou aqui representando a Fenafar, Federação Nacional dos Farmacêuticos. Temos um desafio a defender no Sistema Único de Saúde. O SUS está sofrendo ataques do governo de Michel Temer. O novo regime fiscal



que Henrique Meirelles está implementando acaba com o direito à saúde. No caso da PEC 241, cria um novo regime fiscal e nele estabelece um teto para as despesas primárias e acaba com o aumento de recursos para as áreas sociais por 20 anos. Na prática, isso traz uma perda adicional de 14 bilhões de recursos para a saúde. O novo regime fiscal não define teto.

Registramos a nossa indignação sobre duas questões importantes também, não poderia deixar de esquecer: a reforma previdenciária e os direitos trabalhistas. A Fenafar entende que a proposta do governo interino é temerária e tira direitos sociais e trabalhistas.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)

Jovens engenheiros por uma engenharia humana

LEANDRO SANTIAGO GONÇALVES – Engenheiro

A gente clama por uma nova engenharia do século XXI. Como será esse novo engenheiro do século XXI? A nova sociedade? Que visão nós podemos implantar para ajudar essa sociedade? Com a engenharia humana, uma engenharia pensando no próximo, uma engenharia pensando em: o que nós formos fazer nesse exato momento terá consequências para os nossos vizinhos, amigos. Pensando humanamente.



(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)

Questões urgentes

CASEMIRO BRUNO TALEIKIS -
Economista

Na minha idade, eu não sei se eu vou chegar no Brasil de 2022, mas eu digo o seguinte, eu fiquei muito impressionado com a palestra do nosso colega que disse assim: “Temos questões urgentes a fazer no dia a dia. Se não for no Brasil de 2022, vai ser no Brasil daqui a meses, ou daqui a dias.” Nós temos que ter ação e, nesse sentido, eu, humildemente, depois também de me inteirar melhor, me proponho a colaborar.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Para um Brasil melhor

NELSON EIJI BABA - Marketing

Eu não sou engenheiro, não sou nutricionista, não sou dentista, não sou economista, eu sou marqueteiro. Então, eu não estou dentro da lista dos profissionais da CNTU. Mas, como me disseram aqui que todos os projetos precisam de marketing, estou dentro. Fica aqui o meu compromisso em fazer o meu melhor, no que me for permitido contribuir nos projetos que todos aqui estão contribuindo, o que for para um Brasil melhor.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Inovar e batalhar neste país

JURANDIR FERNANDES – Engenheiro

Quero dizer a todos vocês que, de nossa parte, junto àquilo que já desenvolvemos no Conselho de Mobilidade, estaremos totalmente integrados nessa luta conjunta da CNTU. E saudação também aos jovens, que vêm nos trazer uma renovação nessa luta, nas suas ideias e principalmente na questão do tanto que nós precisamos inovar e batalhar neste país.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Colocar o País nos trilhos

JOSÉ MANOEL FERREIRA
GONÇALVES – Engenheiro

A nossa entidade chama-se FerroFrente, tem só três anos. A nossa entidade surgiu para fazer uma interlocução exatamente na questão da comunicação. Nós temos coisas aqui no País que são impressionantes. Há 20 anos se discute o Rodoanel de São Paulo, vamos precisar de mais 20 anos para isso? Há

cinco anos estão discutindo trens intercity, Campinas, São Paulo, Americana. Vamos precisar de mais cinco? Mais dez? O que nós temos de metrô é muito pouco, 80 quilômetros em São Paulo. Então nós precisamos dar um choque nisso, precisamos destravar projetos. E essa entidade tem esse papel, porque os objetivos da CNTU são muito centrados nesse desenvolvimento nacional, e principalmente no bem-estar das pessoas, porque eu estou cansado de ouvir gente defendendo o desenvolvimento a qualquer preço. Para finalizar, eu só quero uma frase, eu acho que é uma frase de efeito: o Brasil tem luz no fim do túnel da ferrovia.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Contribuir com a minha experiência legislativa

PATRÍCIA ROSSET - Advogada

Eu sou professora, doutora em Direito Constitucional, faço parte de várias associações fora do Brasil de Direito Constitucional. Tenho 34 anos de servidora efetiva da Assembleia Legislativa. O Poder Legislativo foi a minha casa. Então, eu estou aqui para contribuir com a minha experiência de vida e ao lado de pessoas multidisciplinares.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Campanha da Alimentação Saudável

ERNANE SILVEIRA ROSAS - Nutricionista

A nossa federação, a Febran - Federação Interestadual dos Nutricionistas dos Estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e São Paulo -, dentro da CNTU, tem um papel muito importante, que é a campanha da Alimentação Saudável. Nós ajudamos a aprovar uma lei extremamente importante na nossa Câmara Municipal, que é a introdução gradativa do alimento orgânico para a refeição dos estudantes das escolas públicas do município de São Paulo. Com isso, criamos hábitos saudáveis para as crianças e os estudantes; segundo, desenvolvemos uma produção de alimentos sem veneno; terceiro, vamos começar a recuperar e, entre aspas, a salvar o nosso país do envenenamento global; e em quarto lugar, nós vamos também ajudar as crianças a criarem hábitos alimentares de consumir sempre alimento sem veneno.

Nosso sindicato, o Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo, tem feito campanhas para ajudar as pessoas a desenvolverem novos hábitos alimentares. Queremos que nossa federação se torne uma entidade extremamente atuante em benefício da saúde da população brasileira.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Trabalhadores e capital produtivo contra o desmonte

PEDRO CELESTINO – Engenheiro

O tema é o Brasil que queremos em 2022. Para chegarmos lá, temos que saber onde estamos. E a minha visão é que sofremos uma derrota de grandes proporções com o afastamento da presidente. Não vou discutir impeachment. Eu discuto consequências do impeachment. Em 1954, no dia seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, Eugênio Gudin assume o Ministério da Fazenda, com uma mudança radical nos rumos do País. Em 1964, a queda de Jango implicou a assunção ao poder da dupla Campos/Bulhões, também com uma mudança radical nos rumos do País. Estamos agora a assistir mudanças da mesma natureza, porque a dupla Serra/Meirelles implica uma mudança radical nos rumos do País. Preservamos até aqui as liberdades democráticas. Mas a se cumprir o programa proposto pelos que



assumiram o poder, dentro em breve estarão em risco as próprias liberdades democráticas. É um programa radical de desmonte do Estado, de entrega do patrimônio público constituído ao longo de décadas, de radicalização da desindustrialização do País. A nova presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Maria Silvia Bastos Marques, ousou fazer um pronunciamento de posse em que desdenha do papel do banco, que é o terceiro banco de desenvolvimento do mundo. Só perde para os dois chineses. Não cita a palavra indústria no seu discurso, diz que a tarefa do banco é apoiar concessões e privatizações. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, ousa dizer que o pré-sal não é importante. Ora, o pré-sal é a maior província petrolífera descoberta no planeta nos últimos 30 anos. No mundo hoje só há dois lugares em que furando se acha petróleo, a

Arábia Saudita e o pré-sal brasileiro. Por isso, a proposta desta jornada, de lançar uma campanha “o pré-sal é nosso”, é tão importante. Mas não basta defendermos o pré-sal. Temos que combater essa política econômica que é de único e exclusivo interesse dos rentistas, dos interesses financeiros atrelados ao capital internacional. E buscar um leque de alianças com o capital produtivo que possibilite paralisar o desmonte do Estado brasileiro. Sustento, assim, como indispensável para chegarmos ao Brasil que queremos em 2022, combater a política econômica, que significa o desmonte do Estado-Nação, e resistir, concentrar em lutas contra a supressão de direitos, porque são as lutas que unificam, é a luta contra a desvinculação do salário mínimo, é a luta contra a precarização das relações de trabalho, porque são lutas que unem os trabalhadores. (9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)

A questão do idoso na saúde

JOSÉ FERREIRA CAMPOS
SOBRINHO – Cirurgião-dentista

Muitas pessoas que vão ao geriatra, idosos robustos, que têm saúde, saem de lá com pedidos para uns 200, 300 exames, muitas vezes sem necessidade. Então o cara não tem diabetes, mas todo ano ele vai pedir para ver aquele monte de coisas, enquanto outros nem conseguem, no Sistema Único de Saúde, acompanhar a sua pressão arterial ou política de diabetes, de medicamentos. As pessoas têm de pensar como é que a geriatria, a odontogeriatra ou a odontologia hospitalar e a farmácia e nutrição poderão colaborar com todas essas questões.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Plantar água na nascente do Rio São Francisco

JOSÉ AILTON PACHECO – Engenheiro

O Nordeste precisa de um ponto único que se chama valorização e carinho. O Nordeste não é a região mais pobre, o Nordeste é a região mais rica que pode existir. O Rio São Francisco hoje está morrendo, e com ele vai um mundo de nordestinos. Os ribeirinhos nossos começam na Bahia, todos carentes do São Francisco, todos necessitam do São Francisco para tudo. O nordestino quer que seja feito um plantio de água. O São Francisco está precisando não é plantar área ribeirinha, a sua mata ciliar, não é isso que nós queremos, nós queremos é plantar água na sua nascente, é ali que ele precisa de água, é ali que ele tem água, é ali onde está a maioria dos seus contribuintes para que ele possa ser essa pujança que só aparece na televisão. A vazão ecológica do São Francisco era de 2.500 metros por segundo, nós não temos hoje 800.

A barragem de Sobradinho hoje não é uma barragem produtora de energia, é uma barragem reguladora do rio. Nós estamos secos, o Rio São Francisco está morrendo. Estão querendo acabar de tirar o sangue dele para fazer uma transposição que não tem sentido algum, quando você fala que precisa de cinco metros cúbicos por segundo e faz um canal de 100. Nós precisamos, no Nordeste, fazer com que o Rio São Francisco resista a essa sangria infernal e que os políticos gestores tenham coragem de assumi-lo como filho e como a salvação do Nordeste. (9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



O bônus populacional e a educação básica

HILTON BARLACH - Engenheiro

Nós tínhamos uma taxa de crescimento da população de 3% ou mais ao ano, entre 1950. A partir de 1970, essa taxa foi caindo constantemente. Hoje a taxa de crescimento da nossa população está em torno de 0,8%, 0,9% ao ano. “Isso é bom ou é ruim?” Existe uma janela de oportunidade que foi calculada por economistas, entre 2000 e 2033 nós vamos estar com uma população brasileira crescendo, porém não naquela velocidade que crescia. O que significa isso? Em termos de educação, falando em educação básica, significa o seguinte: nós não vamos ter tantas crianças assim nascendo, nós vamos ter crescimento da população, mas vamos ter uma oportunidade. O que é a oportunidade do bônus populacional? É a oportunidade de você investir em qualidade. Qual é a má notícia? Que talvez seja a pior notícia. É que o Brasil nunca deu bola para a educação básica. Daqui para a frente temos que tirar o atraso secular. Temos 20 anos para resolver isso, para mudar esse quadro.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



Não dá para ficar parado

ÁLVARO MARTINS - Engenheiro

Como professor de último ano de graduação e também pós-graduação na Unip (Universidade Paulista), eu percebi a mudança da população, da clientela, dos alunos da escola particular. Nós tivemos um avanço social muito grande. Nós tínhamos aqueles alunos filhos de pais de classe média alta, e esses alunos foram se reduzindo durante o tempo. Hoje, pelo menos até o semestre passado, a nossa frequência maior era de alunos vindos de uma classe bem mais carente, que vinham graças aos programas ProUni (Universidade para Todos) e Fies (Financiamento Estudantil). E eu vou ficar entristecido, porque têm alguns alunos que deveriam voltar no semestre que vem para fazer o último ano de engenharia ou o penúltimo, onde eu leciono, e eu não vou encontrar esses alunos por conta desses planos que foram reduzidos e cortados. Então, quer dizer, o acesso desse grupo social à universidade foi tolhido. Esse governo está cortando os tendões, está separando ossos. Nós temos que fazer alguma coisa contra isso, nós não podemos deixar para depois.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



“Temos que combater essa política econômica que é de único e exclusivo interesse dos rentistas, dos interesses financeiros atrelados ao capital internacional que visam desmontar o Estado nacional”

Pedro Celestino

A coragem e a autoridade de Juscelino Kubitschek

SERAFIM MELO JARDIM - Presidente da Casa de Juscelino

Estou com 81 anos de idade, acompanhei o presidente Juscelino Kubitschek, nasci em Diamantina, onde nasceu JK, e conheci bem o presidente. E quero aqui dizer que é preciso ter coragem. E foi com coragem que JK chegou em 1956 à Presidência da República, encontrando um país com 800 quilômetros de estrada asfaltada, não produzíamos nada, até linha de costurar nós importávamos, éramos conhecidos como o “Brasil, capital, Buenos Aires”. E Juscelino assumiu a Presidência da República tendo os militares contra ele. Porque em 1955 os coronéis do Exército fizeram um movimento para que ele não tomasse posse. E ele o que fez? Pegou o avião, foi ao Rio, respondeu aos militares na sede do

PSD, voltou para Minas e em poucos dias depois ele tomava posse fardado de tenente-coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, como que querendo dizer a eles, os militares: “E agora venham mexer comigo.” Foi eleito. Tentaram impedir que ele tomasse posse, fizeram o “11 de novembro”, mas havia dois generais, o Lott e o Denys, que fizeram a contrarrevolução, impedindo que eles evitassem que o JK tomasse posse no dia 31 de janeiro. Pois bem. JK toma posse como presidente do Brasil e, logo em seguida, vem a Revolta de Jacareacanga, os mesmos coronéis, os mesmos generais que queriam impedir que ele chegasse à Presidência da República. JK conseguiu chegar ao final do seu governo com coragem e com autoridade. E eu me lembro aqui de uma parte

de um discurso em que ele dizia: “Não confundo o poder com a violência, nem a autoridade com a força bruta, pois isso não é do meu estilo de governar, nem da minha natureza humana. Ando disposto à compreensão, à generosidade, à mansidão, aos métodos conciliadores e às soluções pacíficas, mas não tolero, de modo nenhum, a desordem do meu país, nem admitirei qualquer atentado à dignidade do Estado, representado essencialmente na pessoa da autoridade. E para isso sou e serei inteligente, com a consciência tranquila de que a luta entre a ordem e a desordem, entre a autoridade e a anarquia, é uma luta entre as forças de regresso e as forças do progresso. E eu sou um homem do futuro e não do passado.” Esse era o JK.

(9ª. Plenária – 1º. de julho de 2016)



CNTU em ação

Ao longo de sua curta história, a CNTU tem proposto ao Brasil iniciativas que vão além de sua simples atuação sindical



Em novembro acontece em São Paulo o seminário "Do serviço público que temos ao que queremos"

2009



Realizadas em maio e junho as duas primeiras jornadas Brasil Inteligente, cujo tema é "A CNTU na Rio + 20 e Cúpula dos Povos"

Em dezembro ocorre a 3ª Jornada Brasil Inteligente e a entrega da primeira edição do prêmio Personalidade Profissional

"Democracia, desenvolvimento e camadas médias" é o tema do 1º Encontro Nacional da CNTU, realizado em novembro, após encontros regionais em Maceió (AL), Vitória (ES), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS), entre os meses de maio e outubro

Realizada a 1ª Plenária do Conselho Consultivo da entidade, com 315 conselheiros

2011

2008

A entidade tem seu registro sindical publicado no Diário Oficial da União em 9 de outubro. Em novembro é realizado o evento "A criação da CNTU e a crise financeira de 2008"



2010

Buscando uma integração internacional, a CNTU participa do 3º Encontro Sindical Nossa América (Esna), realizado em Caracas, na Venezuela

2012

Em maio ocorre o lançamento da revista **Brasil Inteligente** nº 1, "Por um Brasil Inteligente"



Em maio acontece a 4ª Jornada e é lançada a revista **Brasil Inteligente nº 2**, "Um projeto para o Bicentenário da Independência"

"Os desafios do sindicalismo de profissionais universitários no Brasil" são discutidos no 2º Encontro Nacional da CNTU, realizado em dezembro

2013



O mês de junho marca a participação da CNTU na 104ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça

Em agosto é lançada a edição nº 4 da revista **Brasil Inteligente**, sob o mote "Educação continuada – civilização, trabalho e desenvolvimento"

O debate sobre educação continuada também norteia a 8ª Jornada Brasil Inteligente, ocorrida em dezembro

Realizado o 3º Encontro Nacional da CNTU, cujo tema é "Democracia e desenvolvimento"

2015



2014

Realizado em maio o "I Seminário de Integração Latino-Americana dos Trabalhadores Universitários"

A 5ª Jornada Brasil Inteligente acontece em junho, debatendo "Políticas públicas para a alimentação saudável"

"A CNTU e as eleições de 2014" é o tema da 6ª Jornada e da revista **Brasil Inteligente**, cujo lançamento acontece em agosto

Em dezembro é realizada a 7ª Jornada Brasil Inteligente e o lançamento dos departamentos da CNTU e da publicação "A CNTU e a luta das mulheres"



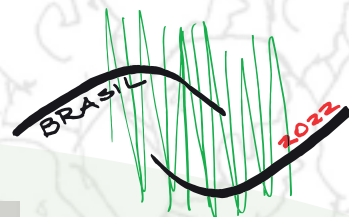
2016

Entre março e abril a confederação participa do 7º Encontro Sindical Nossa América (Esna), no Uruguai

Em julho acontece em São Paulo a 9ª Jornada Brasil Inteligente, sob o mote "Brasil 2022 – O País que queremos"

Durante a jornada, realiza-se a 9ª Plenária do Conselho Consultivo da entidade, que conta atualmente com 1.022 conselheiros

"Brasil 2022 – o País que queremos" é o debate proposto na edição nº 5 da revista **Brasil Inteligente**, lançada em dezembro, em São Paulo



2022



CNTU em ação

Eis aqui outras atividades da confederação nos últimos anos

Integração internacional em ação

A CNTU, ao longo dos últimos anos, buscou se conectar com trabalhadores de outros países, visando a troca de experiências. Além dos já apresentados, os principais eventos no âmbito da integração internacional foram:

2014

- Participação da CNTU no 6º. Encontro Sindical Nossa América (Esna) em Cuba

2015

- Participação da CNTU na Cúpula dos Povos e na VII Cúpula das Américas no Panamá
- Realização do II Seminário Internacional de Integração dos Trabalhadores Universitários

Preparação, lançamento e ação dos departamentos

- 2013**
- Comemoração do Dia Internacional das Mulheres
 - 1ª. Reunião do Coletivo das Mulheres da CNTU
 - 2ª. Reunião do Coletivo das Mulheres da CNTU

- 2014**
- 1º. Encontro da Profissional Universitária
 - 1ª. Reunião do Coletivo de Jovens da CNTU
 - 2ª. Reunião do Coletivo de Jovens da CNTU

- 2015**
- Seminário O desafio de reindustrializar o Brasil
 - Lançamento do Departamento de Alimentação Saudável em Maceió-AL
 - 1º. Seminário Jovens Profissionais e criação do Departamento Jovem Profissional da CNTU

- 2016**
- 1ª. Reunião do Departamento Brasil 2022 e preparação da 9ª. Jornada Brasil Inteligente sobre o Brasil 2022
 - Dia Mundial da Alimentação 2016 – Seminário “Cartografias da agricultura brasileira”

Outros documentos e publicações (principais)

2011

- Carta de Maceió – Emprego, trabalho e qualificação profissional
- Carta de Vitória – Reforma da administração pública, serviços públicos e aposentadoria
- Carta de Goiânia – Desenvolvimento e infraestrutura
- Carta de Porto Alegre – Democracia, comunicação e cultura
- Carta de São Paulo – Democracia, Desenvolvimento e Camadas Médias

2012

- 2º. Caderno do Conselho Consultivo
- Folder bilingue A CNTU na Rio+20 e na Cúpula dos Povos
- A CNTU e as eleições municipais
- Documentos básicos em duas versões das oito campanhas do Brasil Inteligente
- Folders das oito campanhas do Brasil Inteligente
- 3º Caderno do Conselho Consultivo

2013

- 4º Caderno do Conselho Consultivo
- 5º Caderno do Conselho Consultivo
- Documento básico do 2º Encontro Nacional da CNTU
- Documento básico do Coletivo das Mulheres

2014

- Documento final A CNTU e a luta das mulheres
- Roteiro do vídeo Políticas públicas para a alimentação saudável
- A CNTU e as eleições de 2014: 50 Propostas dos profissionais universitários para o Brasil
- 6º Caderno do Conselho Consultivo
- 7º. Caderno do Conselho Consultivo
- 1º Estudo do perfil dos jovens universitários (Waldir Quadros)

2015

- Carta Aberta pela Alimentação Saudável
- Carta do 3º Encontro Nacional da CNTU
- 8º. Caderno do Conselho Consultivo
- 2º Estudo do perfil dos jovens universitários (Waldir Quadros)

2016

- 9º Caderno do Conselho Consultivo
- Moção de repúdio à vaporização aérea de agentes tóxicos



SDS Edifício Eldorado, sala 108 - Brasília/DF

Tel 55 61 3225-2288 – cntu@cntu.org.br

www.cntu.org.br

E seus 58 sindicatos filiados abaixo relacionados

Sindicatos dos Economistas do Estado de São Paulo

Sindicato dos Engenheiros do Estado do Acre; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará; Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão; Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso; Sindicato dos Engenheiros de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará; Sindicato dos Engenheiros do Piauí; Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Engenheiros do Estado de Roraima; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina; Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo; Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do Tocantins

Sindicato dos Farmacêuticos do Acre; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Alagoas; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Amazonas; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Espírito Santo; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás; Sindicato dos Farmacêuticos do Maranhão; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Mato Grosso; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Piauí; Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Roraima; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo; Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe

Sindicato de Nutricionistas do Estado de Alagoas; Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia; Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Pará; Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo

Sindicato dos Odontologistas do Acre; Sindicato dos Odontologistas do Amapá; Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do Amazonas; Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará; Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal; Sindicato dos Odontologistas de Espírito Santo; Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás; Sindicato dos Odontologistas de Mato Grosso; Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais; Sindicato dos Odontologistas no Estado do Paraná; Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte; Sindicato dos Odontologistas de Rondônia; Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe

